



Tribunal de Contas

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2014

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA E INDICADORES

MAIO DE 2015

ÍNDICE

I – Sessões de decisões do Tribunal	7
II - Recomendações	8
Número de recomendações formuladas	8
Acolhimento de recomendações	8
III – Controlo prévio	9
Número e caracterização dos processos	9
Volume financeiro dos processos controlados	12
Indicadores financeiros	13
Recursos ordinários	14
Ações para apuramento de eventuais responsabilidades financeiras	15
IV – Controlo concomitante	16
Adicionais a contratos visados	16
Auditorias de fiscalização concomitante	16
V – Controlo sucessivo	18
Auditorias por área de atuação e tipologia	18
Lista de auditorias/VEC/pareceres concluídos/N.º Recomendações	20
Lista do valor financeiro dos factos de auditoria/VEC/pareceres detetados	23
Lista dos impactos financeiros de auditorias/VEC conhecidos em 2014	28
Verificação interna de contas	30
Entidades objeto de controlo	31
Relatórios de órgãos de controlo interno	45
Participações, exposições, queixas e denúncias	46
VI – Efetivação de responsabilidades	47
Responsabilidade financeira sancionatória	47
Responsabilidade financeira – 3.ª Secção e Secções Regionais	49
VII – O Ministério Público junto do Tribunal de Contas	51
O Ministério Público e a efetivação de responsabilidades	51
Participações do Ministério Público a outras jurisdições	52
VIII – Os recursos utilizados	53
Os recursos humanos	53
A formação profissional	54
Os recursos financeiros	55
IX - Elementos complementares da Conta Consolidada	57

RELAÇÃO DE SIGLAS

- ACES – Agrupamentos de centros de saúde
- AEO – Acompanhamento da execução orçamental
- APRAM – Administração dos portos da Região Autónoma da Madeira
- ARF - Apuramento de responsabilidades financeiras
- ARS – Administração regional de saúde
- CALRA - Conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma
- CGE - Conta Geral do Estado
- CGA – Caixa Geral de Aposentações
- CRA - Conta da Região Autónoma
- EEM – Empresa empresarial municipal
- EPE – Entidade pública empresarial
- FCT-UNL – Faculdade de ciência e tecnologia – Universidade Nova de Lisboa
- FEADER – Fundo europeu agrícola de desenvolvimento rural
- GDH – Grupos de diagnóstico homogéneos
- IAPMEI – Instituto de apoio às pequenas e médias empresas e à inovação
- IGA – Investimentos e gestão de águas, SA
- IGFSS – Instituto de gestão financeira da segurança social
- IHRU – Instituto da habitação e da reabilitação urbana
- IPVC – Instituto politécnico de Viana do Castelo
- IRS – Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares
- IRC – Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas
- IUC – Imposto único de circulação
- LOE – Lei do orçamento do Estado
- LOPTC – Lei de organização e processo do Tribunal de Contas
- MP – Ministério Público
- OE – Orçamento do Estado
- POCP – Plano oficial de contabilidade pública
- POCMS – Plano oficial de contabilidade do Ministério da Saúde

QCA – Quadro comunitário de apoio

PPP – Parcerias Público Privadas

RA – Região autónoma

RAM – Região Autónoma da Madeira

RERD – Regime excecional de regularização de dívidas fiscais e à segurança social

SASUMa – Serviços de ação social da Universidade da Madeira

SDMSA – Sociedade de desenvolvimento municipal da ilha de Santa Maria, EEM

SFA – Serviços e fundos autónomos

SNS – Serviço nacional de saúde

SPE – Setor público empresarial

TC – Tribunal de Contas

UMa – Universidade da Madeira

USF – Unidade de saúde familiar

SRA – Secção Regional dos Açores

SRM – Secção Regional da Madeira

SS – Segurança social

VEC - Verificação externa de contas

VIC - Verificação interna de contas

O presente volume, de informação estatística e indicadores, apresenta os dados agregados da Sede, Secção Regional do Açores e Secção Regional da Madeira.

I – SESSÕES E DECISÕES DO TRIBUNAL

As deliberações e decisões do Tribunal de Contas são tomadas, na Sede, em Plenário Geral, Plenário de Secção, Subsecção (três juízes), em sessão diária de visto e por Juiz singular. Nas Secções Regionais, em coletivo especial, sessão ordinária, sessão diária de visto e audiência de julgamento.

Número de sessões e decisões do Tribunal em 2014

Plenário Geral e Secções do Tribunal	Sessões	Decisões	Sentenças	Acórdãos	Resoluções	Relatórios Auditorias VEC e ARF	Outros relatórios e Pareceres CGE, CRA e CALRA
Plenário Geral do Tribunal	6			2	2		1
1.ª Secção - plenário e subsecção	42			66	2	8	
1.ª Secção - sessões diárias de visto		1208					
1.ª Secção - juiz singular		15	21				
2.ª Secção - plenário e subsecção	29				5	31	4
2.ª Secção - juiz singular		20	39				
3.ª Secção - plenário	28		24				
3.ª Secção - juiz singular	15			28			
Secção Regional dos Açores							
Sessões diárias de visto	82	125					
Sessões ordinárias e extraordinárias	13	8				12	18
Audiências de julgamento *	1		4				
Sessões especiais	1						2
Decisões em processo autónomo de multa **			3				
Secção Regional da Madeira							
Sessões diárias de visto	38	5					
Sessões ordinárias e extraordinárias	18					36	
Audiências de julgamento	13		9				
Sessões especiais							
Decisões em processo autónomo de multa			44				

* Inclui uma sentença de extinção de responsabilidade, por pagamento voluntário, antes do julgamento

** Inclui uma sentença de aplicação de multa, no âmbito de processo de fiscalização prévia

II – RECOMENDAÇÕES

NÚMERO DE RECOMENDAÇÕES FORMULADAS

A Lei n.º 98/97, de 26 de agosto (Lei de organização e processo do Tribunal de Contas – LOPTC) prevê o poder do Tribunal de Contas (TC) formular recomendações no âmbito da sua atividade, constituindo as mesmas instrumentos essenciais da sua atuação.

Número de recomendações formuladas em 2014

Tipo de processo	Sede	SRA	SRM	Total
Fiscalização prévia	769		10	779
Ações para apuramento de responsabilidades financeiras	21		8	29
Auditorias de controlo concomitante	11	7	20	38
Pareceres (CGE, CRA)	86	20		106
Acompanhamento da execução orçamental	4			4
Auditorias de controlo sucessivo	357	27	35	419
Verificação interna de contas	174	44	12	230
Total	1.422	98	85	1.605

Nota: Por cada recomendação dirigida a mais de uma entidade, foram consideradas tantas recomendações quantas as entidades a que se formularam.

ACOLHIMENTO DE RECOMENDAÇÕES

Em 2014 procedeu-se à análise do acompanhamento da execução das recomendações formuladas pelo TC em 2011 e 2012, tendo-se verificado relativamente às ações de controlo sucessivo o seguinte:

Dados reportados a setembro de 2014					
2011			2012		
Número recomendações	N.º Rec. executadas *	Grau de execução	Numero recomendações	N.º Rec. executadas *	Grau de execução
1191	874	73,4%	815	529	64,9%

* Consideradas as recomendações acolhidas total ou parcialmente

III – CONTROLO PRÉVIO

NÚMERO E CARACTERIZAÇÃO DOS PROCESSOS

Nos termos da LOPTC, compete à 1.ª Secção do Tribunal, na Sede, e às Secções Regionais dos Açores e da Madeira, o controlo financeiro prévio, o qual é exercido mediante a concessão ou recusa de visto aos atos, contratos e outros instrumentos geradores de encargos.

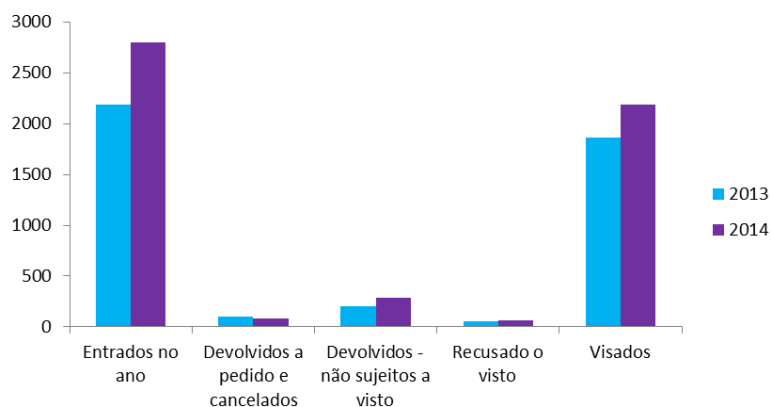
Movimento processual no ano

Processos de visto/Tipos de decisão	Sede	SRA	SRM	Total
Transitados	238	26	12	276
Entrados no ano	2.571	59	168	2.798
Total para análise no ano	2.809	85	180	3.074
Devolvidos a pedido do serviço e cancelados	80	2	4	86
Devolvidos por não estarem sujeitos a visto	269	6	16	291
Recusado o visto	58	8	3	69
Visados *	1.993	53	136	2.182
Visto tácito **	70			70
Total concluído no ano	2.470	69	159	2.698
Transitados para o ano seguinte	339	16	21	376

* Inclui processos com declaração de conformidade homologada

** Formação de visto nos atos, contratos e outros documentos sujeitos a fiscalização prévia cuja decisão não tenha ocorrido no prazo de 30 dias após a data de registo de entrada no TC (exclui sábados, domingos e feriados).

Movimento processual – comparação com 2013





Em 2014, foram efetuadas 4 130 devoluções de processos para complemento de instrução ou esclarecimento de dúvidas (3 859 na Sede, 113 na SRA e 158 na SRM).

Por outro lado, foram efetuadas 3 998 reaberturas deste tipo de processos (3 735 na Sede, 118 na SRA e 145 na SRM).

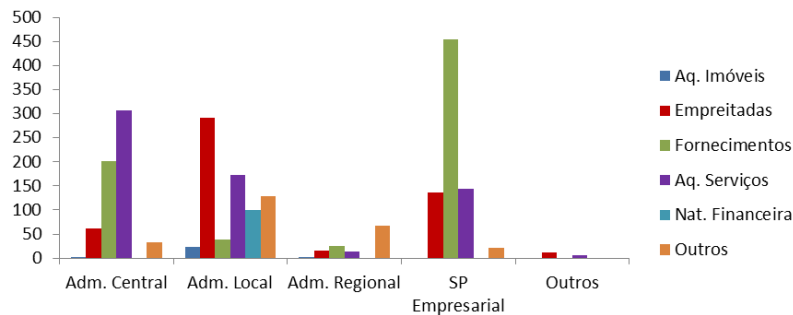
Os processos objeto de controlo tiveram origem maioritariamente em entidades da Administração Local e do Setor Público Empresarial, com 33,4% e 33,6% respetivamente.

Origem dos processos objeto de controlo prévio

Origem	Espécie processual						Total	
	Aq. Imóveis	Empreitadas	Fornecimentos	Aq. Serviços	Nat. Financeira	Outros **	N.º	Peso
Adm. Central	2	62	201	307		32	604	26,8%
Adm. Local	23	291	38	173	99	128	752	33,4%
Adm. Regional	1	16	25	13		67	122	5,4%
SP Empresarial		136	455	143		22	756	33,6%
Outros*		12		5			17	0,8%
Total	26	517	719	641	99	249	2.251	100,0%

* Inclui: Fundações e Associações de Direito Privado e Órgãos de Soberania

** Inclui: contratos-programa, protocolos, locações operacionais, acordos, projetos de fusão de empresas locais, aquisição de participações sociais, reposição do equilíbrio financeiro, aumentos de capital social, processos de injunção, entre outros



No que respeita à espécie processual, verifica-se que os contratos de fornecimentos e de aquisições de serviços constituem a maioria dos processos objeto de controlo, com 31,9% e 28,5%, respetivamente, representando igualmente os contratos de empreitada uma parte significativa, com 23%.

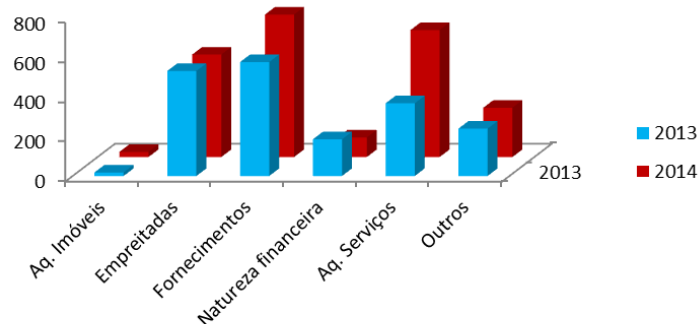
Processos por tipo de decisão e espécie processual

Tipo de decisão	Espécie processual						Total
	Aq. Imóveis	Empreitadas	Fornecimentos	Aq. Serviços	Nat. Financeira	Outros *	
Recusados		7	1	29	19	13	69
Visados	26	510	718	612	80	236	2.182
com homologação de conformidade	2	105	41	47		5	200
sem recomendações - em sessão diária de visto	22	244	480	362	76	207	1.391
com recomendações - em sessão diária de visto	2	159	197	203	4	24	589
com recomendações - em subsecção/sessão ordinária		2					2
Total	26	517	719	641	99	249	2.251
<i>Peso (%)</i>	<i>1,2%</i>	<i>23,0%</i>	<i>31,9%</i>	<i>28,5%</i>	<i>4,4%</i>	<i>11,1%</i>	<i>100,0%</i>

* Inclui: contratos-programa, protocolos, locações operacionais, acordos, projetos de fusão de empresas locais, aquisição de participações sociais, reposição do equilíbrio financeiro, aumentos de capital social, processos de injunção, entre outros

No gráfico seguinte, pode observar-se a distribuição de processos por tipologia e sua comparação com o ano transato, verificando-se que em ambos os anos predominam os processos relativos a empreitadas e fornecimentos e aquisições de serviços, denotando-se ainda um aumento face ao ano anterior.

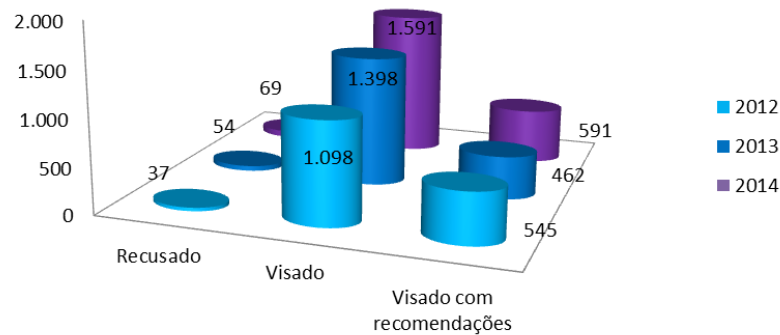
Distribuição dos processos por tipologia



Em termos globais, o número de processos aumentou em 2014, confirmando a tendência verificada no ano anterior, continuando igualmente a registrar-se um número acentuado de decisões de visto com recomendações (26%).

Evolução do número de processos controlados

Tipo de decisão	2012	2013	Var. %	2014	Var. %
Recusado	37	54	45,9%	69	27,8%
Visado	1.098	1.398	27,3%	1.591	13,8%
Visado com recomendações	545	462	-15,2%	591	27,9%
Total	1.680	1.914	13,9%	2.251	17,6%



VOLUME FINANCEIRO DOS PROCESSOS CONTROLADOS

No que se refere ao volume financeiro dos processos objeto de controlo, verifica-se que o maior valor respeita aos processos provenientes da Administração Local (34,8%), seguido do Setor Público Empresarial (30,2%).

Montantes controlados

(Unidade: m €)

Origem	Sede	SRA	SRM	Total	Peso (%)
Administração Central	800.228			800.228	27,6%
Administração Local	967.841	18.002	24.768	1.010.611	34,8%
Administração Regional		40.364	155.616	195.980	6,8%
Setor Público Empresarial	768.059	80.239	28.351	876.649	30,2%
Outros *	18.863			18.863	0,6%
Total	2.554.991	138.605	208.735	2.902.331	100,0%

* Inclui: contratos-programa, protocolos, locações operacionais, acordos, projetos de fusão de empresas locais, aquisição de participações sociais, reposição do equilíbrio financeiro, aumentos de capital social, processos de injunção, entre outros

Da análise da conjugação entre origem e espécie processual, verifica-se que o valor mais significativo respeita a processos de empreitada (34,5%), maioritariamente provenientes do Setor Público Empresarial.

Os processos de aquisição de serviços representam 32,2% do volume financeiro global, predominantemente oriundos da Administração Central.

Montantes controlados por origem e espécie processual

(Unidade: m €)

Origem	Espécie processual						Total
	Aq. Imóveis	Empreitadas	Fornecimentos	Aq. Serviços	Nat. Financeira	Outros **	
Adm. Central	12.273	80.316	126.985	536.692		43.962	800.228
Adm. Local	24.554	276.306	27.465	171.386	380.055	130.846	1.010.612
Adm. Regional	615	104.389	8.087	23.505		59.384	195.980
SP Empresarial		524.362	127.154	198.574		26.558	876.648
Outros*		15.731		3.132			18.863
Total	37.442	1.001.104	289.691	933.289	380.055	260.750	2.902.331
(%)	1,3%	34,5%	10,0%	32,2%	13,1%	9,0%	100,0%

* Inclui: contratos-programa, protocolos, locações operacionais, acordos, projetos de fusão de empresas locais, aquisição de participações sociais, reposição do equilíbrio financeiro, aumentos de capital social, processos de injunção, entre outros

Quando comparado com o ano anterior, verifica-se uma diminuição do volume financeiro controlado na ordem dos 35%, confirmando a tendência de decréscimo constatada no ano transato, pese embora o número de processos tenha aumentado.

O valor dos processos objeto de recusa de visto representa 6,7% do volume financeiro controlado, mantendo-se em níveis idênticos aos verificados no ano anterior.

Evolução dos processos

(Unidade: m €)

	2012					2013					2014				
	Num. Proc.	Num. Entidades	Montante controlado	Dos quais recusados		Num. Proc.	Num. Entidades	Montante controlado	Dos quais recusados		Num. Proc.	Num. Entidades *	Montante controlado	Dos quais recusados	
				Valor	%				Valor	%				Valor	%
Sede	1.517	637	4.278.462	1.761.776	41,2%	1.706	682	3.695.166	270.116	7,3%	2.051	391	2.554.991	178.405	7,0%
SRA	87	44	313.629	87.251	27,8%	65	34	189.816	3.465	1,8%	61	42	138.605	7.195	5,2%
SRM	117	31	209.635	5.473	2,6%	143	34	557.328	664	0,1%	139	38	208.735	9.926	4,8%
Total	1.721	712	4.801.726	1.854.500	38,6%	1.914	750	4.442.310	274.245	6,2%	2.251	471	2.902.331	195.526	6,7%

* Considerada apenas uma entidade a quando da submissão de vários processos

INDICADORES FINANCEIROS

Unidade: m€

	Sede	SRA	SRM	Total
Processos cancelados antes de decisão devido a intervenção do Tribunal	51.293	795		52.088
Redução de valores contratuais decorrente da intervenção do Tribunal	20.166			20.166
Recusas de visto	178.405	7.195	9.926	195.526
Visto com recomendações	568.621		46.472	615.093

RECURSOS ORDINÁRIOS

Das decisões finais de recusa de visto, bem como dos emolumentos fixados pelo Tribunal, quer na Sede, quer nas Secções Regionais, podem ser interpostos recursos para o plenário da 1.^a Secção.

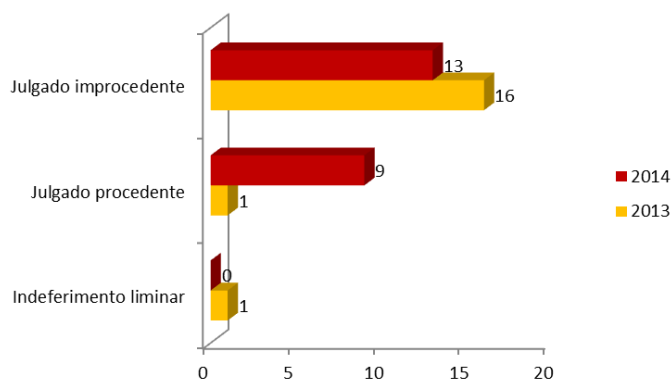
Em 2014 foram interpostos 32 recursos e proferidos 25 acórdãos e decisões, maioritariamente respeitantes a processos de fornecimentos.

Recursos ordinários - movimento processual

Recursos ordinários/Tipos de decisão	Sede	SRA	SRM	Total
Transitados	12	1		13
Distribuídos no ano	27	3	2	32
Total para julgamento	39	4	2	45
Indeferimento liminar				0
Julgado procedente	4	1		5
Julgado improcedente	19			19
Outras situações	1			1
Total de acórdãos/decisões no ano	24	1	0	25
Transitados para o ano seguinte	15	3	2	20

Recursos ordinários - decisões por espécie processual

Recursos ordinários/Tipos de decisão	Aq. Imóveis	Empreitadas	Fornec.	Aq. Serviços	Nat. Financ.	Outros	Total
Transitados	1		4		1	5	11
Distribuídos no ano		2	18		6	5	31
Total	1	2	22	0	7	10	42
Indeferimento liminar							0
Julgado procedente			2		1	6	9
Julgado improcedente	1	1	10		1		13
Outras situações			1				1
Total de acórdãos/decisões no ano	1	1	13	0	2	6	23
Transitados para o ano seguinte	0	1	9	0	5	4	19



AÇÕES PARA APURAMENTO DE EVENTUAIS RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS

No exercício da fiscalização prévia podem ser desenvolvidas ações para apuramento de eventuais responsabilidades financeiras, as quais podem ter em vista, designadamente, a comunicação ao Ministério Público das infrações financeiras detetadas nos processos de visto e que lhe permitam instaurar os respetivos processos de responsabilização.

Ações para apuramento de eventuais responsabilidades financeiras

	Inscritas em Plano		Concluídas		Arquivados/ extintos	Em curso
	Transit.	Novas	Transit.	Novas		
Sede	15	14	7		2	20
SRA						0
SRM	3	4	2	2		3
Total	18	18	9	2	2	23

Neste âmbito, foram concluídas em 2014 as seguintes ações:

N.º relat.	Objeto da ação	N.º Recom. I
01/14-1.ªS	Apuramento de responsabilidades financeiras identificadas no âmbito do contrato-programa e de gestão celebrado entre o Município de Castro Marim e a NOV Baesuris - Empresa municipal de Gestão e Reabilitação Urbana E.M.SA.	2
02/14-1.ª S	Apuram.de resp.fin. identificadas no âmbito da adenda ao contrato de "Fornecimento de Refeições Confeccionadas nas Unidades Alimentares dos Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Lisboa" celebrado entre os Serviços Sociais do Instituto Politécnico de Lisboa e a Uniself-S.Rest Púb e Priv, S.A.	1
03/14-1.ªS	Auditoria à Direção-geral de Estatística da Educação e Ciência para apuramento de responsabilidades financeiras identificadas no exercício da fiscalização prévia incidente sobre o processo de visto n.º 622/2012	8
04/14-1.ªS	Contrato de abertura de crédito a curto prazo em regime de conta-corrente celebrado entre o Município de Santarém e a Caixa Geral de Depósitos, SA	3
05/14-1.ªS	Apuramento de responsabilidade financeiras identificadas no âmbito do processo de fiscalização prévia nº 1686/2012 - Aquisição de serviços de alimentação para o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental	1
06/14-1.ªS	Apuramento de responsabilidade financeira no contrato de locação financeira mobiliária celebrado pelo Município de Alter do Chão com o Banco Santander Totta, S.A. (Processo de Fiscalização Prévia nº 149/2012)	2
07/14-1.ª S	Contrato de empréstimo de curto prazo com a natureza de "Abertura de crédito em regime de conta-corrente" e "adenda" outorgados pelo Município de Vila Nova de Poiares com a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Processo de Fiscalização Prévia nº 360/2011)	4
09/14-SRM	Auditoria de fiscalização prévia ao contrato da empreitada de construção do novo cais de cruzeiros na frente de proteção marítima do depósito de inertes criado a nascente do cais da cidade do Funchal	1
13/14-SRM	Auditoria de fiscalização prévia ao contrato da empreitada de construção do caminho agrícola do Impasse da Calçada	1
18/14-SRM	Auditoria para apuramento de responsabilidades financeiras indiciadas no âmbito da fiscalização prévia exercida sobre três contratos de empreitadas de obras públicas formalizados pelo Município de Câmara de Lobos	1
20/14-SRM	Auditoria de fiscalização prévia aos dois contratos de locação de veículos ligeiros, outorgados, em 30 de abril de 2013, entre o Município do Funchal e as empresas Locarent, S.A. , e Finlog, S.A.	5
Total de recomendações em sede de apuramento de responsabilidades financeiras		29

IV – CONTROLO CONCOMITANTE

ADICIONAIS A CONTRATOS VISADOS

Os atos ou contratos que titulem modificações aos contratos visados e que, nos termos da LOPTC estão isentos de fiscalização prévia¹, devem ser remetidos ao TC para análise, no prazo de 60 dias a contar do início da sua execução.

Dessa análise, pode ocorrer a realização de uma auditoria a determinado ato ou contrato.

Atos e contratos adicionais recebidos

Unidade: m€

Atos e contratos	2013				2014			
	Sede	SRA	SRM	Total	Sede	SRA	SRM	Total
Número	453	32	2	487	441	41	1	483
Valor	4.902	2.357	-766	6.493	12.484	359	877	13.720

O valor global dos contratos adicionais recebidos em 2014, cifra-se em 13.720 m€, verificando-se um acréscimo face ao ano anterior.

AUDITORIAS DE FISCALIZAÇÃO CONCOMITANTE

Em 2014, foram concluídas 14 auditorias, sendo a totalidade das mesmas transitada de anos anteriores. Observa-se um aumento face ao ano anterior em que se concluíram 12 auditorias (2 na Sede, 3 na SRA e 7 na SRM).

Auditorias de controlo concomitante

	Inscritas em Plano		Concluídas		A transitar
	Transit.	Novas	Transit.	Novas	
Sede	8	5	2	0	11
Contratos adicionais	5	3	1		7
Outros	3	2	1		4
SRA	4	1	2	0	3
Contratos adicionais	1	1	1		1
Outros	3		1		2
SRM	12	5	10	0	7
Contratos adicionais					0
Outros	12	5	10		7
Total	24	11	14	0	21

¹ Atos ou contratos que no âmbito de empreitadas de obras públicas já visadas, titulem a execução de trabalhos a mais ou de suprimento de erros e omissões (artigo 47.º da LOPTC, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 61/2011, de 7 de dezembro)

Seguidamente, apresentam-se as auditorias concluídas em 2014, com indicação das recomendações formuladas em cada relatório.

N.º relat.	Objeto da auditoria	N.º	
		Recom. I	Recom. II *
01/14-1.ºS	Auditoria ao Centro Hospitalar de Trás-Os-Montes e Alto Douro, EPE, no âmbito da Ação de Fiscalização Concomitante ao contrato de empreitada relativo à "Construção do Novo Hospital de Proximidade de Lamego	6	6
02/14-1.ºS	Ação de Fiscalização Concomitante à Universidade do Algarve - Atos de gestão de pessoal relativos a remunerações e acumulações de funções em instituições de ensino superior	5	5
05/14-SRA	Auditoria à prorrogação do contrato de prestação de serviços de exploração da Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos (ETRS)	1	2
09/14-SRA	Adicionais ao contrato de empreitada de construção da nova Escola do Ensino Básico da Ribeirinha	5	5
08/14-SRM	Auditoria de fiscalização concomitante à APRAM, S.A. - despesas de pessoal e contratação pública – 2011-2012	7	7
16/14-SRM	Auditoria de fiscalização concomitante à Câmara Municipal de Porto Moniz – Seguimento de recomendações - 2010/2012	5	5
19/14-SRM	Auditoria aos Municípios da RAM com vista a apurar a legalidade das alterações de posição remuneratória por opção gestionária efetuadas nos anos de 2009 e de 2010 Município de Câmara de Lobos	1	1
21/14-SRM	Auditoria aos Municípios da RAM com vista a apurar a legalidade das alterações de posição remuneratória por opção gestionária efetuadas nos anos de 2009 e de 2010 – Município de Machico	1	1
22/14-SRM	Auditoria aos Municípios da RAM com vista a apurar a legalidade das alterações de posição remuneratória por opção gestionária efetuadas nos anos de 2009 e de 2010 – Município do Funchal	1	1
24/14-SRM	Auditoria aos Municípios da RAM com vista a apurar a legalidade das alterações de posição remuneratória por opção gestionária efetuadas nos anos de 2009 e de 2010 Município da Ponta do Sol	1	1
25/14-SRM	Auditoria aos Municípios da RAM com vista a apurar a legalidade das alterações de posição remuneratória por opção gestionária efetuadas nos anos de 2009 e de 2010 Município do Porto Moniz	1	1
26/14-SRM	Auditoria aos Municípios da RAM com vista a apurar a legalidade das alterações de posição remuneratória por opção gestionária efetuadas nos anos de 2009 e de 2010 Município de Santana	1	1
27/14-SRM	Auditoria aos Municípios da RAM com vista a apurar a legalidade das alterações de posição remuneratória por opção gestionária efetuadas nos anos de 2009 e de 2010 Município da Ribeira Brava	1	1
28/14-SRM	Auditoria aos Municípios da RAM com vista a apurar a legalidade das alterações de posição remuneratória por opção gestionária efetuadas nos anos de 2009 e de 2010 Município de Santa Cruz	1	1
Total de recomendações em sede de controlo concomitante		37	38

* Por cada recomendação dirigida a mais do que uma entidade, foram consideradas tantas recomendações quantas as entidades a quem se formularam

V – CONTROLO SUCESSIVO

De acordo com a LOPTC, compete à 2.ª Secção do Tribunal, na Sede, e às Secções Regionais dos Açores e da Madeira, o controlo financeiro concomitante e sucessivo, o qual é exercido mediante a realização de ações conducentes à emissão do Parecer sobre a Conta Geral do Estado (PCGE), incluindo a da Segurança Social, dos Pareceres sobre as Contas das Regiões Autónomas (PCRAA e PCRAM), de relatórios de auditoria e de verificação (externa e interna) de contas.

Para a elaboração do Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2013 foram concluídas 41 ações e para o Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores concluíram-se 14.

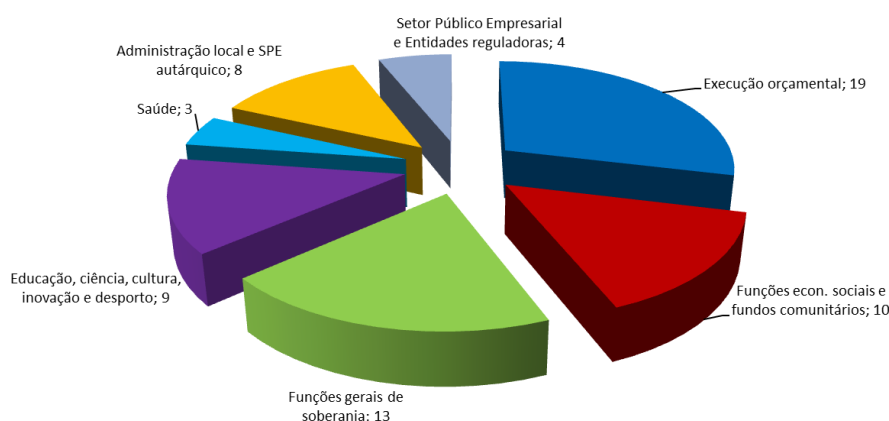
A conclusão do Parecer sobre a Conta da Região Autónoma da Madeira foi inviabilizada pelo facto da respetiva conta de 2013 apenas ter sido remetida à Secção Regional em 22 de Outubro de 2014.

AUDITORIAS POR ÁREA DE ATUAÇÃO E TIPOLOGIA

Em 2014 foram concluídas 66 auditorias e verificações externas de contas (VEC), das quais 42 na Sede, 10 na SRA e 14 na SRM, apresentando-se de seguida a sua distribuição por área de atuação e por tipologia.

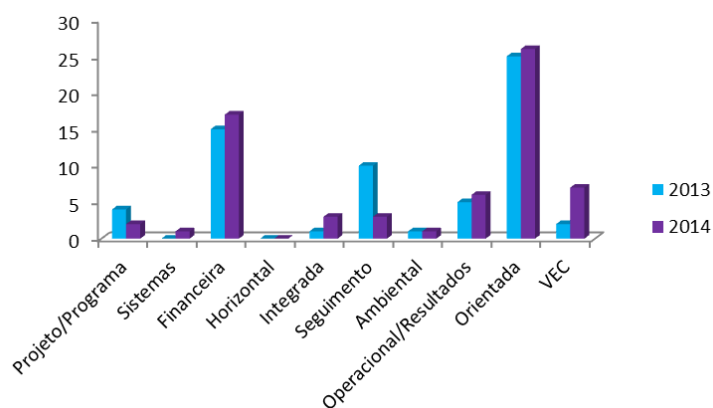
Auditorias e VEC concluídas – por área de atuação

Áreas de atuação	2012				2013				2014			
	Sede	SRA	SRM	Total	Sede	SRA	SRM	Total	Sede	SRA	SRM	Total
Execução orçamental (OE, SS e RA)	12	1	2	15	17	2	4	23	15	1	3	19
Funções econ. sociais e fundos comunitários	7	1		8	5	1		6	7		3	10
Funções gerais de soberania	8	2	3	13	9		2	11	6	2	5	13
Educação, ciência, cultura, inovação e desporto	11	2	1	14	4		1	5	7	1	1	9
Saúde	5		1	6	5	1	1	7	3			3
Administração local e SPE autárquico	1	9	1	11	2	1	1	4		6	2	8
Setor Público Empresarial e Entidades reguladoras	6		2	8	4	1		5	4			4
Total	50	15	10	75	46	6	9	61	42	10	14	66



Auditorias e VEC concluídas - por tipologia

Áreas de atuação	2012				2013				2014			
	Sede	SRA	SRM	Total	Sede	SRA	SRM	Total	Sede	SRA	SRM	Total
Projeto ou programa	3	1		4	3	1		4	2			2
Sistemas									1			1
Financeira	11		1	12	12	2	1	15	16		1	17
Horizontal	1			1								0
Integrada	2	3		5		1		1	2	1		3
Seguimento	8	1		9	8		2	10	2		1	3
Ambiental	1			1	1			1	1			1
Operacional ou de resultados	7			7	5			5	6			6
Orientada	15	10	8	33	16	3	6	25	9	7	10	26
Verificação externa de contas	2		1	3	1		1	2	3	2	2	7
Total	50	15	10	75	46	7	10	63	42	10	14	66



Verifica-se que maioritariamente foram desenvolvidas auditorias orientadas (39%) e financeiras (26%), mantendo-se uma constância face aos anos anteriores.

Seguidamente, apresentam-se as auditorias concluídas em 2014, com indicação das recomendações formuladas em cada relatório.



Lista de Auditorias/VEC/Pareceres concluídos/N.º Recomendações

N.º relat.	Área/Objeto da Auditoria/VEC/Parecer	N.º Recom. I	N.º Recom. II (a)
Execução dos orçamentos do Estado, da Segurança Social e das Regiões Autónomas			
09/14-2.ªS	Auditoria à Atividade do Fundo de reabilitação e conservação patrimonial	16	27
13/14-2.ªS	Auditoria ao Controlo da receita do imposto sobre o rendimento de pessoas singulares	6	6
19/14-2.ª S	Auditoria à Quantificação da despesa fiscal	7	7
27/14-2.ªS	Acompanhamento dos mecanismos de assistência financeira a Portugal	7	7
(b)	Auditoria aos encargos já incorridos e aos compromissos assumidos ou a assumir pelo sector público resultantes da nacionalização e subsequente reprivatização do Banco Português de Negócios, S.A.	-	-
(b)	Avaliação continuada dos sistemas de informação de suporte à despesa e à certificação de contas - despesa e POCP	-	-
(b)	Tesouraria do Estado - Controlo da Tesouraria do Estado	-	-
(b)	Receita da Administração Central do Estado - Controlo do Acolhimento das Recomendações	-	-
(b)	Património Imobiliário da Administração Central do Estado - Controlo do Acolhimento das Recomendações	-	-
(b)	Tesouraria do Estado - Controlo do Acolhimento das Recomendações	-	-
(b)	Organismos do Ministério das Finanças - Controlo do Acolhimento das Recomendações	-	-
(b)	Organismos do Ministério das Finanças - Controlo das Contas dos Serviços Integrados	-	-
(b)	Organismos do Ministério das Finanças - Controlo das Contas dos Serviços e Fundos Autónomos	-	-
(b)	Auditoria Orientada ao Regime Excecional de Regularização de Dívidas à Administração Fiscal e SS	-	-
(b)	Auditoria Orientada à Área das Pensões Atribuídas pela Segurança Social	-	-
(b)	Auditoria Orientada à Área das Prestações de Desemprego Atribuídas pela Segurança Social	-	-
10/14-SRA	Despesas com publicidade suportadas pelo Orçamento da Região Autónoma dos Açores	3	6
11/14-SRM	Auditoria no âmbito do património móvel da RAM - bens declarados perdidos a favor da RAM em 2013	1	1
12/14-SRM	Auditoria aos encargos com juros de mora na Administração Regional	2	2
17/14-SRM	Auditoria aos sistemas de gestão financeira, orçamental e de recursos humanos da Administração Pública Regional	1	1
PGCE	Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2013	86	86
PCRA	Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores de 2013	20	20
Funções económicas, sociais (habitação e serviços coletivos) e Fundos comunitários			
05/14-2.ªS	Auditoria financeira ao Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação IP (IAPMEI) - Gerência de 2011	14	14
08/14-2.ªS	Auditoria ao Projeto de reabilitação do parque habitacional do IHRU	15	15
16/14-2.ªS	Auditoria financeira ao Instituto das comunicações de Portugal - Autoridade Nacional de Comunicações (ICP_ANACOM) - gerência de 2012	6	8
23/14-2.ªS	Auditoria à Produção e incorporação de biocombustíveis	3	4
25/14-2.ªS	Auditoria ao Programa operacional regional do Algarve	4	4
03/15-2.ªS	Auditoria à Instalação de jovens agricultores	5	10
02/14-SRM	Auditoria de seguimento para avaliar o grau de acatamento da recomendação n.º 3 formulada no relatório n.º 01/2010 à APRAM, SA	1	1
14/14-SRM	Auditoria ao CARAM - Centro de Abate da Região Autónoma da Madeira, EPERAM	1	2
15/14-SRM	Auditoria à IGA, SA no âmbito da gestão de créditos sobre terceiros	2	2

(cont.)

(cont.)

N.º relat.	Área/Objeto da Auditoria/VEC/Parecer	N.º Recom. I	N.º Recom. II (a)
Funções gerais de soberania			
12/14-2.ªS	Auditoria à Empresa de meios aéreos, SA	3	3
22/14-2.ªS	Auditoria ao Passaporte eletrónico português	5	5
VEC 01/14-2.ªS	Verificação externa das contas do OE (Sede) do Tribunal de Contas - gerência de 2013	-	-
VEC 02/14-2.ªS	Verificação externa das contas do Cofre (Sede) do Tribunal de Contas - gerência de 2013	-	-
VEC 03/14-2.ªS	Verificação externa da Conta Consolidada do Tribunal de Contas - gerência de 2013	-	-
VEC 04/14 - SRA	Verificação externa à conta da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas (OE) - gerência de 2013	-	-
VEC 05/14 - SRA	Verificação externa à conta da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas (Cofre) - gerência de 2013	-	-
04/14-SRM	Auditoria às despesas dos Gabinetes dos Membros do Governo Regional - 2012	6	9
06/14-SRM	Verificação externa à conta da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas (Cofre privativo) - 2013	-	-
07/14-SRM	Verificação externa à conta da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas (OE) - 2013	-	-
10/14-SRM	Auditoria às subvenções vitalícias e subsídios de reintegração pagos a ex-deputados da ALM	3	3
23/14-SRM	Auditoria à conta da Assembleia Legislativa da Madeira – 2013	4	4
Parecer AR	Parecer sobre a Conta da Assembleia da República de 2013	1	1
Parecer ALR	Parecer sobre a conta da Assembleia Legislativa Regional dos Açores de 2013	-	-
Ciência, inovação e ensino superior, educação, cultura e desporto			
06/14-2.ªS	Auditoria orientada às dívidas a terceiros do Instituto Português do Desporto e da Juventude	10	10
10/14-2.ªS	Faculdade de ciências e tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e Fundação da Faculdade - exercício de 2010	17	17
15/14-2.ªS	Faculdade de medicina dentária da Universidade de Lisboa	14	14
20/14-2.ª S	Instituto Superior Técnico - exercício de 2011	17	17
21/14-2.ªS	Instituto Politécnico de Viana do Castelo - exercício de 2012	8	8
26/14-2.ªS	Parque escolar - exercício de 2013	2	3
-	ESO - European Organisation for Astronomical Research in the Southern Hemisphere - Gerência 2013	-	-
08/2014-SRA	Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade	7	7
01/14-SRM	Auditoria ao subsídio de insularidade atribuído aos colaboradores da UMa e dos SASUMa - 2000 a 2010	1	2
Saúde			
11/14-2.ªS	Auditoria à execução do contrato de gestão do Hospital de Cascais	15	20
17/14-2.ªS	Auditoria ao desempenho de Unidades funcionais de cuidados de saúde primários	33	71
18/14-2.ªS	Auditoria de resultados ao Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE	30	30

(cont.)



(cont.)

N.º relat.	Área/Objeto da Auditoria/VEC/Parecer	N.º Recom. I	N.º Recom. II (a)
Administração local e SPE autárquico			
01/14-SRA	Auditoria ao Estatuto remuneratório dos membros da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo	1	1
02/14-SRA	Auditoria à Espaço Povoação, EEM - Relações financeiras com o Município da Povoação e empresas participadas	3	3
03/14-SRA	Município do Nordeste - Dívida pública e encargos plurianuais	3	4
04/14-SRA	Auditoria ao estatuto remuneratório dos membros dos órgãos da Associação de Municípios da Ilha de São Miguel (AMISM)	2	2
06/14-SRA	Auditoria ao setor empresarial do Município das Velas - Aplicação da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto	2	3
07/14-SRA	SDMSA, EEM - Objeto social e relações financeiras com o Município de Vila do Porto	1	1
03/14-SRM	Auditoria ao cumprimento do plano de saneamento financeiro da Câmara Municipal de Santa Cruz - 2008 a 2012	8	8
05/14-SRM	Auditoria ao pagamento de uma multa pessoal com fundos da entidade pública - Santa Cruz XXI	-	-
SPE da Administração central e regional e Entidades reguladoras			
03/14-2.ªS	Regulação de PPP no sector das Águas - sistemas em baixa	10	10
07/14-2.ªS	Auditoria à execução de empreitadas pelo Metropolitano de Lisboa, EPE	8	8
14/14-2.ªS	Auditoria de seguimento às recomendações formuladas em relatórios de auditoria a empresas do setor dos transportes públicos	29	31
24/14-2.ªS	Projeto rodoviário português de Alta velocidade	7	7
Total de recomendações em sede de fiscalização sucessiva		450	525
Das quais dos Pareceres sobre a Conta Geral do Estado e sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores		106	106

(a) Por cada recomendação dirigida a mais do que uma entidade, foram consideradas tantas recomendações quantas as entidades a quem se formularam

(b) Auditorias que contribuem para o PCGE sem relatório autónomo

Lista do valor financeiro dos factos de Auditoria/VEC/Pareceres detetados

Dep.	N.º relat./Parecer	Breve descrição dos factos de Auditoria/VEC/Pareceres	Montante (m €)
Execução dos orçamentos do Estado, da Segurança Social e das Regiões Autónomas			
DA I	PGCE 2013	Subvalorização da despesa pela transferência de dotações orçamentais do Cap. 60 – Despesas Excepcionais para contas específicas do Tesouro	113.000
		Sobrevalorização da despesa inscrita na CGE por transferências de verbas para contas dos próprios organismos para utilização no ano orçamental seguinte	38.000
		Não inclusão na CGE da dívida dos SFA	14.088.000
		Passivos financeiros - subvalorização das despesas com amortizações dos SI e com juros dos SI e dos SFA	339.000
		Nos SFA, sobrevalorização das receitas com ativos financeiros e também das despesas com ativos financeiros e com passivos financeiros	96.000
		Não inclusão na CGE de perdões de dívida concedidos às Repúblicas de Moçambique e de São Tomé e Príncipe	16.000
		DA II	PGCE 2013
Contribuição do Serviço Rodoviário	504.178		
Participação dos Municípios no IRS	377.393		
Contribuição para o Audiovisual	151.739		
Outras receitas	676.311		
Receita extraorçamental	3.303.335		
Saldo do Fundo de Estabilização Tributário	996.054		
Despesa Fiscal omissa			
Imposto de selo	454.663		
IRC	30.350		
IUC	5.367		
Património imobiliário			
Operações imobiliárias - receita do Estado por validar	10.431		
Operações imobiliárias - receita do Estado omissa	4.876		
Operações imobiliárias - despesa do Estado por validar	215.866		
Operações imobiliárias - despesa do Estado omissa	642		
Saldo do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial omissa	41.541		
Operações de Tesouraria			
Disponibilidades indevidamente fora do Tesouro em 31-12-2013	686.448		
Receita do Estado por obter - Rendimentos fora do Tesouro	4.630		
DAIII	PGCE 2013	Não utilização de um critério uniforme na contabilização dos “Recursos próprios tradicionais”, estando a receita e a despesa orçamental de 2013 subavaliadas em € 447 m. Tal continuou a ocorrer em relação aos “Recursos próprios tradicionais não cobrados”, decorrentes de processos em contencioso, em que os valores retidos a título de despesas de cobrança não foram contabilizados como receita orçamental, como é procedimento comum, tendo sido abatidos à correspondente despesa, contrariando assim o princípio da não compensação	447
		A informação sobre os fluxos financeiros com a União Europeia não é consistente nem completa, tendo sido apuradas divergências no valor global de € 52,5 M	52.500
DA VII	PGCE 2013	A receita de contribuições e a despesa com pessoal estão subvalorizadas devido à eliminação da parcela respeitante ao encargo patronal das entidades que integram o perímetro de consolidação. Também os proveitos provenientes de contribuições para a segurança social e os custos com pessoal se encontram subvalorizados na mesma medida	14.600
		Parte das contribuições cobradas não se encontra imputada às diferentes classificações económicas e respetivas desagregações em função da sua origem, mas em função de uma tabela de imputação	3.901.000
		Em 2013 continuou a verificar-se a metodologia de contabilização dos valores com despesa de pensões que são suportados pela CGA e pagos aos beneficiários pela segurança social e os que são suportados pela segurança social e pagos aos beneficiários pela CGA, tendo como consequência uma duplicação de receita e de despesa na Conta Geral do Estado, uma vez que tais valores não foram eliminados pela DGO em sede de consolidação	490.200
		A receita e a despesa da CSS estão subvalorizadas no que respeita à parcela abatida ao financiamento e ao pagamento de pensões da responsabilidade da CGA	99.500
		O valor das prestações sociais registado como pago inclui indevidamente prestações devolvidas à segurança social no exercício, o que conduz a uma sobrevalorização da despesa	8.500
		Os saldos das contas bancárias comportam movimentos “por reconciliar” alguns dos quais há mais de dois anos	349.700
		A receita cobrada, no âmbito do RERD, proveniente de coimas aplicadas a estabelecimentos e beneficiários em processos de contraordenações, não foi refletida na conta de execução orçamental	156

(cont.)



(cont.)

Dep.	N.º relat./Parecer	Breve descrição dos factos de Auditoria/VEC/Pareceres	Montante (m €)
DA VII (cont)	PCGE 2013	A informação contabilística de duas das entidades que integram o perímetro de consolidação continua a não estar integrada no sistema de informação financeira da segurança social (SIF)	11.703.100 1.362.600 8.382.600
		A dívida de contribuintes está sobrevalorizada devido a omissões e erros de contabilização de coimas, custas e juros. Parte desta sobrevalorização (€59,6M) resulta de erro de parametrização informática não detetada pelos serviços	226.000
		A dívida de prestações sociais a repor (beneficiários) está relevada no balanço por um valor superior ao que consta das contas correntes dos beneficiários	99.000
		A dívida de outros devedores está sobrevalorizada por omissão de registo do valor cobrado e do valor dispensado de coimas e de custas, no âmbito do RERD, a estabelecimentos e a beneficiários	1.600
		Os custos extraordinários estão subvalorizados por omissão de contabilização de custos incorridos no ano	167.300
		O resultado líquido relevado na CSS não é fiável, designadamente porque: não reflete os efeitos decorrentes da aplicação do RERD; os proveitos provenientes de instauração de contraordenações (coimas e custas) estão sobrevalorizados; não está a ser cumprido o princípio da especialização dos exercícios para os juros devidos com origem em dívida contributiva, não se encontrando relevados os juros vencidos no ano de 2013 e não cobrados; o efeito do registo do proveito extraordinário proveniente de prestações sociais prescritas (€ 255,1 m) foi anulado com o registo de um custo de igual valor que na prática não ocorreu; e inclui custos com amortizações de parcelas de terreno	142.100
		Apesar de já terem sido nomeados os fiscais únicos de 3 institutos, em 2013, só um emitiu parecer sobre as contas do mesmo exercício em tempo útil	12.934.200 53.862.600 65.615.800
		SRA	PCRAA
Contabilização de receitas, provenientes de fundos comunitários, recebidas após o encerramento do período complementar	3.149		
10/14-SRA	Pagamento de despesas sem que os comprovativos da situação contributiva ou tributária dos beneficiários, incluídos nos processos, se encontrassem válidos naquela data, nem existindo qualquer evidência da verificação da situação antes do pagamento		4.640
Funções económicas, sociais (habitação e serviços coletivos) e Fundos comunitários			
DA III	05/14-2.ºS	Não cumprimento do princípio da unidade de tesouraria	28.682
		Contabilização de um saldo credor em diminuição do ativo quando se trata uma dívida do IAPMEI, integrando o respetivo passivo	1.943
		Nas contas "Devedores por subsídios reembolsáveis QCA II" e "Outros devedores", encontram-se contabilizados saldos credores, o que distorce o valor da dívida ao IAPMEI	34
	08/14-2.ºS	Pagamentos indevidos por incorreção no cálculo da revisão de preços relativa a trabalhos a mais com preços acordados (€ 21.741,60 - objeto de reposição), e por não dedução de "menores valias" que foram consideradas no apuramento dos trabalhos a mais e a menos (€ 1.497,98 - objeto de reposição)	23
		Inclusão no critério de adjudicação do fator "currículo da equipa projetista", situação que pode alterar o resultado financeiro do contrato	107
		Prestações de serviços para coordenação de segurança em obra tiveram início anteriormente à emissão do parecer prévio e à adjudicação	13
		O IHRU procedeu ao respetivo pagamento sem ter procedido previamente à publicitação de procedimentos de contratação celebrados por ajuste direto no Portal Base do Contratos Públicos	161
		O IHRU não procedeu à abertura de concurso público relativamente a trabalhos que constituem obra nova ("tratamento das coberturas" e a "rede de gás", com os valores de 119.798,21 € e 159.865,56 €, respetivamente)	280
		O IHRU não procedeu à publicitação do anúncio de pré-informação relativamente aos contratos de prestação de serviços e de empreitada celebrados nos anos de 2010 a 2013	105.224
		O IHRU aplicou uma sanção de 4.577,74 € a um projetista em resultado da responsabilização pelos erros e omissões do projeto de uma empreitada	0,5
Em contratos relativos a intervenções de reabilitação do parque habitacional propriedade do IHRU a despesa não foi imputada ao Projeto 7346, embora respeitasse a intervenções nele incluídas	1		

(cont.)

(cont.)

Dep.	N.º relat./Parecer	Breve descrição dos factos de Auditoria/VEC/Pareceres	Montante (m €)
DA III (cont.)	16/14-2.ºS	Não cumprimento do princípio da unidade de tesouraria	129.426
		Não entrega dos juros creditados em 2012 pela banca comercial nos cofres do Estado	3.801
		Falta de publicitação de apoios públicos a favor de pessoas singulares ou coletivas exteriores ao setor público administrativo, a título de subsídio, subvenção, bonificação, ajuda, incentivo ou donativo	735
		Ausência de decisão das tutelas setorial e financeira do ICP - ANACOM sobre a entrega como receita do Estado de M€ 30,9, relativa à aplicação dos resultados de 2010. Relativamente à decisão de aplicação de resultados de 2011, ficaram por aplicar cerca de M€ 1,4. Quanto aos resultados de 2012, não foi publicado o diploma previsto na Portaria n.º 326-A/2013 relativa à decisão das tutelas setorial e financeira, o qual determinará a aplicação de cerca de M€ 22. Apesar de aceite pelo Governo a proposta do ICP - ANACOM de entrega ao Estado durante o primeiro trimestre de 2011 do total das suas Reservas Especiais, no valor de cerca M€ 38,3, a transferência dessa verba ainda não se concretizou	92.613
	O Relatório e Contas de 2012 do ICP - ANACOM não contém informação exata respeitante ao leilão de atribuição de direitos de frequências, sendo as operadoras licitantes devedoras de M€ 100 no final do exercício	100.000	
23/14-2.ºS	Resultou da incorporação de biocombustíveis no gasóleo rodoviário que, entre 2006 e 2010, os consumidores pagaram mais M€ 73,2 de imposto sobre os produtos petrolíferos e contribuição de serviço rodoviário do que pagariam pelo combustível fóssil energeticamente equivalente sem incorporação, pelo que a isenção de M€ 269,9 concedida nesse período foi equivalente a apenas M€ 196,7, em termos líquidos. Entre 2011 e 2013, ou seja, após o fim da isenção para os biocombustíveis produzidos pelos produtores do regime geral, pelas mesmas razões, houve lugar à cobrança de mais M€ 78,4 de imposto sobre os produtos petrolíferos e contribuição de serviço rodoviário sobre o gasóleo do que haveria lugar para o combustível fóssil equivalente sem incorporação. Esta situação apresenta-se contrária à natureza de imposto ambiental do imposto sobre produtos petrolíferos, uma vez que os consumidores sujeitos passivos do mesmo são mais penalizados pela medida de mitigação do que enquanto agentes de poluição	151.560	
	25/14-2.ºS	O equipamento de exercício físico adquirido no âmbito da operação no Parque Municipal de Loulé não estava completo	1
		Utilização distinta da finalidade para a qual tinha sido adquirido de um monitor na operação no Centro de Saúde de Portimão	3
SRM	02/14-SRM	Não arrecadação de receitas relacionadas com as taxas de uso privativo de domínio público marítimo em dívida	1.240
	15/14-SRM	Distribuição, pelos sócios, de reservas livres com utilização de verbas comunitárias transferidas (FEADER)	5600
Funções gerais de soberania			
DA IV	12/14-2.ºS	Sobrevalorização do limiar mínimo de horas de voo, com implicações nos custos dos serviços de manutenção programada	32.800
		Disponibilização de meios aéreos locados sem suporte contratual e/ou orçamental nos anos de 2008, 2010 e 2011	14.400
SRM	04/14-SRM	Falta de base legal para que o abono mensal para despesas de representação seja reconhecido ao chefe de gabinete e aos adjuntos do gabinete do Presidente do Governo Regional em termos idênticos aos legalmente previstos para os mesmos cargos do gabinete do Primeiro-Ministro.	18
		Atribuição do abono para despesas de representação a uma especialista do Gabinete do VPGR que não se harmoniza com o regime decorrente dos art.ºs 2.º, n.º 4, e 9.º, n.º 1, do DL n.º 262/88, de 23 de julho, e do art.º 31.º, n.º 2, da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro	2
	10/14-SRM	Pagamento de despesas com deslocações em território nacional dos membros do Governo Regional e dos respetivos gabinetes sem fundamento na norma do n.º 2 do art.º 1.º do DL n.º 106/98, de 24 de abril, na revisão operada pelo art.º 2.º do DL n.º 137/2010, de 28 de dezembro.	4.252
		Pagamento indevido de subsídios de reintegração a ex-deputados da Assembleia Legislativa da Madeira	357
	23/14-SRM	Acumulação da Subvenção Mensal Vitalícia com a pensão de reforma ou aposentação de montante superior ao limite quantitativo (remuneração base do cargo de ministro)	181
	Acumulação ilegal da Subvenção Mensal Vitalícia com funções políticas ou públicas remuneradas	74	
	Pagamento indevido de subsídios de reintegração a ex-deputados da Assembleia Legislativa da Madeira.	148	
Ciência, inovação e ensino superior, educação, cultura e desporto			
DA V	06/14-2.ºS	Não pagamento atempado de dívidas a fornecedores e não regularização de dívidas vencidas, nos anos de 2009 a 2011 e não relevação nas demonstrações financeiras pelo Instituto de Desporto de Portugal	185
		Despesas e pagamentos ilegais decorrentes de manutenção de contratos de prestação de serviços com médicos responsáveis pelo controlo antidopagem no 2.º semestre de 2009 e em 2010	298
		Despesas ilegais com aquisições de bens e serviços nos anos de 2009 e 2011, resultantes de assunção de encargos sem informação prévia de cabimento, ausência de decisão de contratar e de autorização da respetiva despesa e inexistência de pedido de parecer prévio aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública	11.581
		Despesas ilegais resultantes da realização de trabalhos a mais que não observaram as formalidades legalmente previstas, designadamente, ausência de formalização de adicionais a contratos de empreitadas e de ordens escritas para execução dos respetivos trabalhos	1.927

(cont.)



(cont.)

Dep.	N.º relat./Parecer	Breve descrição dos factos de Auditoria/VEC/Pareceres	Montante (m €)	
DA V (cont.)	10/14-2.ºS	Autorização de despesas ilegais, relativas aos anos de 2008 a 2012, pela cedência com caráter de regularidade à FCT-UNL de trabalhadores pertencentes aos quadros de pessoal da Fundação da Faculdade e do Uninova ao abrigo de protocolos celebrados com estas entidades, como forma de suprir necessidades permanentes de pessoal	3.134	
		Autorização de despesas ilegais e pagamentos ilegais e indevidos, nos anos de 2008 a 2011, relativos ao pagamento de remunerações a docentes por atividades que integram o exercício de atividade docente	63	
		Violação do regime de dedicação exclusiva obrigando à reposição dos montantes auferidos por dois docentes (2009 a 2012)	64	
	15/14-2.ºS	Omissão de autorizações de despesa, nos anos de 2008 a 2012, respeitantes à contratação de profissionais de Saúde e outros profissionais em regime de prestação de serviços e das fases de realização de despesa e sem autorização do Reitor, bem como para a contratação de assistentes dentárias, técnicas de radiologia, rececionistas e pessoal administrativo	4.371	
		Autorização de despesas e de pagamentos ilegais e indevidos, nos anos de 2009 e 2010, relativos a trabalho extraordinário e abono de subsídio de refeição a prestador de serviços e ultrapassagem do limite anual de horas do trabalho extraordinário, bem como abono além do limite de 60% de remuneração base	65	
		Autorização de despesas ilegais e de pagamentos ilegais e indevidos, nos anos de 2011 e 2012, por abono de suplemento remuneratório a título de isenção de horário de trabalho sem base legal	22	
		Autorização de despesa ilegal e pagamentos ilegais e indevidos, nos anos de 2009 a 2012, relativos à equiparação do Secretário Coordenador a cargo de direção superior de 2.º. Grau	18	
	21/14-2.ºS	Pagamentos ilegais e indevidos entre Janeiro de 2004 e Novembro de 2012, relativos ao abono de despesas de representação ao anterior e atual presidente do IPVC, sem norma legal permissiva	83	
		Despesas ilegais e pagamentos ilegais e indevidos pela atribuição de suplemento remuneratório à pro-presidente do IPVC, entre Dezembro de 2011 e Junho de 2013 sem norma legal permissiva	9	
		Despesas ilegais em 2012 respeitantes à aquisição dos serviços de aluguer de veículos e motorista, sem prévia autorização do Ministro das Finanças	138	
	SRM	01/14-SRM	Pagamento ilegal de subsídios de insularidade aos colaboradores da Uma e dos SASUMA	1.669
	Saúde			
DA VI	11/14-2.ºS	Existência de uma redução de valor do projeto, para a entidade gestora do estabelecimento	27.467	
	17/14-2.ºS	Não obstante o disposto na alínea b) do n.º 2 do art.º 24º da LOE para 2011 e no n.º 1 do art.º 20º da LOE para 2012, foram pagos, nesses anos, a enfermeiros e assistentes técnicos das USF modelo B, pela respetiva ARS, incentivos financeiros.	9.230	
		Remuneração duplicada ao pessoal médico das USF, pelo mesmo utente, através de duas diferentes componentes remuneratórias. O aumento da lista mínima de utentes de cada médico, para além de permitir auferir suplementos, permite também auferir, por idêntica base de incidência, compensações pelo desempenho, decorrentes do registo das atividades específicas realizadas aos mesmos utentes	17.690	
		Recebimento, por parte dos médicos, de acréscimos remuneratórios pelas funções de orientador de formação do internato da especialidade de medicina geral e familiar e de coordenador da equipa da USF.	260	
		As metas de desempenho contratualizadas entre as ARS e os ACES e, por sua vez entre estes e as USF, no que respeita ao indicador custo médio de medicamentos (PVP) por utilizador, em 2011, não refletem diretamente, quer a redução do preço unitário médio (PVP) do medicamento nesse ano, quer o custo médio (PVP) com medicamento por utilizador, atingido no indicador do desempenho de 2010 ou sequer o número de embalagens prescritas nesse mesmo ano	386	
	18/14-2.ºS	O número de processos distribuídos a cada uma das sociedades de Advogados externos contratadas e a contribuição de cada uma daquelas sociedades para obtenção dos objetivos para os quais foram contratadas permitiu concluir pela existência de um excesso de prestadores de serviços jurídicos	243	
		Utilização de contas abertas na banca comercial em violação do Regime da Tesouraria do Estado	332	
		A atribuição de um subsídio de função a médicos e enfermeiros que exercem funções de enquadramento e de suplementos remuneratórios por isenção de horário de trabalho carece de revisão tendo em vista a harmonização das políticas remuneratórias no universo dos hospitais do SEE, uma vez que a transição do hospital para entidade pública empresarial ocorreu em 2009	696	
		O hospital não cumpriu o estipulado no Despacho do Secretário de Estado da Saúde, n.º 3402/2012, de 28 de fevereiro, segundo o qual, ficaram sujeitas a autorização prévia do Ministro da Saúde quaisquer despesas cujo valor total do investimento, a ser pago em 2012 ou anos posteriores, ultrapassem € 100.000	587	
	Não se encontram refletidas contabilisticamente, nas demonstrações financeiras de 2009 a 2012, as notas de débito relativas às taxas moderadoras que não foram pagas pelos utentes, no total acumulado de € 2.907.211, pelo que foram subavaliados os correspondentes proveitos anuais e o valor das dívidas de terceiros refletido no balanço	2.907		
	No período 2009-2011, o hospital faturou indevidamente como GDH de ambulatório os tratamentos com medicamentos antineoplásicos e imunomoduladores (Grupo FarmacoTerapêutico 16) administrados por via oral (quimioterapia oral). Esta faturação irregular representou € 1.373.051, € 1.749.084 e € 1.781.759, em 2009, 2010 e 2011, respetivamente. O hospital procedeu aos registos contabilísticos de correção da faturação irregular em 2012, no entanto, a restituição financeira dos valores faturados irregularmente ainda não ocorreu	4.904		

(cont.)

(cont.)

Dep.	N.º relat./Parecer	Breve descrição dos factos de Auditoria/VEC/Pareceres	Montante (m €)
Administração local e SPE autárquico			
SRM	05/14-SRM	Pagamento de uma multa de 735 € e de emolumentos de 110,25 € ao Tribunal de Contas, com dinheiro da empresa municipal.	0,8
SRA	02/14-SRA	Adjudicação de empreitada que não foi precedida de realização de concurso público ou concurso limitado com publicação de anúncio, contrariando o legalmente exigido	4.317
		Vantagem atribuída a empreiteiro, decorrente de pagamento de adiantamento aquando a celebração de contrato, contrariando o regime legal dos adiantamentos	1.295
	03/14-SRA	Adjudicação de empreitada que não foi precedida de concurso limitado sem publicação de anúncio, com convite a pelo menos cinco entidades, contrariando o legalmente estabelecido	212
		Ausência de divulgação, nos anexos às demonstrações financeiras, das responsabilidades assumidas pelo Município, através das suas participadas	14.582
04/14-SRA	A AMISM efetuou pagamentos, a título de senhas de presença, a membros dos seus órgãos que simultaneamente exerciam funções autárquicas em regime de permanência	391	
	A AMISM efetuou pagamentos, a título de senhas de presença, a membros dos seus órgãos, que globalmente excederam os valores fixados nas deliberações da assembleia intermunicipal	10	
SRM	03/14-SRM	Acumulação ilegal das funções de apoio ao Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz com as funções de Presidente e Vogal do Conselho de Administração da empresa municipal <i>Santa Cruz XXI</i>	17
		Omissão da contabilização de faturas na contabilidade orçamental	10.949
		Omissão da contabilização, nas demonstrações financeiras de natureza patrimonial	10.748



Lista dos impactos financeiros de auditorias e VEC conhecidos em 2014

Unidade: m €

Dep.	N.º Relat	Breve descrição do impacto	Montante
Funções económicas, sociais e fundos comunitários			
DA III	29/13-2.ºS	Redução da despesa por recuperação de valor inelegível	10.027
	08/14-2.ºS	Redução da despesa por recuperação de valor indevidamente pago e aumento de receita por aplicação de sanção	33
Total de Funções económicas, sociais e fundos comunitários			10.060
Funções gerais de soberania			
DA IV	18/11 - 2.ºS	Iniciativa legislativa e regulamentar na atribuição de subsídio escolar complementar e regularização de dívidas em curso e início de procedimentos de execução fiscal	3
	22/10 - 2.ºS	Redução de dívidas de clientes e a fornecedores e melhoria nos prazos médios de recebimento e pagamento	2.700
	24/10 - 2.ºS	Regularização de dívidas em curso e início de procedimentos de execução fiscal	2
Total DA IV			2.705
SRM	4/14 - SRM	Cessação do abono para despesas de representação a chefe de gabinete e adjuntos na Presidência do Governo Regional (valor anual)	18
		Cessação do abono para despesas de representação a especialista do gabinete do Vice Presidente do Governo Regional (Valor anual)	2
	22/13 - SRM	Reposição dos pagamentos indevidos	367
	10/14 - SRM	Reposição dos pagamentos processados indevidamente	612
Total SRM			999
Total de Funções Gerais de Soberania			3.704
Ciência, inovação e ensino superior, educação, cultura e desporto			
DA V	06/14 - 2.ºS	Redução de despesa	132
	10/14 - 2.ºS	Aumento de receita. Exigência do cumprimento de normas de gestão patrimonial	48
	15/14 - 2.ºS	Redução de despesa	4.371
		Aumento de receita.	22
	20/13 - 2.ºS	Cumprimento de normas de gestão patrimonial	18
		Cumprimento de normas de gestão patrimonial	24
07/13 - 2.ºS	Cumprimento de normas de gestão patrimonial. Redução da despesa	63	
Total DA V			4.678
SRM	17/13 - SRM	Reposição por pagamentos de abonos processados indevidamente	87
	03/14 - SRM	Reposição dos pagamentos indevidos	1.669
Total SRM			1.756
Total de Ciência, inovação e ensino superior, educação, cultura e desporto			6.434
Saúde			
DA VI	12/11 - 2.ºS	Aumento de receita - reclamação junto de empresa adjudicatária e concurso público.	1.667
	21/13 - 2.ºS	Redução da despesa - poupança anual estimada associada à internalização da produção no SNS	9.933
Total DA VI			11.600
SRA	04/13 - SRA	Aumento da receita e melhoria técnica dos serviços, permitindo a aplicação do POCMS	2.000
Total SRA			2.000
Total de Saúde			13.600
Segurança Social			
DA VII	16/07 - 2.ºS	Recuperação da totalidade da dívida pelo IGFSS e recuperação de parte da dívida pelo FSS	104
Total de Segurança Social			104
Administração local e Setor público empresarial autárquico			
SRM	3/13 - SRM	Melhoria nos processos e procedimentos de registo contabilístico de encargos tendentes a impedir a ocultação de dívidas e termo da prática de desorçamentação nas áreas de pessoal, aquisição de viaturas e combustível através da empresa municipal	2.409
	3/14 - SRM	Melhoria nos processos e procedimentos de registo contabilístico de encargos tendentes a impedir a ocultação de dívidas	21.714
Total de Administração local e Setor público empresarial autárquico			24.123

(cont.)

(cont.)

Unidade: m €

Dep.	N.º Relat	Breve descrição do impacto	Montante
Setor público empresarial e Entidades reguladoras			
DA IX	30/09 - 2.ºS	Eliminação de benefícios e prémios que não incrementavam a produtividade nem a qualidade do trabalho.	2.463
	07/10 - 2.ºS	Eliminação de benefícios e prémios que não incrementavam a produtividade nem a qualidade do trabalho e redução dos subsídios atribuídos	3.542
	12/10 - 2.ºS	Internalização do serviço de fiscalização da operação comercial	4.842
	49/10 - 2.ºS	Cobrança das penalidades legais relativas à aquisição de dois navios <i>ferry</i> pelo não cumprimento do prazo de entrega previsto no contrato de aquisição	1.393
	26/11 - 2.ºS	Reposição de quantias recebidas indevidamente pelos gestores	212
Total DA IX			12.452
SRA	21/09 - SRA	Aumento de receita	8.851
Total SRA			8.851
Total de Setor público empresarial e Entidades reguladoras			21.303
Total geral			79.328
			Sede 41.599
			SRA 10.851
			SRM 26.878



VERIFICAÇÃO INTERNA DE CONTAS

O controlo sucessivo engloba igualmente a verificação interna de contas das entidades sujeitas à jurisdição do Tribunal e não isentas da sua apresentação.

Em 2014 foi proferida decisão de homologação (com e sem recomendações) e de recusa de homologação relativamente a 503 contas, tendo-se verificado um decréscimo face ao ano anterior.

Verificação interna de contas

Unidade: m€

	Contas homologadas		das quais com recomendações	Recusa de homologação		Entidades a que respeitam as contas		Volume financeiro	
	N.º	%		N.º	%	N.º	%	Montante	%
Sede	410	82,2%	78	3	75,0%	347	79,4%	222.338.078	98,5%
SRA	28	5,6%	20		0,0%	28	6,4%	1.561.852	0,7%
SRM	61	12,2%	7	1	25,0%	62	14,2%	1.848.489	0,8%
Total	499	100,0%	105	4	100,0%	437	100,0%	225.748.419	100,0%

Verificação interna de contas – por origem

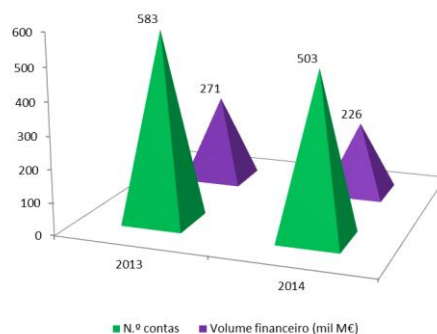
Unidade: m€

	Contas homologadas		das quais com recomendações	Recusa de homologação		Entidades a que respeitam as contas		Volume financeiro	
	N.º	%		N.º	%	N.º	%	Montante	%
Adm. Central	274	54,9%	12		0,0%	242	55,4%	220.144.646	97,5%
Adm. Local	166	33,3%	79	3	75,0%	135	30,9%	2.773.749	1,2%
Adm. Regional	59	11,8%	14	1	25,0%	60	13,7%	2.830.024	1,3%
Total	499	100,0%	105	4	100,0%	437	100,0%	225.748.419	100,0%

Verificação interna de contas - evolução

Unidade: m€

	2013		2014	
	N.º contas	Volume fin.	N.º contas	Volume fin.
Sede	475	267.157.010	413	222.338.078
SRA	45	1.549.785	28	1.561.852
SRM	63	1.866.159	62	1.848.489
Total	583	270.572.954	503	225.748.419
			-14%	-17%



ENTIDADES OBJETO DE CONTROLO

Sede - Em ações de auditoria, verificação externa de contas, APP e outras ações de controlo (1)

Tutela \ Entidade	Áreas de Responsabilidade									Total
	AR I	AR II	AR III	AR IV	AR V	AR VI	AR VII	AR VIII	AR IX	
Administração Interna	0	0	0	3	0	0	0	0	0	3
Autoridade Nacional de Proteção Civil				1						
Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna				1						
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras				1						
Agricultura e do Mar	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
Agência Portuguesa do Ambiente			1							
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.			1							
Ambiente, Ordenamento do Território e Energia	0	0	5	0	0	0	0	0	3	7 *
Direção-Geral de Energia e Geologia			1						1	
Direção-Geral do Território			1						1	
Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos			1						1	
Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos									1	
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.			1							
Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I. P.			1							
Autarquias Locais	0	0	0	0	0	0	0	4	0	4
Município de Cascais								1		
Município de Vila Nova de Gaia								1		
Município do Alandroal								1		
Município do Seixal								1		
Defesa Nacional	0	0	0	4	0	0	0	0	0	4
Comando da Logística – Exército				1						
Estado-Maior do Exército				1						
Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos – Exército				1						
MM - Gestão Partilhada, E. P. E.				1						
Economia	0	0	3	1	0	0	0	0	5	9
Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa									1	
Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto									1	
Autoridade Nacional de Aviação Civil			1							
Autoridade Nacional de Comunicações			1							
Fundação para as Comunicações Móveis				1						
IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.			1							
Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.									1	
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.									1	
REFER - Rede Ferroviária Nacional, E.P.E.									1	
Educação e Ciência	0	0	0	0	15	0	0	0	0	15
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril - Estoril					1					
Estádio Universitário de Lisboa - Universidade de Lisboa					1					
Faculdade de Ciências - Universidade de Lisboa					1					
Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Nova de Lisboa					1					
Faculdade de Medicina Dentária - Universidade de Lisboa					1					
Fundação da Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Nova de Lisboa					1					
Fundação Fernão de Magalhães para o Desenvolvimento					1					
Fundação para o Desenvolvimento da Universidade do Algarve					1					
Instituto Politécnico de Santarém					1					
Instituto Politécnico de Setúbal					1					
Instituto Politécnico de Viana do Castelo					1					
Instituto Superior Técnico - Universidade de Lisboa					1					
Parque Escolar, E.P.E.					1					
Universidade de Évora - Reitoria					1					
Universidade do Algarve - Reitoria					1					
Encargos Gerais do Estado	0	0	0	7	0	0	0	0	1	8
Assembleia da República				1						
Cofre do Tribunal de Contas				1						
Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos				1						
Comissão Nacional de Eleições				1						
Direção-Geral do Tribunal de Contas				1						
ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social									1	
Tribunal Constitucional				1						
Tribunal de Contas - Sede - Conta Consolidada				1						



Tutela \ Entidade	Áreas de Responsabilidade									Total
	AR I	AR II	AR III	AR IV	AR V	AR VI	AR VII	AR VIII	AR IX	
Finanças	5	29	1	0	0	2	0	0	0	3
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E.	1	1								
Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensão										1
Autoridade Tributária e Aduaneira		1								
Comissão do Mercado de Valores Mobiliários										1
Conselho de Coordenação de Gestão Patrimonial		1								
Direção-Geral da Administração e do Emprego Público	1	1								
Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas		1								
Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE)						1				
Direção-Geral do Orçamento	1	1	1			1				
Direção-Geral do Tesouro e Finanças	1	1								1
Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P.		1								
Fundo de Acidentes de Trabalho		1								
Fundo de Contragarantia Mútuo		1								
Fundo de Estabilização Aduaneiro		1								
Fundo de Estabilização Tributário		1								
Fundo de Garantia Automóvel		1								
Fundo de Garantia de Depósitos		1								
Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo		1								
Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial		1								
Fundo de Resolução		1								
Fundo Português de Carbono		1								
Gabinete da Ministra de Estado e das Finanças	1	1								
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais		1								
Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento		1								
Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública		1								
Gabinete do Secretário de Estado das Finanças		1								
Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro		1								
Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais		1								
Inspeção-Geral de Finanças		1								
Secretaria-Geral do Ministério das Finanças		1								
Serviços Sociais da Administração Pública		1								
Sistema de Indemnização aos Investidores		1								
Justiça	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0
Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P.				1						
Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.				1						
Tribunal da Relação de Lisboa				1						
Negócios Estrangeiros	0	0	0	9	0	0	0	0	0	0
Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.				1						
Centro Cultural Português em Luanda - Angola - Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.				1						
Centro Cultural Português em Paris - França - Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.				1						
Consulado-Geral de Portugal em Paris - França				1						
Embaixada de Portugal em Londres - Reino Unido				1						
Estrutura de Coordenação do Ensino Português no Estrangeiro – França				1						
Estrutura de Coordenação do Ensino do Português no Estrangeiro - Reino Unido e Ilhas do Canal				1						
Fundo para as Relações Internacionais, I. P.				1						
Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros				1						
Presidência do Conselho de Ministros	1	0	8	3	2	0	0	0	0	0
Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P.			1							
Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género				1						
Direção-Geral das Autarquias Locais	1									
Direção-Geral do Património Cultural					1					
Gabinete Nacional de Segurança				1						
Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.				1						
Instituto do Desporto de Portugal, I. P.					1					
Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I. P.			1							
QREN - Estrutura de Missão para o Programa Operacional (PO) Regional do Alentejo (INALETEJO)			1							
QREN - Estrutura de Missão para o Programa Operacional (PO) Regional do Algarve			1							
QREN - Estrutura de Missão para o Programa Operacional (PO) Regional do Centro			1							
QREN - Estrutura de Missão para o Programa Operacional (PO) Regional do Norte			1							
QREN - Estrutura de Missão para o Programa Operacional (PO) Temático Fatores de Competitividade			1							
QREN - Estrutura de Missão para o Programa Operacional (PO) Temático Potencial Humano			1							
Presidência do Governo (Regional)	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0
Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira				1						
Vice-Presidência do Governo Regional dos Açores				1						
Emprego e Competitividade Empresarial				1						
RIAC - Agência para a Modernização e Qualidade do Serviço ao Cidadão, I. P.				1						
										32 *

Tribunal de Contas

Tutela \ Entidade	Áreas de Responsabilidade	AR I	AR II	AR III	AR IV	AR V	AR VI	AR VII	AR VIII	AR IX	Total
Saúde		3	0	0	0	0	16	0	0	0	
Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.		1					1				
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.							1				
Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P.							1				
Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P.							1				
Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.							1				
Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.							1				
Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa V - Odivelas							1				
Agrupamento de Centros de Saúde da Grande Lisboa VI - Loures							1				
Agrupamento de Centros de Saúde da Península de Setúbal I - Almada							1				
Centro Hospitalar Lisboa Norte, E.P.E.							1				
Gabinete do Ministro da Saúde		1									
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E							1				
INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P.		1									
Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, E.P.E.							1				
Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, E.P.E.							1				
Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil, E.P.E,							1				
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.							1				
SUCH-Serviço de Utilização Comum dos Hospitais							1				
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais - Madeira		0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM								1			
Secretaria Regional da Solidariedade Social - Açores		0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
Instituto da Segurança Social dos Açores, I. P. R. A.								1			
Instituto de Desenvolvimento Social dos Açores								1			
Setor Empresarial Local		0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
SATU-OEIRAS - Sistema Automático de Transporte Urbano, E. M., S. A.									1		
Setor Empresarial do Estado		2	0	0	1	0	0	0	0	0	38
ADP - Águas de Portugal Serviços Ambientais, S. A.											1
ADP - Águas de Portugal, SGPS, S. A.											1
Adp Energias - Energias Renováveis e Serviços Ambientais, S. A.											1
ADRA - Águas da Região de Aveiro, S. A.											1
AGDA - Águas Públicas do Alentejo, S. A.											1
Águas de Santo André, S. A.											1
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A.											1
Águas do Algarve, S. A.											1
Águas do Centro Alentejo, S. A.											1
Águas do Centro, S. A.											1
Águas do Douro e Paiva, S. A.											1
Águas do Mondego - Sist. Multimunicipal de Abast. de Água e Saneam. do Baixo Mondego-Bairrada, S. A.											1
Águas do Noroeste, S. A.											1
Águas do Norte Alentejano, S. A.											1
Águas do Oeste, S. A.											1
Águas do Zêzere e Côa, S. A.											1
ANA - Aeroportos de Portugal, S. A.											1
Banco Privado Português, S. A.		1									1
Caixa Geral de Depósitos, S. A.											1
CARRIS - Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S. A.											1
COSEC - Companhia de Seguro de Créditos, S. A.		1									1
EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S. A.											1
EGF - Empresa Geral do Fomento, S. A.											1
EMA - Empresa de Meios Aéreos, S. A.					1						1
EMPORDEF - Empresa Portuguesa de Defesa - SGPS, S. A.											1
EP - Estradas de Portugal, S. A.											1
EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S. A.											1
FERTAGUS - Travessia do Tejo, Transportes, S. A.											1
Metro - Mondego, S. A.											1
Metro do Porto, S. A.											1
MTS - Metro, Transportes do Sul, S. A.											1
PARPÚBLICA - Participações Públicas (SGPS), S. A.											1
Rave - Rede Ferroviária de Alta Velocidade, S. A.											1
SANEST - Saneamento da Costa do Estoril, S. A.											1
SIMARSUL - Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S. A.											1
SIMDOURO - Saneamento do Grande Porto, S. A.											1
SIMLIS - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S. A.											1
SIMRIA - Saneamento Integrado dos Municípios da Ria, S. A.											1
SIMTEJO - Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, S. A.											1
STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S. A.											1
TRANSTEJO - Transportes Tejo, S. A.											1



Tutela \ Entidade	Áreas de Responsabilidade									Total
	AR I	AR II	AR III	AR IV	AR V	AR VI	AR VII	AR VIII	AR IX	
Solidariedade, Emprego e Segurança Social	0	0	2	0	0	0	9	0	0	11
Caixa Geral de Aposentações, I. P.							1			
Centro de Formação Profissional para o Sector das Pescas							1			
Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social							1			
Fundo de Garantia Salarial - Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.							1			
Instituto da Segurança Social, I. P.							1			
Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I. P.							1			
Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I. P.			1							
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.							1			
Instituto de Informática, I. P. - Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social							1			
Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P.			1				1			
Outras	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
ESO - <i>European Organisation for Astronomical Research in the Southern Hemisphere</i>					1					
Total	11	29	21	35	18	18	12	5	50	189 *

Entidades objecto de controlo por várias Áreas de Responsabilidade.

O total não inclui a duplicação de entidades objecto de controlo por diferentes Áreas de Responsabilidade. *

1) Tipos de ação (concluídas e em curso) considerados:

- | | |
|--|--|
| Auditoria Ambiental | Verificação Externa de Contas |
| Auditoria de Projeto ou Programa | Ação preparatória do Parecer sobre a CGE |
| Auditoria de Seguimento | Acompanhamento da execução orçamental |
| Auditoria de Sistemas | Acompanhamento de recomendações |
| Auditoria Financeira | Análise de Denúncias |
| Auditoria Horizontal | Ação Instrumental |
| Auditoria Integrada | |
| Auditoria Operacional ou de Resultados | |
| Auditoria Orientada | |

Sede - Em ações de verificação interna de contas

Tutela/Entidade	Áreas de Responsabilidade	AR I	AR II	AR III	AR IV	AR V	AR VI	AR VII	AR VIII
Administração Interna									
Escola Prática - Guarda Nacional Republicana					1				
Governo Civil do Distrito de Porto					1				
Governo Civil do Distrito de Vila Real					1				
Governo Civil do Distrito de Viseu					1				
Autoridade Nacional de Proteção Civil					1				
Agricultura e do Mar									
Autoridade Florestal Nacional				1					
Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo				1					
Ambiente, Ordenamento do Território e Energia									
Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável				1					
Fundo Português de Carbono			1						
Inspeção-Geral de Obras Públicas, Transportes e Comunicações				1					
Instituto Nacional de Recursos Biológicos, I. P.				1					
Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações				1					
Autarquias Locais									
Freguesia de Benfica - Lisboa									1
Município de Águeda									1
Município de Alcácer do Sal									1
Município de Alcanena									1
Município de Alcochete									1
Município de Alcoutim									1
Município de Alfândega da Fé									1
Município de Aljustrel									1
Município de Almeida									1
Município de Almeirim									1
Município de Almodôvar									1
Município de Alpiarça									1
Município de Alter do Chão									1
Município de Arcos de Valdevez									1
Município de Arganil									1
Município de Arouca									1
Município de Arraiolos									1
Município de Arronches									1
Município de Avis									1
Município de Barreiro									1
Município de Batalha									1
Município de Benavente									1
Município de Bombarral									1
Município de Boticas									1
Município de Cabeceiras de Basto									1
Município de Cadaval									1
Município de Carrizada de Ansiães									1
Município de Cinfães									1
Município de Coimbra									1
Município de Condeixa-a-Nova									1
Município de Crato									1
Município de Cuba									1
Município de Elvas									1
Município de Ferreira do Alentejo									1
Município de Fronteira									1
Município de Golegã									1
Município de Grândola									1
Município de Guimarães									1
Município de Lourinhã									1
Município de Mação									1
Município de Macedo de Cavaleiros									1
Município de Marinha Grande									1
Município de Marvão									1
Município de Matosinhos									1
Município de Miranda do Corvo									1
Município de Mirandela									1
Município de Mogadouro									1
Município de Moimenta da Beira									1



Tutela/Entidade	Áreas de Responsabilidade	AR I	AR II	AR III	AR IV	AR V	AR VI	AR VII	AR VIII
Município de Moita									1
Município de Montemor-o-Novo									1
Município de Montemor-o-Velho									1
Município de Mora									1
Município de Mortágua									1
Município de Moura									1
Município de Murça									1
Município de Murtosa									1
Município de Nelas									1
Município de Oliveira de Azeméis									1
Município de Oliveira de Frades									1
Município de Oliveira do Hospital									1
Município de Ovar									1
Município de Paços de Ferreira									1
Município de Palmela									1
Município de Penacova									1
Município de Penalva do Castelo									1
Município de Penedono									1
Município de Penela									1
Município de Peso da Régua									1
Município de Pinhel									1
Município de Pombal									1
Município de Ponte da Barca									1
Município de Portel									1
Município de Póvoa de Varzim									1
Município de Redondo									1
Município de Reguengos de Monsaraz									1
Município de Resende									1
Município de Santa Marta de Penaguião									1
Município de Santiago do Cacém									1
Município de São Brás de Alportel									1
Município de São João da Madeira									1
Município de São João da Pesqueira									1
Município de São Pedro do Sul									1
Município de Sardoal									1
Município de Serpa									1
Município de Sertão									1
Município de Sever do Vouga									1
Município de Soure									1
Município de Tábua									1
Município de Tarouca									1
Município de Tavira									1
Município de Terras de Bouro									1
Município de Tondela									1
Município de Torre de Moncorvo									1
Município de Torres Novas									1
Município de Trancoso									1
Município de Vagos									1
Município de Valpaços									1
Município de Vendas Novas									1
Município de Viana do Alentejo									1
Município de Vidigueira									1
Município de Vieira do Minho									1
Município de Vila de Rei									1
Município de Vila Flor									1
Município de Vila Franca de Xira									1
Município de Vila Nova da Barquinha									1
Município de Vila Nova de Cerveira									1
Município de Vila Velha de Ródão									1
Município de Vila Viçosa									1
Município de Vimioso									1
Município de Vouzela									1
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Guimarães									1
Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos do Município de Coimbra									1

Tutela/Entidade	Áreas de Responsabilidade	AR I	AR II	AR III	AR IV	AR V	AR VI	AR VII	AR VIII
Defesa Nacional									
Estado-Maior-General das Forças Armadas					1				
Exército					1				
Força Aérea					1				
Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I. P.					1				
Marinha					1				
Oficinas Gerais de Material de Engenharia					1				
Economia									
Direção Regional da Economia do Algarve				1					
Direção-Geral das Atividades Económicas				1					
Gabinete de Estratégia e Estudos - Ministério da Economia				1					
Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P.				1					
Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I. P.				1					
Educação e Ciência									
Academia Nacional de Belas Artes						1			
Agrupamento de Escolas Cidade de Castelo Branco - Castelo Branco (161147)						1			
Agrupamento de Escolas Comendador Ângelo Azevedo, Oliveira de Azeméis - Aveiro						1			
Agrupamento de Escolas D. Afonso, IV Conde de Ourém, Ourém- Santarém						1			
Agrupamento de Escolas D. José I - Vila Real de Santo António - Faro						1			
Agrupamento de Escolas da Lourinhã - Lisboa (121393)						1			
Agrupamento de Escolas D'Agrela e Vale do Leça, Santo Tirso - Porto (152298)						1			
Agrupamento de Escolas de Coruche - Santarém (170367)						1			
Agrupamento de Escolas de D. João II, Santarém - Santarém 170562						1			
Agrupamento de Escolas de D. Manuel de Faria e Sousa, Felgueiras - Porto (151520)						1			
Agrupamento de Escolas de Lousã - Coimbra (161391)						1			
Agrupamento de Escolas de Maria Pais Ribeiro, Maceira da Maia - Vila do Conde - Porto (152407)						1			
Agrupamento Vertical de Escolas Almeida Garrett - Amadora - Lisboa (170264)						1			
Agrupamento Vertical de Escolas da Dr.ª Maria Alice Gouveia - Coimbra (161251)						1			
Agrupamento Vertical de Escolas da Sé, Lamego - Viseu (152948)						1			
Agrupamento Vertical de Escolas da Senhora da Hora, Matosinhos - Porto (152080)						1			
Agrupamento Vertical de Escolas Darque - Viana do Castelo (150010)						1			
Agrupamento Vertical de Escolas das Orlas - Lisboa (171189)						1			
Agrupamento Vertical de Escolas das Piscinas, Olivais - Lisboa (171682)						1			
Agrupamento Vertical de Escolas de Águas Santas - Maia - Porto (152961)						1			
Agrupamento Vertical de Escolas de Alvalade - Lisboa (171761)						1			
Agrupamento Vertical de Escolas de Amadeo Souza Cardoso, Amarante - Porto (152936)						1			
Agrupamento Vertical de Escolas de Amarante - Porto (151099)						1			
Agrupamento Vertical de Escolas de Amares - Braga (150459)						1			
Agrupamento Vertical de Escolas de António Augusto Louro, Arrentela - Seixal - Setúbal (170860)						1			
Agrupamento Vertical de Escolas de António Correia Oliveira - Esposende - Braga (150850)						1			
Agrupamento Vertical de Escolas de Paulo da Gama, Amora - Seixal - Setúbal (171281)						1			
Agrupamento Vertical de Escolas do Professor Gonçalo Sampaio, Póvoa de Lanhoso - Braga (150320)						1			
Agrupamento Vertical de Escolas N.º 4 - Évora (135562)						1			
Arquivo Distrital de Aveiro						1			
Arquivo Distrital de Bragança						1			
Arquivo Distrital de Faro						1			
Arquivo Distrital de Portalegre						1			
Arquivo Distrital de Setúbal						1			
Arquivo Distrital de Vila Real						1			
Arquivo Distrital de Viseu						1			
Centro Científico e Cultural de Macau, I. P.						1			
Conselho Nacional de Educação						1			
Direção-Geral de Arquivos						1			
Direção-Geral do Ensino Superior						1			
Direção Regional de Educação do Algarve						1			
Direção Regional de Cultura do Algarve - Ministério da Cultura						1			
Editorial do Ministério da Educação						1			
Escola Secundária Pluricurricular de Domingos Sequeira - Leiria (400166)						1			
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Latino Coelho de Lamego - Viseu (402047)						1			
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Linda-a-Velha, Oeiras - Lisboa (403489)						1			
Escola Secundária de Cascais - Cascais (400555)						1			
Escola Secundária Pluricurricular de Sebastião e Silva - Oeiras						1			
Faculdade de Ciências da Nutrição e da Alimentação - Universidade do Porto						1			
Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Nova de Lisboa						1			
Faculdade de Economia - Universidade Nova de Lisboa						1			
Gabinete de Avaliação Educacional - Ministério da Educação						1			
Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P.						1			
Instituto Superior de Economia e Gestão - Universidade Técnica de Lisboa						1			
Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação - Universidade Nova de Lisboa						1			
Instituto Tecnológico e Nuclear, I. P.						1			



Tutela/Entidade	Áreas de Responsabilidade	AR I	AR II	AR III	AR IV	AR V	AR VI	AR VII	AR VIII
Parque Escolar, E.P.E.						1			
Secretaria-Geral do Ministério da Educação						1			
Serviços de Ação Social - Instituto Politécnico do Porto						1			
Serviços de Ação Social - Universidade de Aveiro						1			
Encargos Gerais do Estado									
Comissão Nacional de Eleições					1				
Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida					1				
Conselho de Prevenção da Corrupção - Tribunal de Contas					1				
Conselho Superior da Magistratura					1				
Presidência da República					1				
Provedoria de Justiça					1				
Supremo Tribunal Administrativo					1				
Finanças									
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E. P. E - Encargos da Dívida Pública.		1							
Alfândega de Leixões - Matosinhos - Porto			1						
Alfândega de Peniche - Leiria			1						
Alfândega do Freixo - Matosinhos			1						
Alfândega Marítima de Lisboa - Lisboa			1						
Fundo de Garantia de Depósitos			1						
Fundo de Regularização da Dívida Pública		1							
Delegação Aduaneira de Braga - Alfândega de Braga			1						
Direção-Geral da Administração e do Emprego Público			1						
Direção-Geral dos Impostos			1						
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais - Ministério das Finanças e da Administração Pública			1						
Gabinete do Ministro de Estado e das Finanças			1						
Instituto de Informática - Ministério das Finanças			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças da Loja do Cidadão - Coimbra			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças da Loja do Cidadão - Funchal			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças da Loja do Cidadão - Odivelas - Lisboa			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças da Loja do Cidadão - Porto			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças da Loja do Cidadão 1 - Laranjeiras - Lisboa			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças da Loja do Cidadão 2 - Restauradores - Lisboa			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Abrantes - Santarém			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Almada 1 - Almada - Setúbal			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Alpiarça - Santarém			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Alvaiázere - Leiria			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Aveiro 2 - Aveiro			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Avis - Portalegre			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Barrancos - Beja			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Barreiro - Setúbal			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Beja - Beja			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Belmonte - Castelo Branco			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Benavente - Santarém			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Bombarral - Leiria			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Braga 1 - Braga			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Braga 2 - Braga			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Câmara de Lobos - Funchal			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Caminha - Viana do Castelo			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Campo Maior - Portalegre			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Cantanhede - Coimbra			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Carrizeda de Ansiães - Bragança			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Cartaxo - Santarém			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Cascais 2 - Carcavelos - Cascais - Lisboa			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Castanheira de Pêra - Leiria			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Castelo Branco 2 - Castelo Branco			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Castelo de Vide - Portalegre			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Castro Daire - Viseu			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Chamusca - Santarém			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Cinfães - Viseu			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Coimbra 2 - Coimbra			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Constância - Santarém			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Coruche - Santarém			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Corvo - Horta			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Elvas - Portalegre			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Entroncamento - Santarém			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Esposende - Braga			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Estremoz - Évora			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Felgueiras - Porto			1						

Tribunal de Contas

Tutela/Entidade	Áreas de Responsabilidade	AR I	AR II	AR III	AR IV	AR V	AR VI	AR VII	AR VIII
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Ferreira do Zêzere - Santarém			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Figueira da Foz 1 - Figueira da Foz - Coimbra			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Figueira da Foz 2 - Buarcos - Figueira da Foz - Coimbra			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Figueiró dos Vinhos - Leiria			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Fronteira - Portalegre			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Góis - Coimbra			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Golegã - Santarém			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Gondomar 1 - Gondomar - Porto			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Gondomar 2 - Rio Tinto - Porto			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Gouveia - Guarda			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Horta - Horta			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Lages das Flores - Horta			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Lages do Pico - Horta			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Lagos - Faro			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Leiria 1 - Leiria			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Leiria 2 - Leiria			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Lisboa 1 - Lisboa			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Lisboa 10 - Lisboa			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Lisboa 6 - Lisboa			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Lisboa 9 - Lisboa			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Loulé 1 - Loulé - Faro			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Loures 1 - Loures - Lisboa			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Loures 3 - Moscavide - Loures - Lisboa			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Loures 4 - Sacavém - Loures - Lisboa			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Lourinhã - Lisboa			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Lousã - Coimbra			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Lousada - Porto			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Madalena - Horta			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Mafra - Lisboa			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Marco de Canaveses - Porto			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Mira - Coimbra			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Miranda do Corvo - Coimbra			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Miranda do Douro - Bragança			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Moimenta da Beira - Viseu			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Oeiras 2 - Paço D'Arcos - Oeiras - Lisboa			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Ourém - Santarém			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Paços de Ferreira - Porto			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Peso da Régua - Vila Real			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Pinhel - Guarda			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Ponta Delgada - Ponta Delgada			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Portel - Évora			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Trofa - Porto			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vila Nova de Foz de Cão - Guarda			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vila Nova de Gaia 2 - Porto			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vila Nova de Poiares - Coimbra			1						
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vila Velha de Rodão - Castelo Branco			1						
Justiça									
Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P.				1					
Negócios Estrangeiros									
Consulado de Portugal em New Bedford - Estados Unidos da América				1					
Consulado-Geral de Portugal em Barcelona - Espanha				1					
Consulado-Geral de Portugal em Boston - Estados Unidos da América				1					
Consulado-Geral de Portugal em Cape Town - África do Sul				1					
Consulado-Geral de Portugal em Dusseldórfia - Alemanha				1					
Consulado-Geral de Portugal em Estrasburgo - França				1					
Consulado-Geral de Portugal em Joanesburgo - África do Sul				1					
Consulado-Geral de Portugal em Luanda - Angola				1					
Consulado-Geral de Portugal em Manchester - Reino Unido				1					
Consulado-Geral de Portugal em Newark - Estados Unidos da América				1					
Consulado-Geral de Portugal em Nova Iorque - Estados Unidos da América				1					
Consulado-Geral de Portugal em Toronto - Canadá				1					
Consulado-Geral de Portugal em Valência - Venezuela				1					
Consulado-Geral de Portugal em Xangai - China				1					
Consulado-Geral de Portugal no Luxemburgo - Luxemburgo				1					
Embaixada de Portugal em Argel - Argélia				1					
Embaixada de Portugal em Belgrado - Jugoslávia				1					
Embaixada de Portugal em Buenos Aires - Argentina				1					
Embaixada de Portugal em Jacarta - Indonésia				1					
Embaixada de Portugal em Kiev - Ucrânia				1					
Embaixada de Portugal em Montevidéu - Uruguai				1					



Tutela/Entidade	Áreas de Responsabilidade	AR I	AR II	AR III	AR IV	AR V	AR VI	AR VII	AR VIII
Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas					1				
Instituto Camões - Centro Cultural Português em Maputo - Moçambique					1				
Presidência do Conselho de Ministros									
Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P.					1				
Direção-Geral das Artes						1			
Gabinete do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares					1				
Gabinete do Ministro da Presidência do Conselho de Ministros					1				
Secretaria-Geral do Ministério da Cultura						1			
Saúde									
Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P.								1	
Centro Hospitalar do Porto, E.P.E.								1	
Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde								1	
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E								1	
Instituto Português do Sangue, I. P.								1	
Solidariedade, Emprego e Segurança Social									
Caixa de Previdência do Pessoal das Companhias Reunidas de Gás e Electricidade - CRGE									1
Centro de Formação Profissional da Indústria de Vestuário e Confeção									1
Centro de Formação Profissional para o Setor da Indústria do Calçado									1
Direção-Geral da Segurança Social									1
FOR-MAR - Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar									1
Fundação INATEL									1
Gabinete de Estratégia e Planeamento - Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social									1
Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores, I. P.									1
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa									1
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa - Departamento de Jogos									1
	Total por AR	2	100	11	45	62	5	10	112
	Total	347							

Secção Regional dos Açores - Em ações de auditoria, verificação externa de contas, APP e outras ações de controlo

Tutela	DAT.1	DAT.2	DAT.3	Geral
Autarquias Locais	17	0	0	17
Freguesia da Água Retorta - Povoação	1			
Freguesia da Relva - Ponta Delgada	1			
Freguesia das Velas - Velas	1			
Freguesia de Porto Formoso - Ribeira Grande	1			
Freguesia do Faial da Terra - Povoação	1			
Município da Madalena do Pico	1			
Município da Ribeira Grande	1			
Município das Lajes das Flores	1			
Município das Lajes do Pico	1			
Município das Velas	1			
Município de Angra do Heroísmo	1			
Município de Ponta Delgada	1			
Município de Santa Cruz da Graciosa	1			
Município de Vila do Porto	1			
Município de Vila Franca do Campo	1			
Município do Corvo	1			
Município do Nordeste	1			
Encargos Gerais do Estado	0	2	0	2
Cofre da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas		1		
Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas		1		
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores	0	1	0	1
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores		1		
Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	0	0	2	2
Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente			1	
Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas (Delegação da Terceira)			1	
Secretaria Regional da Educação e Cultura	2	2	2	6
Biblioteca e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo	1			
Direção Regional da Cultura			1	
Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira	1			
Escola Profissional das Capelas		1		
Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade		1		
Serviço de Desporto de S. Miguel			1	
Secretaria Regional da Saúde	0	0	3	3
Direção Regional da Saúde			1	
SAUDAÇOR - Sociedade Gestora de Recursos e Equipamentos da Saúde dos Açores, S. A.			1	
Unidade de Saúde da Ilha de S. Miguel			1	
Secretaria Regional do Turismo e Transportes	0	0	1	1
Secretaria Regional do Turismo e Transportes			1	
Setor Empresarial Autárquico	9	0	0	9
Culturpico, Equipamentos e Projetos para o Desenvolvimento do Município das Lajes do Pico, E. E. M.	1			
DNHS - Empresa de Desenvolvimento de Habitação Social do Nordeste, S. A.	1			
GEDERNOR - Construção e Gestão de Equipamentos Desportivos, Recreativos e Turísticos do Nordeste, S.A.	1			
H.S.N. - Empresa Municipal de Habitação Social do Concelho de Nordeste, E. M.	1			
Madalena Progresso, E. E. M.	1			
Ribeira Grande Mais - Empresa Municipal de Habitação Social, Requalificação Urbana e Ambiental, E. M.	1			
Sociedade de Desenvolvimento de Habitação Social da Ribeira Grande S.A	1			
Terra de Fajãs, E. M., S. A.	1			
VelasFuturo - Empresa Pública Municipal de Gestão e Equipamentos Culturais, Desportivos, Económicos e de Lazer, E. E. M.	1			
Setor Empresarial Regional	2	0	3	5
AZORINA - Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, S. A.	1			
Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, E.P.E.	1			
Hospital Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E.			1	
Ilhas de Valor, S. A.			1	
Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas, S. A.			1	
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial dos Açores	0	1	1	2
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial dos Açores		1		
PROCONVERGENCIA			1	
Total	30	6	12	48

Entidade controlada também em outras sedes de fiscalização



Secção Regional dos Açores -- Em ações de verificação interna de contas

Tutela	DAT.1	DAT.2	DAT.3	Total
Associações de autarquias locais	2	0	0	2
Associação de Municípios da Ilha de S. Miguel	1			
Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores	1			
Autarquias Locais	12	0	1	13
Freguesia da Agualva - Praia da Vitória	1			
Freguesia da Fonte do Bastardo - Praia da Vitória	1			
Freguesia da Ribeirinha - Angra do Heroísmo			1	
Freguesia da Vila Nova - Praia da Vitória	1			
Freguesia das Fontinhas - Praia da Vitória	1			
Freguesia das Lajes - Praia da Vitória	1			
Freguesia das Quatro Ribeiras - Praia da Vitória	1			
Freguesia de Porto Martins - Praia da Vitória	1			
Freguesia de S. Brás - Praia da Vitória	1			
Freguesia de Santa Cruz - Praia da Vitória	1			
Freguesia do Cabo da Praia - Praia da Vitória	1			
Freguesia dos Biscoitos - Praia da Vitória	1			
Município do Corvo	1			
Encargos Gerais do Estado	0	1	0	1
Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores		1		
Ministério das Finanças	0	2	0	2
Alfândega de Ponta Delgada		1		
Delegação Aduaneira da Horta - Alfândega de Ponta Delgada		1		
Secretaria Regional da Educação e Cultura	0	9	0	9
Escola Básica Integrada da Horta		1		
Escola Básica Integrada de Angra do Heroísmo		1		
Escola Básica e Secundária da Calheta		1		
Escola Básica Integrada Canto da Maia		1		
Fundo Escolar da Escola Secundária Antero de Quental		1		
Fundo Escolar da EBI de Capelas		1		
Fundo Escolar da Escola Secundária das Laranjeiras		1		
Fundo Escolar do Conservatório Regional de Ponta Delgada		1		
Serviço de Desporto de S. Miguel		1		
Secretaria Regional da Saúde	0	0	5	5
Direção Regional da Saúde			1	
Gabinete do Secretário Regional da Saúde			1	
Unidade de Saúde da Ilha do Corvo			1	
Unidade de Saúde da Ilha de Santa Maria			1	
Unidade de Saúde da Ilha Graciosa			1	
Secretaria Regional do Turismo e Transportes	0	1	0	1
Gabinete do Secretário Regional do Turismo e Transportes		1		
Vice-Presidência, Emprego e Competitividade Empresarial	0	5	3	8
Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional			1	
Direção Regional do Orçamento e Tesouro			1	
Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais		1		
Gestor do PRO-EMPREGO - Programa Operacional do Fundo Social Europeu para a RAA			1	
Serviço Regional de Estatística dos Açores		1		
Tesouraria da Horta		1		
Tesouraria de Angra do Heroísmo		1		
Tesouraria de Ponta Delgada		1		
Total	14	18	9	41

Entidade controlada também em outras sedes de fiscalização

Secção Regional da Madeira

Tutela	DAT.1	DAT.2	DAT.3	NVIC	Geral
Assembleia Legislativa Regional	0	0	1	0	1
Assembleia Legislativa da Madeira			1		
Autarquias Locais	9	10	3	12	14 *
Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira				1	
Freguesia de Santa Maria Maior - Funchal			1		
IPM - Iluminação Pública da Madeira - Associação de Municípios				1	
Município da Calheta	1	1		1	
Município da Ponta do Sol	1	1		1	
Município da Ribeira Brava	1	1		1	
Município de Câmara de Lobos	1	1		1	
Município de Santa Cruz	1	1	1	1	
Município de Santana	1	1	1		
Município de São Vicente			1	1	
Município do Funchal	1	1		1	
Município do Machico	1	1		1	
Município do Porto Moniz	1	1		1	
Município do Porto Santo				1	
Encargos Gerais do Estado	0	0	2	1	3
Cofre da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas			1		
Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira				1	
Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas			1		
Ministério da Educação e Ciência	0	0	2	2	4
Serviços de Ação Social - Universidade da Madeira			1	1	
Universidade da Madeira			1	1	
Ministério das Finanças	0	0	0	1	1
Alfândega do Funchal - Funchal				1	
Presidência do Governo	2	4	1	0	4 *
Secretaria Regional de Educação e Cultura		1			
Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais		1			
Secretaria Regional do Plano e Finanças	1	1	1		
Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira	1	1			
Presidência do Governo Regional	0	1	2	0	3
Secretaria Regional da Cultura, Turismo e Transportes			1		
Secretaria Regional da Educação e Recursos Humanos			1		
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais		1			
Sec Regional do Equipamento Social e Transportes	0	0	0	1	1
Laboratório Regional de Engenharia Civil, I. P. - RAM				1	
Sec. Regional de Educação	0	0	2	24	25 *
Conservatório - Escola Profissional das Artes da Madeira				1	
Direção Regional de Educação Especial e Reabilitação				1	
Direção Regional de Qualificação Profissional			1	1	
Escola Básica 123/PE do Curral das Freiras				1	
Escola Básica do 123/PE Bartolomeu Perestrelo				1	
Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos Dr. Eduardo Brazão de Castro				1	
Escola Básica dos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos Professor Francisco Manuel Santana Barreto - Fajã da Ovelha				1	
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Cónego João Jacinto Gonçalves Andrade - Campanário				1	
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos do Caniçal				1	
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos do Caniço				1	
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos do Estreito de Câmara de Lobos				1	
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Dr. Horácio Bento de Gouveia - Funchal				1	
Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade - S. Vicente				1	
Escola Básica e Secundária da Calheta				1	
Escola Básica e Secundária de Gonçalves Zarco - Funchal				1	
Escola Básica e Secundária de Machico				1	
Escola Básica e Secundária de Ponta do Sol				1	
Escola Básica e Secundária de Santa Cruz			1		
Escola Básica e Secundária Dr. Luís Maurílio da Silva Dantas				1	
Escola Básica e Secundária Padre Manuel Álvares - Ribeira Brava				1	
Escola Básica e Secundária Professor Dr. Francisco Freitas Branco - Porto Santo				1	
Escola Secundária de Francisco Franco				1	
Escola Secundária de Jaime Moniz - Funchal				1	
Escola Secundária Dr. Ângelo Augusto da Silva				1	
Instituto do Desporto da Região Autónoma da Madeira - I. P.				1	



Tutela	DAT.1	DAT.2	DAT.3	NVIC	Geral
Sec. Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais	0	0	2	3	4
Centro de Abate da Região Autónoma da Madeira, EPERAM			1		
Fundo Madeirense Seguro de Colheitas			1	1	
Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, I. P.-RAM				1	
Parque Natural da Madeira				1	
Sec. Regional do Plano e Finanças	0	4	1	1	6
Direção Regional de Orçamento e Contabilidade		1			
Direção Regional do Património		1			
Direção Regional do Tesouro		1			
Direção Regional dos Assuntos Fiscais		1			
Fundo de Estabilização Tributário da Região Autónoma da Madeira				1	
Tesoureiro do Governo Regional da Madeira			1		
Sec. Regional dos Assuntos Sociais	0	0	1	3	3 *
Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, I. P.-RAM				1	
Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM			1	1	
Serviço Regional de Proteção Civil, I. P. - RAM				1	
Sec. Regional dos Recursos Humanos	0	0	0	1	1
Direção Regional de Juventude				1	
Secretaria Regional da Educação e Recursos Humanos	0	0	0	3	3
Conselho Económico e Social				1	
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de São Jorge, Cardeal D.Teodósio de Gouveia				1	
Escola Profissional Dr. Francisco Fernandes				1	
Secretaria Regional do Plano e Finanças	0	0	0	1	1
Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM				1	
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	0	0	0	1	1
Instituto de Emprego da Madeira, I. P. - RAM				1	
Setor Empresarial Autárquico	0	0	3	0	3
Frente Marfunchal - Gestão e Exploração de Espaços Públicos, E. M.			1		
Santa Cruz XXI – Gestão de Equipamentos Municipais e Prestação de Serviços, E. M.			1		
SOCIOHABITAFUNCHAL - Empresa Municipal de Habitação, E. M.			1		
Setor Empresarial Regional	2	0	6	0	7
Administração de Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.	1		1		
Águas e Resíduos da Madeira, S.A.			1		
Empresa de Eletricidade da Madeira, S. A.			1		
Investimentos e Gestão da Água, S.A.			1		
Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S. A.			1		
Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S. A.			1		
Valor Ambiente - Gestão e Administração de resíduos da Madeira, S.A.	1				
Vice Presidência do Governo Regional	0	0	0	4	4
Direção Regional de Administração da Justiça				1	
Direção Regional para a Administração Pública do Porto Santo				1	
Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão - Região Autónoma da Madeira				1	
Instituto do Desenvolvimento Empresarial da Madeira				1	
Total	13	19	26	58	89 *

Entidades objeto de controlo por vários departamentos

O total não inclui a duplicação de entidades objeto de controlo por diferentes departamentos *

RELATÓRIOS DE ÓRGÃOS DE CONTROLO INTERNO

Nos termos da LOPTC, os serviços de controlo interno, nomeadamente as inspeções-gerais ou quaisquer outras entidades de controlo ou auditoria dos serviços e organismos da Administração Pública, bem como das entidades que integram o Setor Público Empresarial, estão sujeitos a um especial dever de colaboração com o Tribunal, o qual compreende o envio dos relatórios das suas ações, por decisão do ministro ou do Órgão competente para os apreciar, sempre que contenham matéria de interesse para a ação do Tribunal, concretizando as situações geradoras de eventuais responsabilidades com indicação documentada dos factos

Em 2014 foram recebidos relatórios nomeadamente da Inspeção-geral de Finanças, Inspeção-geral das Atividades em Saúde, Inspeção-geral de Defesa Nacional, Inspeção-geral da Educação e Ciência e da Inspeção-geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Relatórios de órgãos de controlo interno

	Transitados	Entrados	Concluídos	Remetidos ao MP	A transitar
Adm central	308	34	62	37	280
Adm. Local	24	27	17	13	34
Adm. Regional	2	3	2		3
Total	334	64	81	50	317

Relatórios de órgãos de controlo interno - evolução

	2013			2014		
	Concluídos	em curso	Remet. MP	Concluídos	em curso	Remet. MP
Sede	88	170	81	77	227	50
SRA	5	5	1	4		
SRM	2		2		2	
Total	95	175	84	81	229	50



PARTICIPAÇÕES, EXPOSIÇÕES, QUEIXAS E DENÚNCIAS

As participações, exposições, queixas e denúncias recebidas no Tribunal são analisadas e, sempre que tenham factualidade pertinente dão origem ao desenvolvimento das diligências consideradas necessárias, podendo levar à realização de ações de fiscalização por parte do Tribunal.

Participações, exposições, queixas e denúncias - por origem

	Transitados	Entrados	Concluídos	Remetidos ao MP	A transitar
Adm central	110	150	183	2	77
Adm. Local	108	142	102	1	148
Adm. Regional	1	8	7	2	2
SPE	1	6	6		1
Total	220	306	298	5	228

Participações, exposições, queixas e denúncias - evolução

	2013			2014		
	Concluídos	em curso	Remet. MP	Concluídos	em curso	Remet. MP
Sede	165	175	1	278	223	1
SRA	9			10	1	
SRM	7	3	4	10	4	4
Total	181	178	5	298	228	5

VI – EFETIVAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

Quando os relatórios das ações de controlo do Tribunal, ou os relatórios dos órgãos de controlo interno, evidenciem factos constitutivos de responsabilidade financeira, são remetidos ao Ministério Público, a quem compete, embora não exclusivamente, requerer o julgamento para efetivação de responsabilidades financeiras.

Uma das competências primordiais do Tribunal de Contas é a de efetivar as responsabilidades pela prática de infrações financeiras, a qual compete à 3.ª Secção.

A responsabilidade financeira pode ser reintegratória ou sancionatória, traduzindo-se a primeira pela obrigação de repor as importâncias correspondentes aos danos causados e a segunda pela aplicação de uma sanção pecuniária (multa).

O Tribunal pode ainda sancionar outras infrações, nos termos do artigo 66.º da LOPTC, competindo a sua aplicação, bem como a relevação, às 1.ª e 2.ª Secções e às Secções Regionais.

Nos termos do n.º 3 do artigo 65.º e da alínea d) do n.º 2 do artigo 69.º da LOPTC, o responsável indiciado pode proceder ao pagamento da multa em fase anterior à de julgamento, pelo valor mínimo da multa, extinguindo-se desta forma o procedimento por responsabilidades sancionatórias.

De igual forma, a responsabilidade financeira reintegratória extingue-se pelo pagamento da quantia a repor, em qualquer momento, nos termos do n.º 1 do art. 69.º da LOPTC.

RESPONSABILIDADE FINANCEIRA SANCIONATÓRIA

Multas do art.º 65 – guias emitidas para pagamento voluntário

Unidade: euro

	2012			2013			2014		
	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante
No âmbito do controlo prévio							2	3	5.610
No âmbito do controlo concomitante	1	2	2.970	1	1	1.440			
No âmbito do controlo sucessivo				2	2	3.060			
Em processos de Órgãos de controlo interno							1	1	1.836
Total	1	2	2.970	3	3	4.500	3	4	7.446

Estas multas são remetidas ao Ministério Público quando na primeira fase não são pagas voluntariamente, procedendo este, antes da instauração do processo de efetivação de responsabilidades, à notificação dos responsáveis para, querendo, procederem ao pagamento voluntário da multa.

Em 2014, dos 28 processos nestas circunstâncias, 13 (12 na Sede e 1 na SRM) tiveram origem em processos de órgãos de controlo interno, 8 (2 na Sede, 3 na SRA e 3 na SRM) em sede de fiscalização sucessiva, 4 (Sede) no âmbito do controlo prévio e 3 (1 na SRA e 2 na SRM) relativos ao controlo concomitante.

Multas do art.º 65 – guias emitidas para pagamento voluntário após notificação do MP

Unidade: euro

	2012			2013			2014		
	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante
No âmbito do controlo prévio				9	12	29.223	4	8	21.420
No âmbito do controlo concomitante	27	50	138.433	5	18	42.758	3	5	3.657
No âmbito do controlo sucessivo	21	64	115.408	27	36	49.808	8	21	40.003
Em processos de Órgãos de Controlo Interno	14	30	52.695	13	42	60.672	13	21	37.456
Total	62	144	306.536	54	108	182.461	28	55	102.536

O Tribunal, através das 1.ª e 2.ª Secções, de acordo com o n.º 8 do artigo 65.º da LOPTC, pode relevar a responsabilidade por infração financeira apenas passível de multa.

Em 2014, foi relevada a responsabilidade sancionatória em 21 processos, 8 na Sede, 4 na SRA e 9 na SRM.

Multas do art.º 65 - relevação de responsabilidade sancionatória

	2012		2013		2014	
	N.º de Processos	N.º de Demandados	N.º de Processos	N.º de Demandados	N.º de Processos	N.º de Demandados
No âmbito do controlo prévio	1	7	9	11	7	30
No âmbito do controlo concomitante	7	10	2	3	3	11
No âmbito do controlo sucessivo	8	37	8	14	11	16
Total	16	54	19	28	21	57

O artigo 66.º da LOPTC, estabelece ainda a aplicação de multas por outras infrações, como por exemplo, pela falta injustificada de remessa de contas, pela inobservância dos prazos legais de remessa dos processos relativos a atos ou contratos que produzam efeitos antes do visto.

Multas do art.º 66 – guias emitidas

	2012			2013			2014		
	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante (euro)	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante (euro)	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante (euro)
No âmbito do controlo prévio	16	16	11.730	4	4	4.845	2	2	1.020
No âmbito do controlo concomitante	22	22	13.770	13	13	6.645	7	7	5.866
No âmbito do controlo sucessivo	49	53	24.450	21	21	17.241	24	24	18.183
Total	87	91	49.950	38	38	28.731	33	33	25.069

Em 2014, das 33 multas aplicadas neste âmbito, 21 tiveram origem na Sede, 2 na SRA e 10 na SRM.

Verificou-se igualmente a relevação da responsabilidade sancionatória (n.º 8 do artigo 65.º da LOPTC) e a dispensa de penas (artigo 74.º do Código Penal, aplicável por força do artigo 80.ª da LOPTC) neste tipo de multas relativamente a 40 processos, todos respeitantes à Sede

Multas do art.º 66 - relevação e dispensa de penas

	2012		2013		2014	
	N.º de Processos	N.º de Demandados	N.º de Processos	N.º de Demandados	N.º de Processos	N.º de Demandados
No âmbito do controlo prévio	24	24	7	7	2	2
No âmbito do controlo concomitante	26	27	6	6	12	12
No âmbito do controlo sucessivo	4	4	24	34	26	30
Total	54	55	37	47	40	44

Nota: Em 2014 os processos no âmbito do controlo sucessivo são exclusivamente relativos a dispensa de pena.

RESPONSABILIDADE FINANCEIRA – 3.ª SECÇÃO E SECÇÕES REGIONAIS

Dos processos em que o Ministério Público requereu julgamento para efetivação de responsabilidades financeiras existentes, em 2014, na 3.ª Secção e nas Secções Regionais, verificou-se a extinção do procedimento por pagamento voluntário em 7 processos e foram julgados 26.

Efetivação de responsabilidades financeiras

	Transitados	Distribuídos no ano	Findos antes de julgamento		Julgados		Remetidos ao arquivo	Em curso
			Indefer. Liminar	Pagamento voluntário	Sentença condenatória	Sentença absolutória		
Julgamento de contas	3	1	0	0	1	1	1	3
Art. 59.º e 60.º da Lei 98/97	1	1				1		2
Art. 59.º, 60.º e 65.º da Lei 98/97	2				1		1	1
Art. 65.º da Lei 98/97								0
Julgamento de resp. financeira	45	24	0	7	16	8	21	48
Art. 59.º e 60.º da Lei 98/97	1	2			1			3
Art. 59.º, 60.º e 65.º da Lei 98/97	15	9		1	9	2	2	22
Art. 65.º da Lei 98/97	29	13		6	6	6	19	23
Total	48	25	0	7	17	9	22	51

Processos em curso = Transitado+distribuído-arquivado

Efetivação de responsabilidades financeiras - origem

	Transitados	Distribuídos no ano	Findos antes de julgamento		Julgados		Remetidos ao arquivo	Em curso
			Indef. Liminar	Pagamento voluntário	Sentença condenatória	Sentença absolutória		
3.ª Secção	37	14		6	9	6	19	32
Secção Regional dos Açores	6	2		1	3		3	5
Secção Regional da Madeira	5	9			5	3		14
Total	48	25	0	7	17	9	22	51

Em plenário da 3.ª Secção foram apreciados os recursos interpostos, tendo sido proferidos 26 acórdãos em processos de julgamento de contas, de julgamento de responsabilidades financeiras, de matéria emolumentar e de multas aplicadas.

Recursos ordinários - Plenário 3.ª Secção

	Transitados	Distribuídos no ano	Indeferimento liminar	Julgados		Remetidos à 1.ª instância	Em curso
				Procedentes	Improcedentes		
Em matéria de resp. financeira	8	17	1	10	4	6	19
<i>Julgamento de contas</i>	1	2	0	2	0	1	2
Art. 59.º e 60.º da Lei 98/97		1		1			1
Art. 59.º, 60.º e 65.º da Lei 98/97	1	1		1		1	1
Art. 65.º da Lei 98/97							0
<i>Julgamento de resp. financeira</i>	7	15	1	8	4	5	17
Art. 59.º e 60.º da Lei 98/97		1			1		1
Art. 59.º, 60.º e 65.º da Lei 98/97	2	4		1			6
Art. 65.º da Lei 98/97	5	10	1	7	3	5	10
Em matéria emolumentar		1		1		1	0
De multas	12	20	0	9	2	13	19
Aplicadas pela 1.ª Secção	7	5		6		8	4
Aplicadas pela 2.ª Secção	3	3		2	2	3	3
Aplicadas pela SRA		1					1
Aplicadas pela SRM	2	11		1		2	11
Total	20	38	1	20	6	20	38

Evolução da distribuição processual

	Distribuídos no ano		Varição
	2013	2014	%
Plenário da 3.ª Secção:	30	38	26,7%
Em matéria de resp. financeira	10	17	70,0%
Julgamento de contas	2	2	0,0%
Julgamento de resp. financeira	8	15	87,5%
Em matéria emolumentar		1	-
De multas	20	20	0,0%
1.ª Instância:	37	25	-32,4%
Julgamento de contas		1	-
Julgamento de resp. financeira	37	24	-35,1%
Total	67	63	-6,0%

Em resultado dos processos de efetivação de responsabilidade financeira foram ordenadas reposições por pagamentos indevidos e aplicadas multas, tendo sido igualmente efetuados pagamentos voluntários de multas e reposições antes de julgamento.

Multas e reposições

	2013					2014				
	3.ª Secção	SRA	SRM	Total	N.º resp.	3.ª Secção	SRA	SRM	Total	N.º resp.
Reposições ordenadas	139.653	0	0	139.653	1	233.891	0	99.434	333.325	11
Por pagamentos indevidos	119.817			119.817		213.877		97.931	311.808	
Por alcances				0					0	
Outros	19.836			19.836		20.014		1.503	21.517	
<i>Das quais em relatórios de Órgãos de Controlo Interno</i>						13.966		1.503	15.469	2
Multas aplicadas	49.095	46.410		95.505	31	41.526	236.860	25.504	303.890	47
<i>Das quais em relatórios de Órgãos de Controlo Interno</i>				0		3.060		9.164	12.224	6
Sanções e reposições pagas voluntariamente antes de julgamento	64.864	5.100		69.964	14	5.791	5.100	3.839	14.730	5
<i>Das quais em relatórios de Órgãos de Controlo Interno</i>				0				3.339	3.339	2

Unidade: €

VII – O MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO DO TRIBUNAL DE CONTAS

O MINISTÉRIO PÚBLICO E A EFETIVAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

Ao Ministério Público compete, embora não exclusivamente, requerer, perante a 3.ª Secção e as Secções Regionais, o julgamento para efetivação de responsabilidades financeiras.

Processos remetidos ao MP com infrações evidenciadas (art. 57.º da LOPTC)

Tipologia dos processos	Transitados	Notificados no ano	Não requer procedimento jurisdicional	Extinção da responsabilidade por pagamento voluntário	Requer julgamento	Arquivamento (a)	Outras situações (b)	Em curso
Controlo prévio e concomitante	10	14	0	5	3	1		15
Relatórios para apuramento de responsabilidade financ.	4	4		3	1			4
Relatórios de auditoria de fiscalização concomitante	6	10		2	2	1		11
Controlo sucessivo	26	18	0	4	12	1	1	26
Relatórios de auditoria de fiscalização sucessiva	24	17		4	11		1	25
Relatórios de verificação externa de contas								0
Relatórios de verificação interna de contas	2	1			1	1		1
Relatórios de órgãos de controlo interno	33	28	0	9	7	21		24
Total	69	60	0	18	22	23	1	65

(a) Situações em que o MP arquiva, por exemplo, por discordar da qualificação jurídica como infração financeira efetuada no relatório de auditoria, por não se verificar o elemento subjetivo da infração (culpa), por decisão judicial sobre a mesma matéria, ...

(b) Notificação do MP - convite para pagamento voluntário

Origem dos processos remetidos ao MP

	Sede	SRA	SRM	Total
Processos notificados ao MP no ano	39	6	15	60
Despacho MP:				
Requer julgamento	13	2	7	22
Extinção por pagamento voluntário	14	2	2	18
Arquivamento	23			23

Mapa comparativo da evolução processual

	2012	2013	2014
Processos notificados ao MP no ano	59	106	60
Despacho MP:			
Requer julgamento	12	31	22
Extinção por pagamento voluntário	28	33	18
Não requer procedimento jurisdicional	4		
Arquivamento	18	44	23
Outras situações	1		1



PARTICIPAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO A OUTRAS JURISDIÇÕES

O Ministério Público participa, ou dá conhecimento, a outras jurisdições de factos conhecidos em relatórios do Tribunal de Contas, dos órgãos de controlo interno e em acórdãos do Tribunal de Contas.

Em 2014, foram efetuadas 23 participações, sendo 12 à Procuradoria-Geral da República, 4 ao Departamento de Investigação e Ação Penal, 1 ao Tribunal Central Administrativo do Norte, 1 ao Tribunal Central Administrativo de Circulo de Lisboa, 1 ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra e 1 ao Tribunal Arbitral.

Não foi efetuada a participação de acórdãos do Tribunal de Contas.

VIII – OS RECURSOS UTILIZADOS

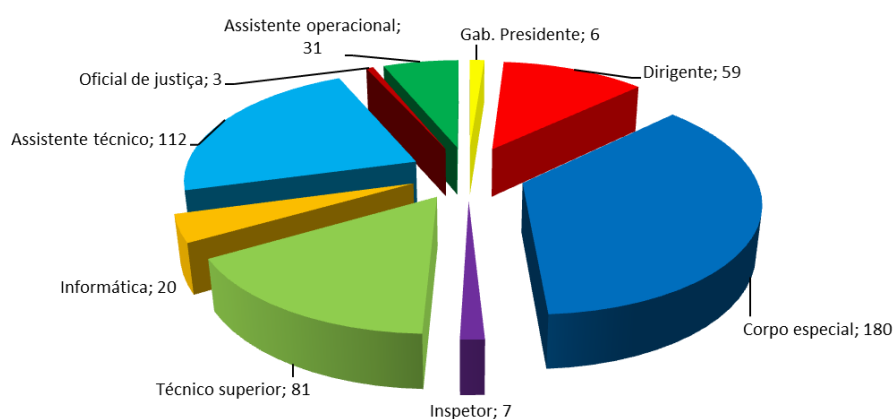
OS RECURSOS HUMANOS

No final de 2014 exerciam funções no Tribunal de Contas o Presidente e 18 Juízes Conselheiros, dispondo os seus Serviços de Apoio de 499 efetivos.

Dos 18 Juízes Conselheiros, 16 exerciam funções na Sede (4 na 1.ª Secção, 9 na 2.ª Secção e 3 na 3.ª Secção), 1 na Secção Regional dos Açores (jubilado mas em exercício de funções) e 1 na Secção Regional da Madeira.

O corpo especial de fiscalização e controlo representa a maioria dos efetivos, com 36%.

Efetivos dos Serviços de Apoio por grupos profissionais



Verifica-se um decréscimo de cerca de 4% dos efetivos globais, mantendo-se a maioria a exercer funções no âmbito do controlo sucessivo.

Evolução do número de efetivos por áreas funcionais

Áreas funcionais	2012		2013		2014	
	Total	Peso	Total	Peso	Total	Peso
Direção	4	0,8%	4	0,8%	4	0,8%
Gabinete do Presidente e Secretariado Juizes	19	3,6%	17	3,3%	16	3,2%
Secretaria do Tribunal	17	3,2%	18	3,4%	17	3,4%
Controlo prévio e concomitante	61	11,5%	61	11,7%	56	11,2%
Controlo sucessivo	239	45,2%	232	44,4%	223	44,7%
Consultadoria e planeamento	21	4,0%	21	4,0%	20	4,0%
Apoio ao MP	4	0,8%	4	0,8%	4	0,8%
Apoio instrumental	164	31,0%	165	31,6%	159	31,9%
Total	529	100,0%	522	100,0%	499	100,0%

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No âmbito do desenvolvimento de uma política sistemática de progressiva especialização dos recursos humanos do Tribunal, em 2014 realizaram-se 153 ações de formação interna e externa, abrangendo diversas áreas temáticas das quais se destacam, contabilidade, auditoria, direito, gestão e desenvolvimento organizacional num total de 15 458 horas de formação.

	N.º ações	N.º horas das ações	N.º de participações	N.º horas utilizadas	Custo Total (€)
Interna	96	731	1 995	14 466	44.855
Sede	61	520	1 475	11 559	37 150
De pessoal da Sede	61	520	1 432	9 173	
De pessoal da SRA					
De pessoal da SRM			3	36	
De pessoal de outras instituições *			40	2 350	
SRA	11	49	233	1 096	4.349
SRM	24	162	287	1 811	3.356
Externa	57	331	173	992	1.960
De pessoal da Sede	44	215	150	780	209
De pessoal da SRA	10	83	18	163	1.121
De pessoal da SRM **	3	33	5	49	630
Total	153	1 062	2 168	15 458	46.815

*Participação de pessoal da Auditoria Geral da Suécia, Procuradoria Geral da República, Câmara de Contas de Timor Leste, Tribunal de Contas de Cabo Verde e Serviço de Saúde da RAM E.P.E.

** Inclui uma ação de autoformação em horário laboral

Os efetivos do corpo especial de fiscalização e controlo, e das carreiras técnica superior e de inspeção, frequentaram cerca de 70% das ações formação realizadas.

Relativamente às ações de formação ministradas no exterior por efetivos da DGTC, foram realizadas 38 ações em diversos organismos, nomeadamente, Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira, Câmara de Contas de Timor Leste, Centro Hospitalar de Lisboa Central E.P.E, Comissariado de Auditoria de Macau, Conselhos Diretivos e Agrupamentos de Escolas de Constância, Instituto de Gestão e Administração Pública, Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas, Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil E.P.E, Secretaria Geral do Ministério da Justiça, Tribunal de Contas de Cabo Verde.

	N.º Ações	N.º de Formadores	N.º horas
Formação ministrada no exterior	38	21	643

OS RECURSOS FINANCEIROS

A despesa realizada em 2014 foi de 26.544.939 €, da qual 64% respeita a dotações do orçamento do Estado e 36% dos cofres privados.



Relativamente à distribuição da despesa realizada por agrupamento económico, constata-se que maioritariamente diz respeito a despesas com o pessoal (89%).

Despesa por agrupamento económico

Unidade: €

Agrupamento	Sede	SRA	SRM	Total	
				Valor	%
Despesas com o pessoal	20.182.581	1.793.336	1.751.144	23.727.061	89,4%
Aquisição de bens e serviços correntes	2.142.144	144.090	169.713	2.455.947	9,3%
Aquisição de bens de capital	310.130	8.986	42.815	361.931	1,4%
Total	22.634.855	1.946.412	1.963.672	26.544.939	100,0%

No que concerne à evolução da despesa nos últimos três anos, verifica-se que em 2013 ocorreu um acréscimo (17,2%) decorrente do aumento das taxas contributivas da entidade patronal para a CGA e da reposição do pagamento dos subsídios de férias e Natal. Em 2014 a despesa subiu 2,3%, justificando-se o aumento a nível das despesas com o pessoal, apesar da redução do número de efetivos, pela declaração de inconstitucionalidade do art. 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro cujo efeito se traduziu no pagamento de três meses e meio de vencimentos e do subsídio de férias sem quaisquer reduções. A nível das despesas de capital o aumento verificado deve-se aos encargos no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento dos Sistemas de Informação (PDESI) e à manutenção e beneficiação dos edifícios do Tribunal.

Evolução da despesa por agrupamento económico

Unid: euro

Agrupamento	2012	2013		2014	
		Montante	Var.	Montante	Var.
Despesas com o pessoal	19.568.583	23.517.118	20,2%	23.727.061	0,9%
Aquisição de bens e serviços correntes	2.234.003	2.311.535	3,5%	2.455.947	6,2%
Aquisição de bens de capital	349.345	126.508	-63,8%	361.931	186,1%
Total	22.151.931	25.955.161	17,2%	26.544.939	2,3%

Evolução da despesa por entidade

Unid: euro

Agrupamento	2012	2013		2014	
		Montante	Var.	Montante	Var.
Sede	18.994.195	22.165.124	16,7%	22.634.855	2,1%
Secção Regional dos Açores	1.597.985	1.869.826	17,0%	1.946.412	4,1%
Secção Regional da Madeira	1.559.751	1.920.211	23,1%	1.963.672	2,3%
Total	22.151.931	25.955.161	17,2%	26.544.939	2,3%

IX. ELEMENTOS COMPLEMENTARES DA CONTA CONSOLIDADA



Relatório de gestão consolidado

WJ

Índice

1. Fontes de financiamento e execução orçamental.....	2
1.1. Fontes de Financiamento.....	2
1.2. Execução Orçamental.....	2
1.2.1. Receita.....	2
1.2.1.1. Receita Emolumentar.....	3
1.2.1.2. Evolução do Saldo de Gerência.....	4
1.2.2. Despesa.....	5
1.2.2.1. Taxa de Cobertura e Saldo da Gerência.....	6
2. Demonstrações financeiras.....	7
2.1. Balanço.....	7
2.1.1. Ativo Líquido.....	9
2.1.2. Fundos Próprios e Passivo.....	10
2.2. Demonstração de Resultados.....	11
2.3. Outras Observações.....	13
2.3.1. Dívidas de Terceiros.....	13
2.3.2. Especialização de Proveitos.....	13
2.3.3. Evolução de Custos com Fornecimentos e Serviços Externos.....	14
2.3.4. Evolução de Custos com Pessoal.....	15



Tribunal de Contas

Direção-Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

1. FONTES DE FINANCIAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1.1. Fontes de Financiamento

De acordo com o disposto no quadro n.º I, o **montante global do financiamento** do Tribunal de Contas para 2014 ascendeu a 46.411.832 euros, dos quais 62,1% respeitaram a receitas do Cofre Privativo e os restantes 37,9% a receitas gerais provenientes do orçamento do Estado.

FONTES DE FINANCIAMENTO	2012 (1)	%	2013 (2)	%	△ 2013 / 2012		2014 (5)	%	△ 2014 / 2013	
					(+/-)	%			(+/-)	%
					(3)=(2)-(1)	(4)=(3)/(1)			(6)=(5)-(2)	(7)=(6)/(2)
Orçamento do Estado (a)	15.019.096	31,3%	16.305.593	33,6%	1.286.499	8,6%	17.573.202	37,9%	1.267.607	7,8%
Cofre Privativo	32.985.016	68,7%	32.269.464	66,4%	-715.552	-2,2%	28.838.630	62,1%	-3.430.834	-10,6%
Total	48.004.112	100%	48.575.059	100%	570.947	1,2%	46.411.832	100%	-2.163.227	-4,5%
Cofre Privativo	32.985.016		32.269.464		-715.552	-2,2%	28.838.630		-3.430.834	-10,6%
Receitas correntes	6.742.700	20,4%	6.370.200	19,7%	-372.500	-5,5%	6.049.694	21,0%	-320.506	-5,0%
Trf. Corr. - A. C. SFA	163.205	0,5%	29.735	0,1%	-135.470	100,0%	0	0,0%	-29.735	-100,0%
Saldo da gerência anterior	26.077.111	79,1%	25.869.529	80,2%	-207.582	-0,8%	22.788.936	79,0%	-3.080.593	-11,9%

No global, o financiamento do exercício de 2014 é inferior em 4,5% (2.163.227 euros) ao verificado em 2013.

As dotações do Orçamento do Estado em 2014 ascenderam a 17.573.202 euros, o que representa um acréscimo de 7,8 % relativamente ao exercício de 2013, correspondente a 1.267.607 euros.

Relativamente ao orçamento privativo, o orçamento global do exercício de 2014, incluindo o saldo da gerência é inferior em 10,6% (3.430.834 euros) ao orçamento de 2013.

O saldo da gerência de 2013 e integrado no orçamento de 2014 apresenta um decréscimo de 3.080.593 euros (11,9%), face ao saldo de gerência integrado no exercício de 2013 justificado com o facto de o Cofre Privativo em 2013 ter suportado os encargos com pessoal que por lei deveriam ser suportados pelo Orçamento do Estado, correspondendo esse saldo a 79% do total do orçamento privativo.

1.2. Execução Orçamental

1.2.1. Receita

O quadro n.º II permite analisar os valores da receita cobrada pelo Cofre Privativo em 2014 por classificação económica de receita, conferindo, igualmente, uma noção do seu peso relativo por tipologia, em relação ao total de receita efetivamente cobrada, bem como oferece uma perspetiva da sua evolução no período compreendido entre 2012 e 2014.



Tribunal de Contas

Direção-Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA	Receita		Δ		Receita *			Δ		Orçamento	Orçamento	(em euros)
	Cobrada	Cobrada	2013/2012		Liquidada	Cobrada	%	2014/2013		Inicial	Corrigido	Grav de
	2012	2013	Absoluta	%	2014	2014	%	Absoluta	%	(9)	(10)	(11)=(6)/(10)
(1)	(2)	(3)=(2)-(1)	(4)=(3)/(1)	(5)	(6)	(7)=(6)/(5)	(7)=(6)-(2)	(8)=(7)/(2)	(9)	(10)	(11)=(6)/(10)	
RECEITAS CORRENTES												
Taxas de Justiça					612					1.000	1.000	
Emolumentos do Tribunal de Contas	6.757.016	6.478.569	-278.647	-4,12%	5.440.640	3.851.273	98,16%	-627.096	-9,68%	5.879.700	5.879.700	99,52%
Juros de Mora		600	600		187	187	0,00%	-413	100,00%	1.000	1.000	18,69%
Juros - IGCP	143.732	74.882	-68.851	-47,90%	68.596	68.596	1,15%	-6.285	-8,39%	36.500	36.500	121,41%
Edições do Tribunal de Contas	4.278	1.196	-3.082	-72,04%	108	124	0,00%	-1.073	-89,67%	7.000	7.000	1,77%
Venda de Bens Diversos	2.192	1.570	-622	-28,37%	3.175	3.175	0,05%	1.605	102,22%	2.000	2.000	158,70%
Reembolsos - Serv. Soc. Min. Justiça	24.976	2.336	-22.640	-90,65%		210	0,00%	-2.126	-91,01%	3.100	3.100	10,00%
Venda de Bens e Serviços - Outros	5.190	5.040	-150	-2,89%				-5.040	-100,00%			
Outras Receitas Correntes	23.410	25.577	2.167	9,26%	20.734	20.724	0,50%	4.147	16,21%	21.000	21.000	141,54%
Total das receitas correntes	6.960.794	6.589.570	-371.224	-5,33%	5.534.052	5.953.289	99,88%	-636.281	-9,66%	5.970.300	5.970.300	99,72%
RECEITAS DE CAPITAL												
Alienação de bens de imobilizado	148		-148	100,00%						1.000	1.000	
Reposições não abatidas	2.410	2.468	57	2,37%	7.841	7.392	0,12%	4.924	199,55%	1.000	1.000	739,16%
Total das receitas de capital	2.558	2.468	-90	-3,53%	7.841	7.392	0,12%	4.924	199,55%	2.000	2.000	369,58%
Transf. Correntes - A. C. SFA(**)	30.104	33.332	3.228	100,00%				-33.332	-100,00%			
	30.104	33.332	3.228	100,00%				-33.332	-100,00%			
TOTAL DA RECEITA	6.993.456	6.625.370	-368.086	-5,26%	5.541.893	5.960.680	100,0%	-664.690	-10,03%	5.972.300	5.972.300	99,81%

* Deduzida de anulações e restituições

Em 2014, o **orçamento de receita** inicial do Cofre Privativo correspondeu a 5.972.300 euros, repartindo-se em receitas correntes (5.970.300 euros) e receitas de capital (2.000 euros).

Relativamente à receita corrente liquidada, o exercício de 2014 encerrou com um total de 5.534.052 euros, o que corresponde a um desvio negativo de 436.248 euros face ao orçamento corrigido, tendo sido liquidados menos 439.060 euros de receita emolumentar que o orçamentado.

Da análise da estrutura de execução das receitas próprias, verifica-se que a receita cobrada no exercício de 2014 relativamente ao total do orçamento corrigido, em que se inclui a proveniente das reposições não abatidas, correspondeu a 99,81% (5.960.680 euros), o que denota uma variação negativa face ao inicialmente orçamentado, tendo-se cobrado menos 11.620 euros do que o estimado em sede de preparação do orçamento para o ano de 2014 (5.972.300 euros).

Em termos globais, o volume de receita corrente cobrada diminuiu 9,66% (636.281 euros) no ano 2014 face ao ano anterior, e que resultou, essencialmente, da diminuição verificada nos Emolumentos do Tribunal de Contas e que correspondeu a 627.096 euros isto é, um decréscimo de 9,68% face ao volume de cobrança de 2013.

Quando comparada com o montante total de receitas cobradas no exercício, a receita emolumentar apresenta um peso de 98,16%, fator por si só indicativo da extrema relevância desta tipologia de receita no orçamento do Cofre Privativo, representando as restantes tipologias de receita valores residuais.

1.2.1.1. Receita Emolumentar

Atendendo ao peso da receita emolumentar no volume das receitas correntes do Tribunal de Contas, elaborou-se o quadro n.º III, que evidencia o volume de liquidações desta tipologia de receita e a correspondente variação.



Tribunal de Contas

Direção-Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

QDR III

(em euros)

TIPOLOGIA DE EMOLUMENTOS	2012		2013		Variação 2012/2011		2014		Variação 2014/2013	
	Liquidada	%	Liquidada	%	Absoluta	%	Liquidada	%	Absoluta	%
Fiscalização prévia e concomitante	2.213.590,25	32,1%	2.982.632,83	46,6%	769.042,58	34,7%	2.335.717,50	44,0%	-646.915,33	-21,7%
Verificação interna de contas	3.782.020,49	54,8%	2.713.754,13	42,4%	-1.068.266,36	-28,2%	2.334.099,79	44,0%	-379.654,34	-14,0%
Auditorias / VEC	902.164,29	13,1%	702.230,32	11,0%	-199.933,97	-22,2%	634.071,11	12,0%	-68.159,21	-9,7%
TOTAL DO ANO	6.897.775,03	100,0%	6.398.617,28	100,0%	-499.157,75	-7,2%	5.303.888,40	100,0%	-1.094.728,88	-17,1%

* Receita líquida de anulações e restituições

A receita emolumentar liquidada (deduzida de anulações e restituições) apresenta uma diminuição de 17,1 % face à liquidada no ano de 2013 (-1.094.729 euros).

O maior decréscimo verifica-se ao nível da receita emolumentar resultante da atividade de fiscalização prévia e concomitante, que apresenta um decréscimo de 21,7%, correspondente a 649.915,33 euros, decréscimo que, a par com a diminuição de 14,0% (379.654,34 euros) verificada ao nível da verificação interna de contas, justifica o decréscimo global da liquidação de receita.

Esta variação negativa na liquidação de receita emolumentar, é ainda justificada pelo decréscimo nas liquidações que se observa relativamente ao nível da fiscalização sucessiva (auditorias) e que apresenta um volume de liquidações inferior ao verificado em 2013 de -9,7%, correspondente a uma diminuição de 68.159,21 euros.

De referir que já o exercício de 2013 apresentava menores valores de liquidação da receita emolumentar do que o ano transacto, verificando-se em 2014 uma diminuição nas três tipologias de receitas em análise.

1.2.1.2. Evolução do Saldo de Gerência

QDR IV

(em euros)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Saldo p/ gerência seguinte (31.12.ano-n)	17.978.499	17.082.377	16.501.841	18.087.424	19.156.128	21.262.828	22.714.761	26.077.111	25.869.419	23.272.024	19.786.705
Recurso no saldo da gerência anterior	3.164.929	1.284.545	217.866	31.896	127.195	217.742	237.902	217.203	339.901	2.454.740	3.002.219
1. Insuficiência do Orçamento do Estado	3.188.408	728.930	217.866	58.296	154.187	336.369	444.391	573.928	724.703	4.880.985	4.827.981
2. Insuficiência de receitas próprias	105.702	555.511	0	0	0	0	0	0	0	0	8.407
Recursos do exercício	6.125.695	6.680.180	6.382.184	7.879.198	6.758.403	8.913.784	8.326.748	10.541.851	6.993.457	6.625.370	5.961.292
Pagamentos											9.446.611
Compromissos assumidos											9.721.472

Conforme pode ser observado no quadro n.º IV, no período de 2006 a 2011 a execução orçamental do Cofre privativo caracteriza-se por um aumento sucessivo dos saldos de gerência gerados, não obstante o facto de as disponibilidades financeiras terem colmatado as situações de insuficiência das dotações do orçamento do Estado.



Esta tendência não se verificou no triénio de 2012 a 2014, pelo que o saldo de gerência do ano de 2014 situa-se nos 19.786.705 euros.

É de referir que a baixa taxa de execução de receita registada em 2014 pela Secção Regional dos Açores condicionou de tal forma a gestão de tesouraria que, no 4º trimestre, tornou-se necessário recorrer ao saldo de gerências anteriores para fazer face a despesas de funcionamento, em cerca de 8.407 euros.

1.2.2. Despesa

A observação do quadro n.º V permite obter uma perspetiva integrada da execução orçamental de 2014, quer através da análise do grau de realização apresentado por cada um dos agrupamentos económicos de despesa, quer pela determinação do seu peso relativo no total de despesa realizada, quer ainda pela repartição por fonte de financiamento.

QDR V (em euros)

FONTE DE FINANCIAMENTO	2012		2013				2014			2014			
	Despesa Realizada (1)	%	Despesa Realizada (2)	%	Variação 2013 - 2012 (3)-(2)-(1)		Despesa Realizada (4)	%	Variação 2014 - 2013 (5)-(4)-(2)	Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido - Congel.	Taxa de Execução (7)=(4)/(6)	
COFRE PRIVATIVO													
Despesas com pessoal	4.653.289	64,6%	6.797.220	73,7%	2.143.931	46,1%	6.786.138	71,8%	-11.082	-0,2%	2.054.486	7.686.433	88,3%
Bens e serviços correntes	2.201.745	30,6%	2.300.169	24,9%	98.424	4,5%	2.299.687	24,3%	-483	-0,02%	3.199.009	3.331.782	69,0%
Bens de Capital	346.012	4,8%	125.475	1,4%	-220.537	-63,7%	360.787	3,8%	235.312	187,5%	526.568	836.602	43,1%
TOTAL	7.201.047	100,0%	9.222.864	100,0%	2.021.818	28,1%	9.446.611	100,0%	223.747	2,4%	5.780.063	11.854.817	79,7%
O. E.													
Despesas com pessoal	14.915.294	99,8%	16.719.898	99,9%	1.804.604	12,1%	16.940.923	99,1%	221.024	1,3%	17.048.540	16.945.943	100,0%
Bens e serviços correntes	32.256	0,2%	11.366	0,1%	-20.890	-64,8%	156.260	0,9%	144.894	1274,8%	489.850	154.634	101,1%
Bens de Capital	3.333	0,0%	1.033	0,0%	-2.300	-69,0%	1.144	0,0%	111	10,8%	34.812	1.645	69,5%
TOTAL	14.950.883	100,0%	16.732.297	100,0%	1.781.414	11,9%	17.098.327	100,0%	366.029	2,2%	17.573.202	17.102.222	100,0%
COFRE PRIVATIVO + O. E.													
Despesas com pessoal	19.568.583	88,3%	23.517.118	90,6%	3.948.535	20,2%	23.727.060	89,4%	209.942	0,9%	19.103.026	24.632.376	96,3%
Bens e serviços correntes	2.234.002	10,1%	2.311.536	8,9%	77.534	3,5%	2.455.947	9,3%	144.411	6,2%	3.688.859	3.486.416	70,4%
Bens de Capital	349.345	1,6%	126.508	0,5%	-222.838	-63,8%	361.931	1,4%	235.423	186,1%	561.380	838.247	43,2%
TOTAL	22.151.930	100,0%	25.955.162	100,0%	3.803.232	17,2%	26.544.938	100,0%	589.776	2,3%	23.353.265	28.957.039	91,7%

O orçamento corrigido do Tribunal de Contas reflete os seguintes factos:

- ◆ Cativação de verbas ao orçamento, efetuada nos termos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2014,
- ◆ Recurso ao mecanismo previsto no art.º 25.º da Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001), tendo o orçamento do Cofre Privativo.

Em termos globais, o exercício de 2014 encerrou com um volume de despesa superior a 2013 em 2,3%, correspondente a 589.776 euros e com uma taxa de execução de 91,7%. Este acréscimo verifica-se maioritariamente ao nível das despesas com bens de capital, que apresentam uma execução superior a 2013 em 186,1%, correspondente a 235.423 euros, devendo-se esta variação essencialmente às despesas realizadas no âmbito do Plano de



Desenvolvimento Estratégico dos Sistemas de Informação, bem como a encargos associados à manutenção e beneficiação dos edifícios da Av. da República e Barbosa du Bocage, da Sede.

Nos exercícios de 2012 a 2014 as **dotações do Orçamento do Estado** suportaram quase exclusivamente despesas com o pessoal, cuja representatividade corresponde a 99,8%, 99,9% e 99,1 respetivamente, da despesa total, apresentando o exercício de 2014 um volume de despesa superior a 2013 em 22%, correspondente a 366.029 euros. Este acréscimo verifica-se maioritariamente ao nível das despesas com bens e serviços correntes, que apresentam uma execução superior a 2013 em 1.274,8%, correspondente a um aumento de 144.894 euros. Esta variação positiva é explicada pelo facto de o encargo com o fornecimento de energia, na Sede, ter sido suportado, na íntegra, por verbas do Orçamento do Estado.

Refira-se que as dotações do Orçamento do Estado foram, à semelhança de exercícios anteriores (2012 e 2013), insuficientes para pagamento integral das despesas com o pessoal, tendo os cofres privativos suportado parte das remunerações certas e permanentes, num total de 4.827.981 euros.

No que diz respeito ao total de despesa efetuada por conta do **orçamento do Cofre Privativo**, a mesma ascende a 9.446.611 euros, em que 6.786.138 euros correspondem a despesas com o pessoal, 2.299.687 euros a aquisição de bens e serviços correntes e 360.787 euros a aquisição de bens de capital.

A variação total de 2,4% (223.747 euros) justifica-se pelo aumento das despesas com a aquisição de bens de capital (235.312 euros) face ao exercício de 2013.

O orçamento do Cofre Privativo suportou ainda a totalidade dos encargos associados às demais despesas, nomeadamente, deslocações em serviço de efetivos do Tribunal de Contas e seus Serviços de Apoio, não só no território nacional como no estrangeiro, recurso a empresas de auditoria e consultores externos, entre outros.

Refira-se ainda que no exercício de 2014 foram efetuados pagamentos relativos a compromissos assumidos transitados do exercício de 2013, pagamentos esses que totalizaram 121.394,83 euros e por outro lado, a despesa efetiva de 2014 não reflete o total de 274.828,21 euros relativos a compromissos assumidos e não pagos que transitaram para o exercício de 2015.

1.2.2.1. Taxa de Cobertura e Saldo da Gerência

O quadro n.º VI revela a taxa de cobertura da receita cobrada no exercício relativamente ao total de despesa realizada.



Tribunal de Contas

Direção Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

QDR VI (em euros)

ANO	Receita Exercício (1)	Despesa Realizada (2)	Saldo (3)=(1)-(2)	Taxa de Cobertura (4)=(1)/(2)	Encargos OE
2012	6.993.457	7.201.047	-207.590	0,97	
2013	6.625.370	9.222.864	-2.597.494	0,72	
2014	5.961.292	9.446.644	-3.485.352	0,63	
Sem encargos transferidos do Orçamento do Estado					
2012	6.993.457	4.301.968	2.691.488	1,63	2.899.079
2013	6.625.370	4.341.878	2.283.491	1,53	4.880.985
2014	5.961.292	4.618.663	1.342.629	1,29	4.827.981

Da observação do quadro, verifica-se que o indicador relativo à taxa de cobertura no exercício de 2014 é inferior a 1, tendo a receita cobrada sido inferior ao total de despesa realizada em 3.485.352 euros, pelos motivos anteriormente mencionados, concretamente a insuficiência das dotações do Orçamento do Estado para pagamento das remunerações certas e permanentes.

No entanto, excluindo-se desta análise os encargos que o Cofre Privativo, por insuficiência das dotações do Orçamento do Estado suportou e que conforme referido anteriormente ascenderam a 4.827.981 euros, a taxa de cobertura situou-se no exercício de 2014 em 1,29, correspondendo a um saldo positivo de 1.342.629 euros.

Após análise da gestão orçamental relativa ao ano económico de 2014, onde se procedeu à caracterização e estudo da evolução do financiamento do Tribunal de Contas – Sede, bem como à análise da execução dos orçamentos da receita e despesa associados, pretende-se agora evidenciar a situação financeira e patrimonial do Tribunal, através da análise do Balanço e da Demonstração de Resultados.

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Balanço

O Balanço do Tribunal de Contas referente a 31 de dezembro de 2014, que se encontra exposto no quadro n.º VII, evidencia, para além da situação patrimonial do Tribunal naquela data, a variação ocorrida na composição e valor do património através da comparação com o balanço reportado a 31 de dezembro de 2013.



Tribunal de Contas

Direção - Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

QDR VII

(em euros)

CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	2014		2013		CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	2014	2013
		ATIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES PROVISÕES	ATIVO LÍQUIDO	ATIVO LÍQUIDO				
	ATIVO								
	IMOBILIZADO						FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		
	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						FUNDOS PRÓPRIOS		
433	Propriedade Industrial e Outros Direitos	665.517,50	635.618,74	29.898,85	94.956,95	51	Património	18.951.949,70	18.951.949,70
		665.517,50	635.618,74	29.898,85	94.956,95	575	Subsidio	0,00	0,00
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					576	Doações	74.464,69	75.271,80
421	Terranos e Recursos Naturais	2.463.036,83	0,00	2.463.036,83	2.953.036,82	577	Reservas Dec. Transf. Ativos	0,00	0,01
422	Edifícios e Outras Construções	14.660.623,14	6.492.854,27	8.167.768,87	8.442.184,51	579	Outras	0,00	0,00
423	Equipamento Básico	5.047.640,57	4.660.462,91	387.177,66	413.440,01	58	Resultados Transferidos	17.850.980,26	22.143.465,53
424	Equipamento de Transporte	320.715,03	313.366,13	16.348,90	29.266,22	88	Resultado Líquido do Exercício	-4.159.442,43	-4.295.002,87
425	Ferramentas e Utensílios	8.701,67	8.695,07	6,60	85,75		TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS	32.727.972,30	36.886.684,03
426	Equipamento Administrativo	3.181.428,42	3.118.103,90	63.324,52	66.503,34		PASSIVO		
420	Outras Imob.Corpóreas	1.243.736,12	91.912,88	1.151.823,24	1.140.940,22	29	Provisões para Rescos e Encargos	7.137,37	7.137,37
442	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00			7.137,37	7.137,37
		27.424.893,07	14.686.184,76	12.789.688,81	13.054.585,87		DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO		
	INVESTIMENTOS FINANCEIROS					221	Fornecedores GC	114.545,93	116.679,29
4141	Terranos e Recursos Naturais	23.692,90	0,00	23.692,90	23.692,90	228	Fornecedores - Facturas em Recepção e Conf.	47.068,51	20.603,41
4142	Edifícios e Outras Construções	71.078,70	23.788,21	47.310,49	48.204,55	252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
		94.771,60	23.788,21	71.003,39	71.897,45	2511	Fornecedores de Imobilizado GC	0,00	127,63
	CIRCULANTE					24	Estado e outros Entes Públicos	39.702,05	10.125,25
	EXISTÊNCIAS					262	Remunerações a Pagar	427,88	5.691,80
35	Materiais Primas, Subsidárias e de Consumo	101.706,69	50.918,46	50.788,20	57.300,06	267	Consultores, Assessores	0,00	11.044,06
32	Mercadorias	6.161,61	6.161,61	0,00	0,00	268	Outros credores diversos	9.949,24	6.098,30
		107.868,30	57.080,10	50.788,20	57.300,06			211.689,61	170.780,44
	DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO						ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
211	Clientes GC	45,87	0,00	45,87	61,21	273	Acrescimos de custos	3.151.959,09	3.199.504,61
212	Contratantes GC	718.038,66	0,00	718.038,66	1.219.595,78	274	Provelos diferidos	1.800.085,34	1.925.419,81
218	Clientes, Cont. e Utiliz. de cobrança duvidosa	90.898,28	81.678,42	9.379,83	0,00		TOTAL DO PASSIVO	5.270.876,91	5.302.842,23
221	Fornecedores GC	0,00	0,00	0,00	0,00				
24	Estado e outros Entes Públicos	3.773,45	0,00	3.773,45	3.773,45				
262	Pessoal - Outras Operações	869,50	0,00	869,50	2.513,79				
268	Outros Devedores Diversos	7.832,28	0,00	7.832,28	21.803,11				
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00				
		821.246,01	81.678,42	739.567,59	1.247.747,32				
	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS								
183	Títulos de Dívida Pública	1.800.000,00	0,00	1.800.000,00	2.100.000,00				
		1.800.000,00	0,00	1.800.000,00	2.100.000,00				
	CONTA NO TESOURO, DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA								
13	Contas no Tesouro	18.131.629,00	0,00	18.131.629,00	21.276.184,22				
12	Depósitos em Instituições Financeiras	2.310,17	0,00	2.310,17	2.480,73				
11	Caixa	4.500,00	0,00	4.500,00	4.500,00				
		18.138.529,17	0,00	18.138.529,17	21.282.234,95				
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS								
271	Acrescimos de provelos	4.319.000,59	0,00	4.319.000,59	4.248.727,77				
272	Custos diferidos	109.909,71	0,00	109.909,71	31.975,97				
		4.428.970,30	0,00	4.428.970,30	4.280.703,74				
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		15.344.681,71						
	TOTAL DAS PROVISÕES		138.758,52						
	TOTAL DO ATIVO	53.481.788,54	15.483.340,23	37.998.448,31	42.189.628,26		TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	37.998.448,31	42.189.628,26

Da observação do balanço pode concluir-se que as **Disponibilidades** existentes na conta do Tesouro, em depósitos em instituições financeiras e em caixa, no total de 18.138.529,17 euros o **Imobilizado**, que ascende a 12.769.587,66 euros e os **Acrescimos e Diferimentos**, no total de 4.428.970,30 euros correspondem à quase totalidade do ativo líquido, cujo montante ascende a 37.998.448,31 euros

Ao nível das **existências**, foram constituídas provisões para depreciação de existências num total de 57.080,10 euros, em que 6.161,61 euros correspondem à provisão relativa à Revista do Tribunal de Contas e 50.918,49 euros dizem respeito à provisão associada aos bens adquiridos e destinados a consumo interno.

Para melhor compreensão e análise da evolução do património verificada no período 2013-2014 foram elaborados os quadros n.º VIII - *Comparação do ativo líquido* e n.º IX - *Comparação dos fundos próprios e passivo* onde se apresenta, em termos absolutos e percentuais, a variação referida anteriormente.



2.1.1. Ativo Líquido

QDR VIII

(em euros)

CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	2014	2013	VARIACÃO	
		ATIVO LÍQUIDO	ATIVO LÍQUIDO	ABS.	%
ATIVO					
IMOBILIZADO					
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
433	Propriedade Industrial e Outros Direitos	29.898,85	94.956,95	-65.058,10	-68,51%
		29.898,85	94.956,95	-65.058,10	-68,51%
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
421	Terrenos e Recursos Naturais	2.953.036,82	2.953.036,82	0,00	0,00%
422	Edifícios e Outras Construções	8.167.968,87	8.442.184,51	-274.215,64	-3,25%
423	Equipamento Básico	387.177,86	413.440,01	-26.262,15	-6,35%
424	Equipamento de Transporte	16.348,90	29.295,22	-12.946,32	-44,19%
425	Ferramentas e Utensílios	6,60	85,75	-79,15	-92,30%
426	Equipamento Administrativo	63.324,52	66.603,34	-3.278,82	-4,92%
429	Outras Imob. Corpóreas	1.151.825,24	1.149.940,22	1.885,02	0,16%
442	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00%
		12.739.688,81	13.054.585,87	-314.897,06	-2,41%
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
4141	Terrenos e Recursos Naturais	23.692,90	23.692,90	0,00	0,00%
4142	Edifícios e Outras Construções	47.310,49	48.204,55	-894,06	-1,85%
		71.003,39	71.897,45	-894,06	-0,02
CIRCULANTE					
EXISTÊNCIAS					
36	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	50.788,20	57.399,98	-6.611,78	-11,52%
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	
		50.788,20	57.399,98	-6.611,78	-11,52%
DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO					
211	Cientes C/C	45,87	61,21	-15,34	-25,06%
212	Contribuintes C/C	718.038,66	1.219.595,76	-501.557,10	-41,12%
218	Cientes, Cont. e Utentes de cobrança duvidosa	8.979,83	0,00	8.979,83	100,00%
221	Fornecedores C/C	0,00	0,00	0,00	0,00%
24	Estado e outros Entes Públicos	3.773,45	3.773,45	0,00	0,00%
262	Pessoal - Outras Operações	899,50	2.513,79	-1.614,29	-64,22%
268	Outros Devedores Diversos	7.832,28	21.803,11	-13.970,83	-64,08%
		739.569,59	1.247.747,32	-508.177,73	-40,73%
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS					
153	Títulos da Dívida Pública	1.800.000,00	2.100.000,00	-300.000,00	-14,29%
		1.800.000,00	2.100.000,00	-300.000,00	-14,29%
CONTA NO TESOURO, DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA					
13	Contas no Tesouro	18.131.629,00	21.275.184,22	-3.143.555,22	-14,78%
12	Depósitos em Instituições Financeiras	2.310,17	2.460,73	-150,56	-6,12%
11	Caixa	4.590,00	4.590,00	0,00	0,00%
		18.138.529,17	21.282.234,95	-3.143.705,78	-14,77%
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
271	Acréscimos de proveitos	4.319.060,59	4.248.727,77	70.332,82	1,66%
272	Custos diferidos	109.909,71	31.975,97	77.933,74	243,73%
		4.428.970,30	4.280.703,74	148.266,56	3,46%
		37.998.448,31	42.189.526,26	-4.191.077,95	-9,93%
TOTAL DO ATIVO					

Da análise do quadro n.º VIII constata-se que o ativo líquido diminuiu 4.191.077,95 euros, comparativamente ao apurado no exercício de 2013.

Relativamente ao **Imobilizado**, verifica-se um decréscimo de 68,51% no valor do Imobilizado incorpóreo e, quanto ao imobilizado corpóreo, verifica-se que o decréscimo de 2,41% resulta da redução registada na grande maioria dos bens que o compõem, de onde se destacam as referentes ao *Equipamento de Transporte* (-44,19%) e *Ferramentas e Utensílios* (-92,30%).



Tribunal de Contas

Direção-Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

O exercício de 2014 reflete ainda processos de abate ao ativo imobilizado do Tribunal de Contas, num total de 287.209,27 euros. Deste total, 167.891,02 euros são relativos ao ativo imobilizado do Cofre Privativo (Tribunal de Contas-Sede), dos quais 56.679,81 euros dizem respeito a Equipamento Básico e 77.013,17 euros correspondem a equipamento administrativo.

Ao nível do ativo imobilizado do orçamento do Estado (Tribunal de Contas-Sede) o abate correspondeu a 119.318,25 €, dos quais 114.506,46 € dizem respeito a bens classificado como *equipamento básico*.

Pese embora se tenha verificado uma diminuição do ativo líquido, ao nível dos **Acréscimos e diferimentos**, verifica-se um aumento de 76.904,23 euros face ao exercício anterior (243,73%), justificada maioritariamente pelo deferimento reconhecimento do custo decorrente da celebração do contrato relativo à aquisição de assistência técnica das licenças de software “*Enterprise agreement*”.

2.1.2. Fundos Próprios e Passivo

A composição dos **Fundos Próprios e Passivo**, pode analisar-se pela observação do quadro n.º IX, em que os Fundos Próprios correspondem a 32.656.209,97 euros e o Passivo a 5.270.876,01 euros, dos quais 211.693,61 euros são relativos a **Dívidas a Terceiros** e 5.052.045,03 euros referem-se a **Acréscimos e Diferimentos**.

QDR IX		<i>(em euros)</i>			
CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	2014	2013	ABS.	%
FUNDOS PRÓPRIOS					
51	Património	18.961.949,76	18.961.949,76		
575	Salário				
576	Doações	74.484,69	76.271,60	-1.786,91	-2,34%
577	Reservas Dec. Transf. Ativos		0,01	-0,01	100,00%
59	Resultados Transitados	17.850.580,28	22.143.465,53	-4.292.885,25	19,39%
88	Resultado Líquido do Exercício	-4.159.442,43	-4.295.002,87	135.560,44	3,16%
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	32.727.572,30	36.886.684,03	-4.159.111,73	11,28%
PASSIVO					
29	Provisões para Riscos e Encargos	7.137,37	7.137,37		
		7.137,37	7.137,37		
DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO					
221	Fornecedores C/C	114.545,93	116.679,29	-2.133,36	-1,83%
228	Fornecedores - Facturas Recep. e Conf.	47.068,51	20.603,41	26.465,10	128,45%
2611	Fornecedores de Imobilizado C/C		127,63	-127,63	-100,00%
24	Estado e outros Entos Públicos	39.702,05	10.125,25	29.576,80	292,11%
262	Remunerações a Pagar	427,88	5.591,60	-5.163,72	-92,35%
267	Consultores, Assesores		11.044,96	-11.044,96	-100,00%
268	Outros credores diversos	9.949,24	6.608,30	3.340,94	50,56%
		211.693,61	170.780,44	40.913,17	23,96%
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
273	Acréscimos de custos	3.151.959,69	3.199.504,61	-47.544,92	-1,49%
274	Proveitos diferidos	1.900.085,34	1.925.419,81	-25.334,47	-1,32%
		5.052.045,03	5.124.924,42	-72.879,39	-1,42%
	TOTAL DO PASSIVO	5.270.876,01	5.302.842,23	-31.966,22	-0,60%
	TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	37.998.448,31	42.189.526,26	-4.191.077,95	-9,93%

Para a diminuição do passivo líquido (4.191.077,95 euros) contribuiu, para além do decréscimo dos resultados transitados apurado no exercício de 2014 (4.292.885,25 euros), o



Tribunal de Contas

Direção Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

aumento das **Dívidas a terceiros**, que apresenta uma variação de 40.913,17 euros, e a diminuição de 72.879,39 euros ao nível dos **Acréscimos e Diferimentos**.

2.2. Demonstração de Resultados

O quadro n.º X evidencia os custos e proveitos segundo a sua natureza, tendo por finalidade o apuramento dos resultados do exercício económico em análise, bem como a sua comparação com o exercício de 2013.

QDR X		<i>(em euros)</i>			
CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	EXERCÍCIOS			
		2014		2013	
CUSTOS E PERDAS					
61	Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	105.172,24	105.172,24	100.072,63	100.072,63
62	Fornecimentos e Serviços Externos		2.227.003,28		2.218.252,59
64	Custos com o Pessoal				
641/642	Remunerações do pessoal	19.166.928,32		20.252.558,66	
643	Pensões	7.495,90		6.720,90	
645	Encargos sobre Remunerações	4.432.258,69		4.286.824,02	
646	Seguros de Acidentes de Trabalho	5.829,56		4.734,22	
647	Encargos Sociais Voluntários	0,00		0,00	
648	Outros Custos com o Pessoal	25.291,63	23.637.804,10	30.577,46	24.581.415,26
63	Transferências Correntes Concedidas Prestações Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
66	Amortizações de Exercício	741.737,04		814.405,57	
67	Provisões do Exercício	62.463,62	804.200,66	34.616,20	849.021,77
65	Outros Custos e Perdas Operacionais		40.537,11		45.328,89
	(A)		26.814.719,39		27.794.091,14
68	Custos e Perdas Financeiras		1.369,54		900,11
	(C)		26.816.088,93		27.794.991,25
69	Custos e Perdas Extraordinárias		807.872,16		594.384,38
	(E)		27.623.961,09		28.389.375,63
86	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício		0,00		
	(G)		27.623.961,09		28.389.375,63
88	Resultado Líquido do Exercício		-4.159.442,43		-4.295.002,87
			23.464.518,66		24.094.372,76
PROVEITOS E GANHOS					
71	Vendas e Prestações de Serviços	108,22	108,22	492,43	492,43
72	Impostos e Taxas	6.076.561,74		6.927.008,07	
73	Proveitos Suplementares	27.871,41		34.142,91	
74	Transferências e Subsídios Correntes Obtidos:			0,00	
741	Transferências - Tesouro			0,00	
742	Transferências Correntes Obtidas	17.097.181,85		16.760.999,50	
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais		23.201.615,00		23.722.150,48
	(B)		23.201.723,22		23.722.642,91
78	Proveitos e Ganhos Financeiros		89.094,93		95.173,76
	(D)		23.290.818,15		23.817.816,67
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários		173.700,51		276.556,09
	(F)		23.464.518,66		24.094.372,76
Resumo:					
Resultados operacionais: (B) - (A) =			-3.612.996,17		-4.071.448,23
Resultados financeiros: (D) - (B) - (C) - (A) =			87.725,39		94.273,65
Resultados correntes: (D) - (C) =			-3.525.270,78		-3.977.174,58
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =			-4.159.442,43		-4.295.002,87
Resultado líquido do exercício (F) - (G) =			-4.159.442,43		-4.295.002,87



Da análise da demonstração de resultados conclui-se que o total dos **Custos e Perdas** em 2014 ascendeu a 27.623.961,09 euros, dos quais 26.814.719,39 euros dizem respeito a custos e perdas operacionais, 1.369,54 euros são de natureza financeira e os restantes 807.872,16 euros de natureza extraordinária.

Relativamente aos **Custos e perdas operacionais**, destacam-se os **Custos com o Pessoal** que correspondem a 88,15% do seu total (23.637.804,10 euros). As remunerações do pessoal (19.166.928,32 euros) correspondem à quase totalidade dos custos com o pessoal, tendo sofrido uma diminuição de 1.085.630,34 face ao montante apurado no ano anterior.

Este decréscimo deve-se, maioritariamente ao facto de em 2013 ter sido reposto o subsídio de férias, pelo que deste modo os custos com o pessoal no ano de 2013 evidenciam os custos com três meses de remuneração (férias e subsídio de férias) e correspondentes encargos sociais.

Os **Custos e Perdas Extraordinários**, no total de 807.872,16 euros, englobam as perdas apuradas em existências e imobilizado, as correções relativas a exercícios anteriores e outros custos e perdas extraordinários, entre os quais a redução de proveitos especializados em sede de verificação interna de contas. Esta decisão resultou da verificação de contas cuja antiguidade não justificava a prossecução dos trabalhos, não tendo por isso sido objeto de fixação de emolumentos.

Os **Proveitos e Ganhos** de 2014, inferiores em 2,61% (629.854,10 euros) ao apurado no exercício anterior, correspondem a 23.464.518,66 euros dos quais 23.201.723,22 euros respeitam a proveitos e ganhos operacionais e 89.094,93 euros a proveitos e ganhos de natureza financeira, relativos aos juros recebidos pelas aplicações em Certificados Especiais de Dívida emitidos pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, IGCP-E.P.E.

O montante de 173.700,51 euros relativo a **proveitos extraordinários** é essencialmente justificado pela redução de provisões anteriormente constituídas, quer ao nível de bens de consumo que foram objecto de abate, quer ao nível da provisão de clientes para cobrança duvidosa cuja dívida foi regularizada no exercício de 2014.

A conjugação dos fatores referenciados, contribuiu para o apuramento de um **Resultado Líquido** negativo de 4.159.442,43 euros.



2.3. Outras Observações

2.3.1. Dívidas de Terceiros

QDR XI (em euros)

DÍVIDA DE TERCEIROS	Anteriores a 2012		2012		2013		2014		TOTAL	
		%		%		%		%		%
Emolumentos	84.290,60	99,1%	79.241,66	97,8%	98.802,43	100,0%	707.921,20	99,6%	970.255,89	99,5%
Fiscalização prévia e concomitante	55.705,73	65,5%	48.128,40	59,4%	55.108,70	55,8%	221.331,92	31,1%	380.274,75	39,0%
Verificação interna de contas	27.498,57		30.567,95	37,7%	30.537,43	30,9%	406.732,99	57,2%	495.336,94	50,8%
Auditorias / VEC					11.061,46	11,2%	77.274,87	10,9%	88.336,33	9,1%
Outros	1.086,30	22,1%	545,31	0,7%	2.094,84	2,1%	2.581,42	0,4%	6.307,87	0,6%
Outras tipologias	735,97	0,9%	1.784,38	2,2%			2.656,24	0,4%	5.176,59	0,5%
TOTAL DA DÍVIDA	85.026,57	100%	81.026,04	100%	98.802,43	100%	710.577,44	100%	975.432,48	100,0%
		8,7%		8,3%		10,1%		72,8%		100,0%
DÍVIDA EM EXECUÇÃO FISCAL	4.917,21	21%	4.698,93	20%	12.818,41	55%	928,80	4%	23.363,35	100%

Do total da dívida de terceiros a 31 de dezembro, 72,8% resultam da liquidação de receita no exercício de 2014, existindo 18,4% de receita por cobrar dos exercícios de 2012 e 2013 e os restantes 8,7% constituem dívida de receita reconhecida em anos anteriores a 2012.

Do total da dívida de terceiros resultante da atividade de fiscalização do Tribunal de Contas, 50,8% resulta da verificação interna de contas, e 39,0% da fiscalização prévia e concomitante, com um total de 495.336,94 euros e 380.274,75 euros, respetivamente, de receita emolumentar por cobrar.

2.3.2. Especialização de Proveitos

QDR XII (em euros)

Código Contas	Designação	Saldo Inicial 01-01-2014	Aumento	Redução	Saldo Final 31-12-2014
2.7.1.1.	Acréscimo de proveitos - Juros a receber	2.588,44	96.308,02	98.640,44	256,02
2.7.1.2.2	Acréscimo de proveitos - Impostos e taxas	4.245.501,92	1.971.785,73	1.903.186,85	4.314.100,80
2.7.1.3.	Acréscimo de proveitos - Proveitos suplementares	603,01	5.802,66	1.701,90	4.703,77
2.7.1.9.	Acréscimo de proveitos - Outros extraordinários	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total	4.248.693,37	2.073.896,41	2.003.529,19	4.319.060,59

As demonstrações financeiras do Tribunal apresentam em especialização de proveitos a 31.12.2014 um saldo de 4.319.060,59 euros, sendo que o montante de 4.314.100,80 euros encontra-se associado a processos que podem dar origem à fixação de emolumentos. Assim, relativamente ao processo de especialização de proveitos do exercício de 2014, foi reconhecido o total de 2.073.896,41 euros.



A redução de 1.903.186,85 euros verificada no saldo da conta 2.7.1.2.2 - *Acréscimo de proveitos - Impostos e taxas* durante o exercício de 2014 teve origem, maioritariamente, nas liquidações ocorridas nesse exercício relativamente a processos de verificação interna de contas anteriormente especializados, e que correspondiam a 4.245.501,92 euros.

2.3.3. Evolução de Custos com Fornecimentos e Serviços Externos

QDR XIII (em euros)

CUSTOS RECONHECIDOS	2012		2013		2013 / 2012		2014		2014 / 2013	
	Custos reconhecidos (1)	%	Custos reconhecidos (2)	%	Variação		Custos reconhecidos (5)	%	Variação	
					Abs. (3) = (2) - (1)	% (4) = (3)/(1)			Abs. (6) = (5) - (2)	% (7) = (6)/(2)
Deslocações e estadas	205.470,09	9,6%	213.432,51	9,6%	7.962,42	3,9%	221.782,28	10,0%	8.349,77	3,9%
Transportes - nacional	108.667,68		108.141,26		-526,42	-0,5%	103.018,01		-5.123,25	-4,7%
Transportes - estrangeiro	59.643,64		63.685,35		4.041,71	6,8%	64.016,79		331,44	0,5%
Alojamento - nacional	15.233,80		16.205,40		971,60	6,4%	29.946,37		13.740,97	84,8%
Alojamento - estrangeiro	21.924,97		25.400,50		3.475,53	15,9%	24.801,11		-599,39	-2,4%
Comunicações	184.932,55	8,6%	178.632,28	8,1%	-6.300,27	-3,4%	160.882,22	7,2%	-17.750,06	-9,9%
Fixas	46.094,32		41.484,86		-4.609,46	-10,0%	40.460,32		-1.024,54	-2,5%
Móveis	25.289,03		23.435,92		-1.853,11	-7,3%	21.063,40		-2.372,52	-10,1%
De dados	44.668,42		41.814,36		-2.854,06	-6,4%	32.477,35		-9.337,01	-22,3%
Correios	40.850,51		44.813,05		3.962,54	9,7%	40.013,85		-4.799,20	-10,7%
Outras	28.030,27		27.084,09		-946,18	-3,4%	26.867,30		-216,79	-0,8%
Conservação e reparação	558.651,99	26,1%	505.480,85	22,8%	-53.171,14	-9,5%	550.981,60	24,7%	45.500,75	9,0%
Edifícios	53.644,27		45.788,44		-7.855,83	-14,6%	33.449,97		-12.338,47	-26,9%
Equipamento básico e administrativo	334.073,65		331.609,65		-2.464,00	-0,7%	353.062,53		21.452,88	6,5%
Viaturas	26.576,39		22.088,80		-4.487,59	-16,9%	16.549,70		-5.539,10	-25,1%
Outras	144.357,68		105.993,96		-38.363,72	-26,6%	147.919,40		41.925,44	39,6%
Encargos das instalações	666.346,46	31,1%	666.516,09	30,0%	169,63	0,0%	660.453,78	29,7%	-6.062,31	-0,9%
Electricidade	182.391,23		188.417,08		6.025,85	3,3%	183.145,32		-5.271,76	-2,8%
Água	13.939,46		13.035,14		-904,32	-6,5%	13.743,74		708,60	5,4%
Segurança	255.956,38		253.185,43		-2.770,95	-1,1%	254.184,44		999,01	0,4%
Limpeza	214.059,39		211.878,44		-2.180,95	-1,0%	209.380,28		-2.498,16	-1,2%
Trabalhos especializados	223.412,91	10,4%	337.862,30	15,2%	114.449,39	51,2%	359.460,47	16,1%	21.598,17	6,4%
Formação	31.559,28	1,5%	40.375,54	1,8%	8.816,26	27,9%	26.686,15	1,2%	-13.689,39	-33,9%
Outros fornecimentos e serviços externos	271.308,46	12,7%	275.953,02	12,4%	4.644,56	1,7%	246.758,78	11,1%	-29.194,24	-10,6%
TOTAL	2.141.681,74	100,0%	2.218.252,59	100,0%	76.570,85	3,6%	2.227.005,28	100,0%	8.752,69	0,4%

Em termos globais os custos com o fornecimento de bens e serviços apresenta um acréscimo de 0,4% face ao exercício de 2013, correspondente ao montante de 8.752,69.

No que respeita aos custos com as comunicações verifica-se uma redução global de 9,9%, correspondente a 17.750,06 euros, sendo a maior redução relativa às comunicações de dados que apresentam um decréscimo de 9.337,01 euros (-22,3%).

Verifica-se que os custos inerentes aos encargos com as instalações são os que apresentam o maior peso, correspondendo a 29,7% do total dos custos reconhecidos no exercício de 2014.

Os custos com a conservação e reparação, que representam 24,7% do total dos custos, apresentam uma variação positiva de 9,0% face ao período homólogo.



2.3.4. Evolução de Custos com Pessoal

QDR XIV (em euros)

CUSTOS RECONHECIDOS	2012		2013		2013 / 2012		2014		2014 / 2013	
	Custos reconhecidos (1)	%	Custos reconhecidos (2)	%	Variação		Custos reconhecidos (5)	%	Variação	
					Abs. (3) = (2) - (1)	% (4) = (3)/(1)			Abs. (6) = (5) - (2)	% (7) = (6)/(2)
Remunerações	15.161.581,07	77,5%	18.521.662,59	75,3%	3.360.081,52	22,2%	17.539.247,49	74,2%	-982.415,10	-5,3%
Remuneração base	14.481.856,52	74,0%	14.469.719,09	58,9%	-12.137,43	-0,1%	14.341.421,10	60,7%	-128.297,99	-0,9%
Subsídio de refeição	505.290,39	2,6%	507.071,04	2,1%	1.780,65	0,4%	482.403,20	2,0%	-24.667,84	-4,9%
Subsídio de férias e de Natal	30.696,52	0,2%	3.384.978,57	13,8%	3.354.282,05	10927,2%	2.553.614,35	10,8%	-831.364,22	-24,6%
Trabalho extraordinário	78.091,64	0,4%	80.889,04	0,3%	2.797,40	3,6%	93.540,30	0,4%	12.651,26	15,6%
Maternidade e paternidade	13.292,23	0,1%	27.141,93	0,1%	13.849,70	104,2%	15.402,10	0,1%	-11.739,83	-43,3%
Representação	52.353,77	0,3%	51.862,92	0,2%	-490,85	-0,9%	52.866,44	0,2%	1.003,52	1,9%
Encargos sociais	2.790.989,73	14,3%	4.286.824,02	17,4%	1.495.834,29	53,6%	4.432.258,69	18,8%	145.434,67	3,4%
ADSE	382.686,38	2,0%	341.789,84	1,4%	-40.896,54	-10,7%	187.493,88	0,8%	-154.295,96	-45,1%
Caixa Geral de Aposentações	2.300.144,59	11,8%	3.799.267,73	15,3%	1.499.123,14	65,2%	4.049.654,68	17,1%	250.386,95	6,6%
Segurança Social	108.158,76	0,6%	145.766,45	0,6%	37.607,69	34,8%	195.110,13	0,8%	49.343,68	33,9%
Outros custos com o pessoal	1.614.810,79	8,3%	1.772.928,65	7,2%	158.117,86	9,8%	1.666.297,92	7,0%	-106.630,73	-6,0%
Ajudas de custo - Nacional	33.933,31	0,2%	32.209,35	0,1%	-1.723,96	-5,1%	39.196,50	0,2%	6.987,15	21,7%
Ajudas de custo - Estrangeiro	31.471,28	0,2%	24.092,31	0,1%	-7.378,97	-23,4%	37.715,09	0,0%	13.622,78	56,5%
Despesas de Saúde	28.766,45	0,1%	670,24	0,0%	-28.096,21	-97,7%	2.270,77	6,4%	1.600,53	238,8%
Sub-compensação e supl. disponibilidade permanente	1.414.851,69	7,2%	1.602.312,43	6,5%	187.460,74	13,2%	1.510.182,20	6,4%	-92.130,23	-5,7%
Outros custos	105.788,06	0,5%	113.644,32	0,5%	7.856,26	7,4%	76.933,36	0,3%	-36.710,96	-32,3%
TOTAL	19.567.381,59	100,0%	24.581.415,26	100,0%	5.014.033,67	25,6%	23.637.804,10	100,0%	-943.611,16	-3,8%

Os custos com o pessoal sofreram uma diminuição de -3,8 % face a 2013, e de acordo com o anteriormente mencionado, devido ao facto de em 2013 ter sido reposto o subsídio de férias, pelo que deste modo os custos com o pessoal no ano de 2013 evidenciam os custos com três meses de remuneração (férias e subsídio de férias) e correspondentes encargos sociais.

No que concerne a outros custos com pessoal, cujo peso corresponde a 7,0% da totalidade dos custos reconhecidos, verifica-se um aumento dos custos com as ajudas de custo no estrangeiro (56,5%) e em território nacional (21,7%). De referir que o acréscimo de 238,8% nas despesas de saúde é decorrente do aumento de custos associados a processos de acidentes em serviço.

Lisboa, em 8 de abril de 2015.

O Diretor-Geral

CONTROLE ORÇAMENTAL DA DESPESA CONSOLIDADO
Período de 01 de JANEIRO a 31 de DEZEMBRO de 2014

PRG.	MED.	ACT./PROI.	CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA		DOTAÇÕES CORRIGIDAS (6)	CATIVOS OU CONGELADOS (7)	COMPROMISSOS ASSUMIDOS		DESPESAS PAGAS					DIFERENÇAS			GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESAS (17) = (13) / (6-7) * 100
			CÓDIGO (4)	DESCRIÇÃO (5)			ANO (8)	ANOS ANTERIORES (9)	ANO (10)	ANOS ANTERIORES (11)	RAPS (12)	TOTAL PAGAMENTOS LIQ. (13) = (10) + (11) - (12)	DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA (14) = (6) - (7) - (8) - (9)	SALDO (15) = (6) - (7) - (13)	COMPROMISSOS POR PAGAR (16) = (8) + (9) - (13)		
001	001	264	D.01.01.01.00.00	Titulares de órgãos de sol	1.373.653,00	0,00	0,00	1.274.589,18	0,00	1.274.589,18	0,00	1.274.589,18	99.063,82	0,00	0,00	92,79	
001	001	264	D.01.01.03.00.00	Pessoal dos quadros - Reg	12.578.900,00	0,00	0,00	12.179.915,71	0,00	12.179.915,71	0,00	12.179.915,71	398.984,29	0,00	0,00	96,83	
001	001	264	D.01.01.05.00.00	Pessoal além dos quadros	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.01.01.08.00.00	Pessoal agenciado após	285.776,00	0,00	0,00	258.553,56	0,00	258.553,56	0,00	258.553,56	27.222,44	0,00	0,00	90,47	
001	001	264	D.01.01.09.00.00	Pessoal em qualquer outr	450.282,00	0,00	0,00	412.990,87	0,00	412.990,87	0,00	412.990,87	37.291,13	0,00	0,00	91,72	
001	001	264	D.01.01.11.00.00	Representação	59.500,00	0,00	0,00	52.866,44	0,00	52.866,44	0,00	52.866,44	6.633,56	0,00	0,00	88,85	
001	001	264	D.01.01.12.00.00	Suplementos e prêmios	1.010.578,00	0,00	0,00	986.470,30	0,00	986.470,30	0,00	986.470,30	24.444,48	0,00	0,00	97,58	
001	001	264	D.01.01.13.00.00	Subsídio de refeição	495.453,00	0,00	0,00	482.655,18	0,00	482.655,18	0,00	482.655,18	12.797,82	0,00	0,00	97,42	
001	001	264	D.01.01.14.SF.00	Subsídios de férias	1.363.568,00	0,00	0,00	1.343.564,22	0,00	1.343.564,22	0,00	1.343.564,22	20.003,78	0,00	0,00	98,53	
001	001	264	D.01.01.14.SN.00	Subsídios de Natal	1.248.482,00	0,00	0,00	1.198.743,11	0,00	1.198.743,11	0,00	1.198.743,11	49.738,89	0,00	0,00	96,02	
001	001	264	D.01.01.15.SN.00	Remunerações por doenc	218.797,00	0,00	0,00	212.895,78	0,00	212.895,78	0,00	212.895,78	5.901,22	0,00	0,00	96,59	
001	001	264	D.01.02.02.00.00	Horas extraordinárias	55.856,00	0,00	0,00	31.655,40	0,00	31.655,40	0,00	31.655,40	24.180,60	0,00	0,00	56,69	
001	001	264	D.01.02.04.AO.01	Ajudas de custo	163.925,00	0,00	0,00	131.507,22	0,00	131.507,22	0,00	131.507,22	32.445,78	0,00	0,00	80,11	
001	001	264	D.01.02.06.AO.01	Ajudas de custo - Encarg	1.707,00	0,00	0,00	3.794,71	0,00	3.794,71	0,00	3.794,71	1.114,29	0,00	0,00	77,30	
001	001	264	D.01.02.08.AO.09	Formação	4.909,00	0,00	0,00	27.966,18	0,00	27.966,18	0,00	27.966,18	10.627,82	0,00	0,00	65,25	
001	001	264	D.01.02.10.AO.09	Formação - Anos Anterior	5.108,00	0,00	0,00	2.958,14	0,00	2.958,14	0,00	2.958,14	2.149,86	0,00	0,00	57,91	
001	001	264	D.01.02.12.00.00	Subsídios e abonos de fix	534.747,00	0,00	0,00	508.628,88	0,00	508.628,88	0,00	508.628,88	26.118,12	0,00	0,00	95,12	
001	001	264	D.01.02.12.00.00	Indenizações por cessac	3.298,00	0,00	0,00	3.297,41	0,00	3.297,41	0,00	3.297,41	0,59	0,00	0,00	99,98	
001	001	264	D.01.02.12.AO.00	Indenizações por cessac	2.659,00	0,00	0,00	2.658,68	0,00	2.658,68	0,00	2.658,68	0,32	0,00	0,00	99,99	
001	001	264	D.01.02.14.AO.01	Outros abonos em numer	148.026,00	0,00	0,00	91.873,43	0,00	91.873,43	0,00	91.873,43	56.152,57	0,00	0,00	60,18	
001	001	264	D.01.02.14.AO.09	Outros abonos em numer	2.481,00	0,00	0,00	2.480,32	0,00	2.480,32	0,00	2.480,32	1.727,42	0,00	0,00	30,37	
001	001	264	D.01.03.01.AO.00	Contribuição da entidade	221.971,00	0,00	0,00	217.008,32	0,00	217.008,32	0,00	217.008,32	4.962,68	0,00	0,00	97,76	
001	001	264	D.01.03.01.B0.00	Encargos com a saúde	720,00	0,00	0,00	411,40	0,00	411,40	0,00	411,40	308,60	0,00	0,00	57,14	
001	001	264	D.01.03.01.B0.01	Encargos com a saúde	38.000,00	0,00	0,00	37.284,63	0,00	37.284,63	0,00	37.284,63	715,37	0,00	0,00	98,12	
001	001	264	D.01.03.02.00.00	Outros encargos com a sa	506,00	0,00	0,00	505,15	0,00	505,15	0,00	505,15	0,85	0,00	0,00	99,83	
001	001	264	D.01.03.03.00.00	Subsídio familiar a crianç	12.846,00	0,00	0,00	12.851,06	0,00	12.851,06	0,00	12.851,06	94,94	0,00	0,00	99,27	
001	001	264	D.01.03.04.00.00	Outras prestações família	1.781,00	0,00	0,00	213,86	0,00	213,86	0,00	213,86	1.567,14	0,00	0,00	12,01	
001	001	264	D.01.03.05.AO.B1	Caixa Geral de Aposentad	4.069.837,00	0,00	0,00	4.039.137,06	0,00	4.039.137,06	0,00	4.039.137,06	30.699,94	0,00	0,00	99,25	
001	001	264	D.01.03.05.AO.B1	Segurança Social - Encarg	195.443,00	0,00	0,00	182.731,83	0,00	182.731,83	0,00	182.731,83	12.711,17	0,00	0,00	93,80	
001	001	264	D.01.03.06.00.00	Acidentes em serviço e de	1.142,00	0,00	0,00	873,43	0,00	873,43	0,00	873,43	268,57	0,00	0,00	76,48	
001	001	264	D.01.03.08.00.00	Outras pensões	7.496,00	0,00	0,00	7.495,90	0,00	7.495,90	0,00	7.495,90	0,10	0,00	0,00	99,99	
001	001	264	D.01.03.09.00.00	Seguros	1.145,00	0,00	0,00	1.027,74	0,00	1.027,74	0,00	1.027,74	117,26	0,00	0,00	89,76	
001	001	264	D.01.03.10.G0.00	Contribuições para a segu	3.658,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.658,00	3.658,00	0,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.01.03.10.P0.00	Contribuições para a segu	523,00	0,00	0,00	522,28	0,00	522,28	0,00	522,28	0,72	0,00	0,00	99,86	
001	001	264	D.02.01.02.00.00	Contribuições para a segu	20.939,00	0,00	0,00	14.879,82	0,00	14.879,82	0,00	14.879,82	6.059,18	0,00	0,00	71,06	
001	001	264	D.02.01.02.00.00	Combustíveis e lubrifican	25.800,00	3.375,00	0,00	17.033,72	0,00	17.033,72	0,00	17.033,72	5.391,28	0,00	0,00	75,96	
001	001	264	D.02.01.04.AO.01	Limpeza e higiene	37.125,00	4.331,00	0,00	28.192,30	0,00	28.192,30	0,00	28.192,30	4.601,70	0,00	0,00	85,97	
001	001	264	D.02.01.04.AO.09	Limpeza e higiene - Anos	2,00	0,00	0,00	1,35	0,00	1,35	0,00	1,35	0,65	0,00	0,00	67,50	
001	001	264	D.02.01.07.00.00	Vestuário e artigos pesso	1.259,00	225,00	0,00	1.009,74	0,00	1.009,74	0,00	1.009,74	24,26	0,00	0,00	80,29	
001	001	264	D.02.01.08.AO.01	Material de escritório	91.750,00	11.400,00	0,00	64.957,51	0,00	64.957,51	0,00	64.957,51	15.392,49	0,00	0,00	75,12	
001	001	264	D.02.01.08.AO.09	Material de escritório - Er	5.974,00	0,00	0,00	5.391,90	0,00	5.391,90	0,00	5.391,90	582,10	0,00	0,00	90,26	
001	001	264	D.02.01.09.00.00	Produtos químicos e farm	600,00	90,00	0,00	20,18	0,00	20,18	0,00	20,18	489,82	0,00	0,00	3,37	
001	001	264	D.02.01.11.00.00	Material de consumo clín	900,00	135,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900,00	765,00	0,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.02.01.12.00.00	Material de transporte - F	600,00	90,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00	510,00	0,00	0,00	83,33	
001	001	264	D.02.01.14.00.00	Outro material-Pecas	600,00	90,00	0,00	1.749,53	0,00	1.749,53	0,00	1.749,53	3.045,39	0,00	0,00	24,13	
001	001	264	D.02.01.15.00.00	Prêmios, condecorações e	8.000,00	750,00	0,00	4.204,61	0,00	4.204,61	0,00	4.204,61	6.474,51	0,00	0,00	52,07	
001	001	264	D.02.01.17.00.00	Ferramentas e utensílios	600,00	90,00	0,00	9.969,00	0,00	9.969,00	0,00	9.969,00	6.681,00	0,00	0,00	16,45	
001	001	264	D.02.01.18.AO.01	Livros e documentação té	20.325,00	3.675,00	0,00	10.175,49	0,00	10.175,49	0,00	10.175,49	9.931,00	0,00	0,00	50,05	
001	001	264	D.02.01.18.AO.09	Livros e documentação té	526,00	0,00	0,00	491,82	0,00	491,82	0,00	491,82	34,18	0,00	0,00	93,50	
001	001	264	D.02.01.19.00.00	Artigos honoríficos e de d	1.300,00	120,00	0,00	174,66	0,00	174,66	0,00	174,66	1.005,34	0,00	0,00	13,47	
001	001	264	D.02.01.21.AO.01	Outros bens	61.300,00	7.425,00	0,00	45.381,99	0,00	45.381,99	0,00	45.381,99	8.493,01	0,00	0,00	74,03	
001	001	264	D.02.01.21.AO.09	Outros bens - Encargos ar	259,00	0,00	0,00	258,09	0,00	258,09	0,00	258,09	0,91	0,00	0,00	99,99	

CONTROLE ORÇAMENTAL DA DESPESA CONSOLIDADO
Período de 01 de JANEIRO a 31 de DEZEMBRO de 2014

PRG.	MED.	ACT./PROI.	CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA		DOTAÇÕES CORRIGIDAS (6)	CATIVOS OU CONGELADOS (7)	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			DESPESAS PAGAS					DIFERENÇAS			GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESAS (17) = (13) / (6-7) * 100
			CÓDIGO	DESCRIÇÃO			ANO (8)	ANOS ANTERIORES (9)	ANO (10)	ANOS ANTERIORES (11)	RAPS (12)	TOTAL PAGAMENTOS LIQ. (13) = (10) + (11) - (12)	DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA (14) = (6) - (7) - (8) - (9)	SALDO (15) = (6-7) - (13)	COMPROMISSOS POR PAGAR (16) = (8) + (9) - (13)			
001	001	264	D.02.02.01.AO.01	Encargos das instalações	263.897,00	36.750,00	204.842,09	0,00	204.842,09	204.842,09	0,00	0,00	204.842,09	22.304,91	22.304,91	0,00	90,18	
001	001	264	D.02.02.02.AO.01	Limpeza e higiene	246.135,00	32.700,00	208.288,55	0,00	208.288,55	208.288,55	0,00	0,00	208.288,55	5.146,45	5.146,45	0,00	97,59	
001	001	264	D.02.02.02.AO.09	Limpeza e higiene - Anos	2.028,00	2.028,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.02.02.03.AO.01	Conservação de bens	215.509,00	13.650,00	119.965,94	0,00	115.165,20	115.165,20	0,00	0,00	115.165,20	81.893,06	86.693,80	4.800,74	57,05	
001	001	264	D.02.02.03.AO.09	Conservação de bens - En	2.499,00	2.499,00	0,00	0,00	2.498,95	2.498,95	0,00	0,00	2.498,95	0,05	0,05	0,00	0,00	
001	001	264	D.02.02.04.AO.00	Locação de edifícios	3.000,00	2.550,00	60,00	0,00	60,00	60,00	0,00	0,00	60,00	390,00	390,00	0,00	13,33	
001	001	264	D.02.02.06.AO.01	Locação de material de tr	24.200,00	3.075,00	37.350,17	0,00	37.350,17	37.350,17	0,00	0,00	37.350,17	439,83	439,83	0,00	98,84	
001	001	264	D.02.02.08.AO.01	Locação de outros bens	43.400,00	5.610,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.02.02.08.AO.09	Locação de outros bens -	468,00	468,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.02.02.09.AO.01	Comunicações - Acessos à	22.199,00	3.090,00	13.473,94	0,00	12.402,20	12.402,20	0,00	0,00	12.402,20	6.706,80	6.706,80	1.071,74	64,90	
001	001	264	D.02.02.09.AO.09	Comunicações - Acessos à	1.222,00	1.590,00	0,00	0,00	1.062,11	1.062,11	0,00	0,00	1.062,11	0,89	0,89	0,00	99,92	
001	001	264	D.02.02.09.BO.01	Comunicações Fijas de Di	26.062,00	4.515,00	18.873,68	0,00	14.694,33	14.694,33	0,00	0,00	14.694,33	2.673,32	6.852,67	4.179,35	99,99	
001	001	264	D.02.02.09.BO.09	Comunicações Fijas de Di	4.476,00	3.15,00	0,00	0,00	4.160,60	4.160,60	0,00	0,00	4.160,60	0,40	0,40	0,00	0,00	
001	001	264	D.02.02.09.CO.01	Comunicações Fijas de Vi	61.630,00	8.130,00	38.991,70	0,00	32.640,79	32.640,79	0,00	0,00	32.640,79	14.508,30	20.859,21	6.350,91	68,20	
001	001	264	D.02.02.09.CO.09	Comunicações Fijas de Vi	1.194,00	0,00	0,00	0,00	691,54	691,54	0,00	0,00	691,54	502,46	502,46	0,00	57,92	
001	001	264	D.02.02.09.DO.01	Comunicações móveis	35.780,00	4.920,00	21.245,97	0,00	16.656,10	16.656,10	0,00	0,00	16.656,10	9,614,03	14.203,90	4.589,87	53,97	
001	001	264	D.02.02.09.DO.09	Comunicações móveis - E	408,00	0,00	0,00	0,00	365,15	365,15	0,00	0,00	365,15	42,85	42,85	0,00	89,50	
001	001	264	D.02.02.09.FO.01	Outros Serviços de Comul	90.419,00	11.775,00	70.035,98	0,00	61.353,15	61.353,15	0,00	0,00	61.353,15	8.608,02	17.290,85	8.682,83	78,01	
001	001	264	D.02.02.09.FO.09	Outros Serviços de Comul	1.898,00	249,00	72.766,74	0,00	1.648,67	1.648,67	0,00	0,00	1.648,67	0,33	0,33	0,00	0,00	
001	001	264	D.02.02.10.AO.01	Transportes	105.545,00	15.630,00	72.766,74	0,00	70.649,40	70.649,40	0,00	0,00	70.649,40	17.146,26	19.263,60	2.117,34	0,00	
001	001	264	D.02.02.10.AO.09	Transportes - Encargos an	2.056,00	218,00	218,00	0,00	1.830,86	1.830,86	0,00	0,00	1.830,86	7,14	7,14	0,00	99,61	
001	001	264	D.02.02.13.AO.01	Deslocações e estadas - E	183.561,00	19.258,00	98.793,46	0,00	1.184,30	1.184,30	0,00	0,00	1.184,30	36,70	36,70	0,00	44,38	
001	001	264	D.02.02.13.AO.09	Deslocações e estadas - E	1.221,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.02.02.14.AO.01	Estudos, pareceres, projet	41.847,00	4.275,00	29.372,48	0,00	21.830,54	21.830,54	0,00	0,00	21.830,54	4.402,52	11.944,46	7.541,94	64,64	
001	001	264	D.02.02.14.AO.09	Estudos, pareceres, projet	2.974,00	600,00	0,00	0,00	2.373,48	2.373,48	0,00	0,00	2.373,48	0,52	0,52	0,00	0,00	
001	001	264	D.02.02.14.BO.01	Seguros - Encargos anos a	38.050,00	5.250,00	33.052,17	0,00	30.419,99	30.419,99	0,00	0,00	30.419,99	3.544,83	6.177,01	2.632,18	83,12	
001	001	264	D.02.02.14.BO.09	Seguros - Encargos anos a	286.599,00	15.167,00	60.726,00	0,00	8.574,00	8.574,00	0,00	0,00	8.574,00	210.706,00	262.859,00	52.152,00	3,16	
001	001	264	D.02.02.14.CO.01	Deslocações e estadas - E	183.561,00	19.258,00	98.793,46	0,00	1.184,30	1.184,30	0,00	0,00	1.184,30	36,70	36,70	0,00	44,38	
001	001	264	D.02.02.14.CO.09	Deslocações e estadas - E	1.221,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.02.02.15.AO.01	Estudos, pareceres, projet	41.847,00	4.275,00	29.372,48	0,00	21.830,54	21.830,54	0,00	0,00	21.830,54	4.402,52	11.944,46	7.541,94	64,64	
001	001	264	D.02.02.15.AO.09	Estudos, pareceres, projet	2.974,00	600,00	0,00	0,00	2.373,48	2.373,48	0,00	0,00	2.373,48	0,52	0,52	0,00	0,00	
001	001	264	D.02.02.15.BO.01	Seguros - Encargos anos a	38.050,00	5.250,00	33.052,17	0,00	30.419,99	30.419,99	0,00	0,00	30.419,99	3.544,83	6.177,01	2.632,18	83,12	
001	001	264	D.02.02.15.BO.09	Seguros - Encargos anos a	286.599,00	15.167,00	60.726,00	0,00	8.574,00	8.574,00	0,00	0,00	8.574,00	210.706,00	262.859,00	52.152,00	3,16	
001	001	264	D.02.02.16.AO.00	Publicidade	39.500,00	750,00	22.870,61	0,00	3.413,75	3.413,75	0,00	0,00	3.413,75	8.536,25	3.799,96	3.380,77	98,49	
001	001	264	D.02.02.18.AO.01	Vigilância e segurança - E	291.120,00	39.075,00	251.625,81	0,00	1.387,81	1.387,81	0,00	0,00	1.387,81	486,19	486,19	74,05	88,73	
001	001	264	D.02.02.18.AO.09	Vigilância e segurança - E	4.945,00	3.069,00	0,00	0,00	136.756,77	136.756,77	0,00	0,00	136.756,77	8.743,23	16.394,94	7.651,71	88,73	
001	001	264	D.02.02.19.CO.01	Assistência técnica - Equi	165.000,00	19.500,00	0,00	0,00	7.640,65	7.640,65	0,00	0,00	7.640,65	0,35	0,35	0,00	100,00	
001	001	264	D.02.02.19.CO.09	Assistência técnica - Equi	9.966,00	2.325,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.02.02.20.AO.00	Assistência técnica - Softw	439.542,00	40.500,00	342.230,43	0,00	337.777,93	337.777,93	0,00	0,00	337.777,93	56.811,57	61.264,07	4.452,50	84,65	
001	001	264	D.02.02.20.AO.01	Vigilância e segurança - E	973,00	128,00	0,00	0,00	844,75	844,75	0,00	0,00	844,75	0,25	0,25	0,00	99,97	
001	001	264	D.02.02.20.AO.09	Vigilância e segurança - E	173.539,00	23.775,00	135.762,70	0,00	123.799,41	123.799,41	0,00	0,00	123.799,41	14.003,30	25.963,59	11.963,29	82,66	
001	001	264	D.02.02.22.AO.01	Assistência técnica - Outr	25.000,00	0,00	17.258,27	0,00	17.258,27	17.258,27	0,00	0,00	17.258,27	7.741,73	7.741,73	0,00	69,03	
001	001	264	D.02.02.22.AO.09	Serviços de saúde - Encar	909,00	0,00	908,33	0,00	908,33	908,33	0,00	0,00	908,33	0,67	0,67	0,00	99,93	
001	001	264	D.02.02.25.AO.01	Outros serviços	314.000,00	40.800,00	216.029,76	0,00	206.079,24	206.079,24	0,00	0,00	206.079,24	57.170,24	67.120,76	9.950,52	75,43	
001	001	264	D.02.02.25.AO.09	Outros serviços - Encargos	10.561,00	1.500,00	0,00	0,00	8.766,50	8.766,50	0,00	0,00	8.766,50	294,50	294,50	0,00	96,75	
001	001	264	D.03.06.01.AO.01	Outros encargos financeir	700,00	0,00	455,84	0,00	455,84	455,84	0,00	0,00	455,84	244,16	244,16	0,00	65,12	
001	001	264	D.06.02.03.AO.00	Outras	95,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	95,00	0,00	95,00	0,00	0,00	
001	001	264	D.06.02.03.RO.00	Reserva	39.105,00	39.105,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

2014

CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA CONSOLIDADO
Período de 01 de JANEIRO a 31 de DEZEMBRO de 2014

PRG. MED. (1)	ACT./PROJ. (2)	CÓDIGO (4)	DESCRIÇÃO (5)	DOTAÇÕES CORRIGIDAS (6)	CATIVOS OU CONGELADOS (7)	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			DESPESAS PAGAS			TOTAL PAGAMENTOS LIQ. (13) = (10) + (11) - (12)	DOTAÇÃO NÃO COMPROMETIDA (14) = (6) - (7) - (8) - (9)	DIFERENÇAS		GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS DESPESAS (17) = (13) / (6-7) * 100
						ANO (8)	ANOS ANTERIORES (9)	ANO (10)	ANOS ANTERIORES (11)	RAPS (12)	SALDO ((15) = (6)-(7) - (13))			COMPROMISSOS POR PAGAR (16) = (8) + (9) - (13)		
001	001	264	D.07.01.03.B0.B1	Edifícios - Conservação ou	0,00	0,00	46.623,69	0,00	46.623,69	0,00	0,00	46.623,69	125.371,31	125.371,31	0,00	27,11
001	001	264	D.07.01.03.B0.B9	Edifícios - Conservação ou	0,00	0,00	18.302,51	0,00	18.302,51	0,00	0,00	18.302,51	2,49	2,49	0,00	99,99
001	001	264	D.07.01.07.B0.A1	Equipamento de informát	0,00	0,00	979,74	0,00	979,74	0,00	0,00	979,74	70.621,26	70.621,26	0,00	1,37
001	001	264	D.07.01.07.B0.A9	Equipamento de informát	0,00	0,00	21.420,94	0,00	21.420,94	0,00	0,00	21.420,94	0,06	0,06	0,00	100,00
001	001	264	D.07.01.07.B0.B1	Equipamento de informát	0,00	0,00	229.850,59	0,00	225.332,38	0,00	0,00	225.332,38	82.949,41	87.467,62	4.518,21	72,04
001	001	264	D.07.01.07.B0.B9	Equipamento de informát	0,00	0,00	689,00	0,00	689,00	0,00	0,00	689,00	0,36	0,36	0,00	99,95
001	001	264	D.07.01.08.B0.A0	Software informático - So	0,00	0,00	859,77	0,00	859,77	0,00	0,00	859,77	63.140,23	63.140,23	0,00	1,34
001	001	264	D.07.01.08.B0.B0	Software informático - Ou	0,00	0,00	34.876,65	0,00	15.923,74	0,00	0,00	15.923,74	6.723,35	25.676,26	18.952,91	38,28
001	001	264	D.07.01.09.A0.B1	Equipamento administrat	0,00	0,00	98,40	0,00	98,40	0,00	0,00	98,40	500,60	500,60	0,00	16,43
001	001	264	D.07.01.09.A0.B9	Equipamento administrat	0,00	0,00	1.045,50	0,00	1.045,50	0,00	0,00	1.045,50	0,50	0,50	0,00	99,95
001	001	264	D.07.01.09.B0.B1	Equipamento administrat	0,00	0,00	21.072,73	0,00	20.074,60	0,00	0,00	20.074,60	14.188,27	15.186,40	998,13	56,93
001	001	264	D.07.01.09.B0.B9	Equipamento administrat	0,00	0,00	6.895,74	0,00	6.895,74	0,00	0,00	6.895,74	38,26	38,26	0,00	99,45
001	001	264	D.07.01.10.B0.B9	Equipamento básico - Out	0,00	0,00	74,98	0,00	74,98	0,00	0,00	74,98	925,02	925,02	0,00	7,50
001	001	264	D.07.01.11.B0.B0	Ferramentas e utensílios	0,00	0,00	2.037,85	0,00	2.037,85	0,00	0,00	2.037,85	962,15	962,15	0,00	67,93
001	001	264	D.07.01.12.B0.00	Artigos e objectos de valo	0,00	0,00	1.571,96	0,00	1.571,96	0,00	0,00	1.571,96	2.524,04	2.524,04	0,00	38,38
001	001	264	D.07.01.15.B0.00	Outros investimentos	0,00	0,00	1.571,96	0,00	1.571,96	0,00	0,00	1.571,96	2.524,04	2.524,04	0,00	38,38
Total Actividade/Projecto: 264				29.452.997,00	495.863,00	495.863,00	26.655.378,89	164.386,55	26.497.635,31	121.394,83	14.092,91	26.544.937,23	2.137.368,56	2.137.368,56	274.828,21	91,67
001	001	957	D.06.02.03.R0.00	Reserva	577.865,00	577.865,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Actividade/Projecto: 297				577.865,00	577.865,00	577.865,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Classificação Funcional:				30.030.862,00	1.073.728,00	1.073.728,00	26.655.378,89	164.386,55	26.497.635,31	121.394,83	14.092,91	26.544.937,23	2.137.368,56	2.137.368,56	274.828,21	91,67
Total Classificação Orgânica: 01.1.06.01.00				30.030.862,00	1.073.728,00	1.073.728,00	26.655.378,89	164.386,55	26.497.635,31	121.394,83	14.092,91	26.544.937,23	2.137.368,56	2.137.368,56	274.828,21	91,67
Total				30.030.862,00	1.073.728,00	1.073.728,00	26.655.378,89	164.386,55	26.497.635,31	121.394,83	14.092,91	26.544.937,23	2.137.368,56	2.137.368,56	274.828,21	91,67

Lisboa, em 30 de março de 2015
O Diretor Geral

CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA CONSOLIDADO

Período de 1 de JANEIRO a 31 de DEZEMBRO de 2014

PRG	MED	CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES CORRIGIDAS	RECEITAS POR COBRAR NO INÍCIO DO ANO	RECEITAS EMITIDAS	RECEITAS EMITIDAS ANULADAS	RECEITAS COBRADAS BRUTAS			REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES			RECEITA COBRADA LIQUIDA	RECEITAS POR COBRAR NO FINAL DO ANO	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA
		CÓDIGO	DESCRIÇÃO					ANO ANTERIORES	TOTAL	EMITIDOS	PAGOS	LIQUIDA	COBRADA			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12) = (10) + (11)	(13)	(14)	(15) = (12) - (14)	(16) = (6) + (7) - (9) - (12)	(17)
001	001	R.69.99.98.00.00	Fin. Dot. - Correntes	17.573.202,00	0,00	17.098.325,75	0,00	17.098.325,75	0,00	17.098.325,75	0,00	0,00	0,00	17.098.325,75	0,00	97,30
		Total medida	001	17.573.202,00	0,00	17.098.325,75	0,00	17.098.325,75	0,00	17.098.325,75	0,00	0,00	0,00	17.098.325,75	0,00	97,30
		Total programa	001	17.573.202,00	0,00	17.098.325,75	0,00	17.098.325,75	0,00	17.098.325,75	0,00	0,00	0,00	17.098.325,75	0,00	97,30
		Total Fonte Financiamento:	111	17.573.202,00	0,00	17.098.325,75	0,00	17.098.325,75	0,00	17.098.325,75	0,00	0,00	0,00	17.098.325,75	0,00	97,30
001	001	R.04.01.01.A0.00	Taxas de Justiça	1.000,00	0,00	612,00	0,00	612,00	0,00	612,00	0,00	0,00	0,00	612,00	0,00	61,20
001	001	R.04.01.99.A0.00	Emolumentos Tribunal de Contas	5.879.700,00	1.263.804,87	5.694.039,84	180.594,09	5.878.644,47	4.771.909,63	1.106.734,84	5.878.644,47	27.371,02	27.371,02	5.851.273,45	808.636,15	99,52
001	001	R.04.02.01.A0.00	Juros de Mora	1.000,00	0,00	186,89	0,00	186,89	0,00	186,89	0,00	0,00	0,00	186,89	0,00	18,69
001	001	R.05.03.01.A0.00	Instituto de Gestão	58.500,00	0,00	68.596,32	0,00	68.596,32	0,00	68.596,32	0,00	0,00	0,00	68.596,32	0,00	121,41
001	001	R.07.01.02.A0.00	Edições Tribunal Contas	7.000,00	119,81	108,22	0,00	108,22	15,34	123,56	15,34	0,00	0,00	123,56	104,47	1,77
001	001	R.07.01.05.A0.00	Venda de Bens Diversos	2.000,00	0,00	3.174,85	0,00	3.174,85	0,00	3.174,85	0,00	0,00	0,00	3.174,85	0,00	158,74
001	001	R.07.02.05.A0.00	Reembolsos - Serviços Sociais Ministério da Justiça	2.100,00	939,15	0,00	0,00	210,00	0,00	210,00	0,00	0,00	0,00	210,00	0,00	10,00
001	001	R.07.02.99.00.00	Outros	6.000,00	0,00	4.470,00	0,00	4.470,00	0,00	4.470,00	0,00	0,00	0,00	4.470,00	0,00	44,70
001	001	R.08.01.99.A0.00	Outras Receitas Correntes	15.000,00	11.645,99	25.633,06	9.389,26	25.253,55	21.226,52	4.026,03	25.253,55	0,00	0,00	25.253,55	2.656,24	168,36
001	001	R.09.04.04.A0.00	Alienação de Bens de Imobilizado	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
001	001	R.15.01.01.00.00	Reposições não Abatidas nos Pagamentos	2.000,00	822,44	7.391,56	0,00	7.391,56	0,00	7.391,56	0,00	0,00	0,00	7.391,56	1.271,51	369,58
		Total medida	001	5.972.800,00	1.277.332,26	5.714.861,81	189.933,35	5.888.663,20	4.877.674,99	1.110.988,21	5.888.663,20	27.371,02	27.371,02	5.861.292,18	813.397,02	99,81
		Total programa	001	5.972.800,00	1.277.332,26	5.714.861,81	189.933,35	5.888.663,20	4.877.674,99	1.110.988,21	5.888.663,20	27.371,02	27.371,02	5.861.292,18	813.397,02	99,81
		Total Fonte Financiamento:	510	5.972.800,00	1.277.332,26	5.714.861,81	189.933,35	5.888.663,20	4.877.674,99	1.110.988,21	5.888.663,20	27.371,02	27.371,02	5.861.292,18	813.397,02	99,81
001	001	R.16.01.01.00.00	Na Posse do Serviço	23.272.038,00	0,00	23.272.035,43	0,00	23.272.035,43	2.573.846,26	20.698.186,17	23.272.035,43	0,00	0,00	23.272.035,43	0,00	100,00
		Total medida	001	23.272.038,00	0,00	23.272.035,43	0,00	23.272.035,43	2.573.846,26	20.698.186,17	23.272.035,43	0,00	0,00	23.272.035,43	0,00	100,00
		Total programa	001	23.272.038,00	0,00	23.272.035,43	0,00	23.272.035,43	2.573.846,26	20.698.186,17	23.272.035,43	0,00	0,00	23.272.035,43	0,00	100,00
		Total Fonte Financiamento:	520	23.272.038,00	0,00	23.272.035,43	0,00	23.272.035,43	2.573.846,26	20.698.186,17	23.272.035,43	0,00	0,00	23.272.035,43	0,00	100,00
001	001	R.06.03.07.A0.01	Transferências Correntes - A.C. - SFA	0,00	1.686,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.686,73	0,00
		Total medida	001	0,00	1.686,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.686,73	0,00
		Total programa	001	0,00	1.686,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.686,73	0,00
		Total Fonte Financiamento:	540	0,00	1.686,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.686,73	0,00
		Total por organismo:	5208	46.818.040,00	1.279.019,99	46.085.022,99	189.933,35	46.359.024,38	24.449.850,00	21.309.174,38	46.359.024,38	27.371,02	27.371,02	46.331.653,36	815.064,25	98,86

Lisboa, em 31 de Março de 2015

O Diretor Geral